

A presente oferta de Quotas Seniores do FUNDO DE DIREITOS CREDITÓRIOS OMNI VEÍCULOS IV é feita com base no registro automático de distribuição pública concedido pela Comissão de Valores Mobiliários em 02 de janeiro de 2007, nos termos da instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas posteriores alterações

**Prospecto Definitivo da 1ª Distribuição Pública de Quotas Seniores do  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS OMNI VEÍCULOS IV**  
CNPJ/MF nº 08.505.085/0001-71

**Classificação de Risco das Quotas Seniores  
AA- (bra)**

**CÓDIGO ISIN N.º  
Registro CVM n.º CVM/SRE/RFD/2007/003 em 24/01/2007**



**1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SENIORES DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS OMNI VEÍCULOS IV (A “OFERTA”), TOTALIZANDO:**

**R\$ 50.000.000,00**

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos IV (o “Fundo”) é regido pelas disposições de seu regulamento, pela Instrução CVM 356 e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado e destina-se a adquirir, preponderantemente, direitos de crédito originados por operações de natureza financeira, com lastro em Contratos de Financiamento de veículos novos e usados (Motocicletas, Veículos Leves e Veículos Pesados) que sejam devidamente amparados por documentação fiscal hábil (CRV), ou contratos de crédito pessoal, ambos garantidos por alienação fiduciária, concedidos pela Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, de acordo com as demais especificações e condições descritas no Regulamento, em especial nos Capítulos VII e VIII (os “Direitos de Crédito”).

Serão objeto de distribuição pública pelo Coordenador 50.000 (cinquenta mil) Quotas Seniores da 1ª Série, em mercado de balcão não organizado, com Valor Unitário de Emissão de R\$ 1.000,00 (um mil reais) na Data da 1ª Subscrição de Quotas, perfazendo o valor total de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

O Fundo foi constituído em 28 de novembro de 2006, conforme ato de deliberação da Administradora, sendo aprovado o inteiro teor do regulamento, (o “Regulamento”), ambos registrados no 2º Cartório de Imóveis, Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, em 04 de dezembro de 2006, sob o n.º 207.082. A Oferta está registrada na CVM sob o regime de registro automático desde 24 de janeiro de 2007, nos termos da Instrução da CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003. O Fundo é administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo – 4.º andar, Vila Yara, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo.

**O INVESTIMENTO NO FUNDO SUJEITA O INVESTIDOR A RISCOS, QUE DEVERÁ LER A SEÇÃO “FATORES DE RISCO”, CONFORME DESCRITO NAS PÁGINAS 30 A 36 DESTES PROSPECTO. AINDA QUE A ADMINISTRADORA MANTENHA UM SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO (A “CARTEIRA”), HÁ RISCO DE PERDAS NO FUNDO OU PARA O INVESTIDOR. O FUNDO NÃO CONTA COM GARANTIA DA SUA ADMINISTRADORA, DO CUSTODIANTE, DO CEDENTE, DO COORDENADOR, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC.**

Todo Quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de Termo de Adesão, que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento do Fundo, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, da sua política de investimento, da composição da Carteira, da taxa de administração devida à Administradora, dos riscos associados ao investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no Patrimônio Líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda do capital, parcial ou total, investido pelo investidor.

**“A CVM NÃO GARANTE A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS E, TAMPOUCO, FAZ JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DAS QUOTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.”**

**O INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO DE INVESTIMENTO E PARA O INVESTIDOR.**

**O FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO NÃO CONTA COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR DO FUNDO, DO GESTOR DA CARTEIRA, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC.**

**A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.**

**AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESSE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO, MAS NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESSE PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO E DO REGULAMENTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.**

**O GESTOR DESTES FUNDO NÃO ADOTA POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLÉIAS.**



**ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE AUTO-REGULAÇÃO DA ANBID PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS COTAS DESTES FUNDO DE INVESTIMENTO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DA ANBID, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SEU ADMINISTRADOR OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS.**

COORDENADOR



ADMINISTRADORA

**BEM DTVM**  
(Empresa do Grupo Bradesco)

GESTOR



CUSTODIANTE



AUDITOR INDEPENDENTE



ASSESSORES LEGAIS



AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO



**PROSPECTO DATADO DE 03.03.2009**

## ÍNDICE

<i>DEFINIÇÕES</i> .....	6
<i>IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DO COORDENADOR, DE CONSULTORES E AUDITORES</i> .....	11
<i>DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA E DO COORDENADOR DO FUNDO</i> .....	12
<i>CARACTERÍSTICAS DA OFERTA</i> .....	13
<i>CARACTERÍSTICAS DO FUNDO</i> .....	19
FLUXOGRAMA DA SECURITIZAÇÃO .....	19
O FUNDO.....	20
BASE LEGAL.....	20
PÚBLICO ALVO.....	20
APLICAÇÃO DOS RECURSOS .....	20
OBJETIVO DE INVESTIMENTO.....	21
POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA .....	21
PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	23
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS .....	23
<i>CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS DO FUNDO</i> .....	26
FORMA E ESPÉCIE.....	26
EMISSÃO DE QUOTAS SENIORES .....	26
EMISSÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS .....	27
PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO .....	27
EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS .....	27
AMORTIZAÇÃO E RESGATE ANTECIPADOS .....	27
PAGAMENTO AOS QUOTISTAS .....	28
NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS .....	28
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO .....	28
ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA .....	29
ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS .....	30
POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES .....	30
ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS .....	30
<i>FATORES DE RISCO</i> .....	31
RISCOS DE MERCADO .....	31
RISCOS DE CRÉDITO .....	32
RISCO DE LIQUIDEZ .....	33
RISCO OPERACIONAL .....	34
OUTROS RISCOS .....	36
<i>LIQUIDAÇÃO DO FUNDO</i> .....	39
EVENTOS DE AVALIAÇÃO.....	39
EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO.....	41
<i>ASSEMBLÉIA GERAL</i> .....	44
COMPETÊNCIA .....	44
PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO .....	44
<i>REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO</i> .....	47
<i>TAXAS E ENCARGOS DO FUNDO</i> .....	48
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.....	48
DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO.....	49

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO.....	49
IOF.....	50
IMPOSTO DE RENDA.....	50
CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA – CPMF .....	51
<i>PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO.....</i>	<i>53</i>
ADMINISTRADORA.....	53
CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO .....	53
AGENTE DE COBRANÇA.....	54
FIEL DEPOSITÁRIO.....	54
GESTOR .....	54
COORDENADOR E COLOCADOR DAS QUOTAS SENIORES DO FUNDO .....	55
AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO .....	57
AUDITORIA.....	57
<i>DIREITOS DE CRÉDITO .....</i>	<i>58</i>
ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO .....	58
CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO .....	58
PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO .....	58
LIMITES DE CONCENTRAÇÃO.....	59
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE.....	60
TITULARIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO .....	62
FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO .....	62
PREÇO E PAGAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO .....	62
POLÍTICA DE COBRANÇA .....	62
RESOLUÇÃO E RESTITUIÇÃO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO .....	62
POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO.....	63
COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO.....	64
INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO DE CRÉDITO E AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO PESSOAL .....	65
<i>HISTÓRICO DA OMNI S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO .....</i>	<i>66</i>
<i>RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO.....</i>	<i>67</i>

## **ANEXOS**

---

<b>Anexo</b>	<b>Documento</b>	<b>Página</b>
Anexo I	Regulamento do Fundo	68
Anexo II	Suplemento ao Regulamento	119
Anexo III	Súmula de Classificação de Risco	123
Anexo IV	Relatório do Auditor Independente	133

## DEFINIÇÕES

Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Prospecto (estejam no singular ou no plural), têm o significado a eles atribuídos nesta seção.

Administradora:	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 4º do Regulamento;
Agência de Classificação de Risco:	é a Fitch Ratings do Brasil Ltda. agência de classificação de risco com sede na Alameda Santos, 1470, 5º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
Agente de Cobrança:	é a Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento;
Agente Escriturador:	é o Banco Bradesco S.A., ou seu sucessor a qualquer título;
Amortização Programada:	é a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto no Suplemento de cada série;
Assembleia Geral:	é a Assembleia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXII;
Ativos Financeiros:	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o Patrimônio Líquido;
Auditor Independente:	é a KPMG Auditores Independentes, ou sua sucessora a qualquer título;
BACEN:	é o Banco Central do Brasil;
BOVESPAFIX:	é o mercado de títulos de renda fixa privada, mantido pela Bolsa de Valores de São Paulo;
Cedente:	é o Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, o qual, de tempos em tempos, cede os Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão;
CETIP:	é a Câmara de Custódia e Liquidação e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários;
Condições Adicionais:	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 25 do Regulamento;
Conta do Fundo:	a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo junto ao Banco Bradesco S.A., que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;
Contrato de Cessão:	é o contrato de cessão de Direitos de Crédito celebrado entre o Fundo, a Administradora e o Cedente, e seus Termos de Cessão;

Contrato de Cobrança:	é o Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança, celebrado entre o Fundo, e o Agente de Cobrança;
Contrato de Custódia:	é o Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo;
Contrato de Escrituração:	é o Contrato de Controladoria e Escrituração de Quotas de Fundos de Investimentos, firmado entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo;
Contrato de Gestão:	é o contrato firmado pelo Fundo com o Gestor, ou seu sucessor a qualquer título;
Contratos de Financiamento	são os contratos de financiamento de veículos garantidos por alienação fiduciária e/ou os contratos de crédito pessoal com garantia ambos firmados entre o Cedente e os Financiados;
Contrato de Serviços de Auditoria Independente:	é o Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria, firmado entre a Auditoria Independente e a Administradora;
Contrato de Serviços de Classificação de Risco:	é o Contrato para Elaboração de Rating de FIDC, firmado entre a Agência de Classificação de Risco e a Administradora;
Critérios de Elegibilidade:	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 24 do Regulamento;
Custodiante:	é o Banco Bradesco S.A., ou seu sucessor a qualquer título;
CVM:	é a Comissão de Valores Mobiliários;
Datas de Amortização:	são as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, ou a data de amortização deliberada em Assembléia Geral de Quotistas, conforme o caso;
Data da 1ª Subscrição de Quotas:	é a data da 1ª subscrição de Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, conforme o caso, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo;
Data de Resgate:	é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores, conforme indicada no Suplemento da respectiva série;
Dias Úteis:	significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na sede social da Administradora; e (ii) feriados de âmbito nacional;
Direitos de Crédito:	são todos os direitos de crédito adquiridos ou a serem adquiridos pelo Fundo, oriundos de Contratos de Financiamento celebrados pelo Cedente com Financiados, observado o disposto neste Regulamento;

Direitos de Crédito Elegíveis:	significa os Direitos de Crédito que satisfaçam cumulativamente, na Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade definidos no artigo 24 do Regulamento;
Documentos Comprobatórios:	têm o significado que lhe é atribuído no Artigo 13 do Regulamento;
Documentos da Operação:	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Contratos de Cessão e respectivos Termos de Cessão, Regulamento, Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração, Contrato de Gestão, Contrato de Serviços de Classificação de Risco, e Contrato de Serviços de Auditoria Independente, Contrato de Cobrança, Contrato de Depósito, Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas;
Encargos do Fundo:	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 60 do Regulamento;
Eventos de Avaliação:	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 55 do Regulamento;
Eventos de Liquidação:	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 57 do Regulamento;
Excesso de Cobertura:	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 54 do Regulamento;
Financiados:	São os clientes do Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, que com ele celebram os Contratos de Financiamento;
Fundo:	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º do Regulamento;
IGPM:	é o Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
Índices de Atraso:	são os índices calculados de acordo com a fórmula no Parágrafo Primeiro do Artigo 56 do Regulamento;
Instituições Autorizadas :	Instituições financeiras de primeira linha, com classificação de risco ( <i>rating</i> ) igual ou superior a BrAA-, emitida pela Fitch Ratings do Brasil Ltda., ou classificação de risco ( <i>rating</i> ) equivalente, emitida pela Standard & Poor's ou pela Moody's;
Instrução CVM 356:	Instrução da CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM n.º 393, de 22 de julho de 2003;
Investidores Qualificados:	são todos os investidores autorizados, nos termos da regulamentação em vigor, a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;
Meta de Rentabilidade Prioritária:	é a meta de remuneração de cada série de Quotas Seniores estabelecida no respectivo Suplemento, de acordo com o Regulamento;
Obrigações do Fundo:	são todas as obrigações do Fundo previstas no Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização, e ao resgate das Quotas;



Patrimônio Líquido:	significa o somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas no Capítulo XXI do Regulamento;
Periódico:	é o jornal Gazeta Mercantil;
Política de Cobrança:	é a política de cobrança adotada pelo Fundo em face dos devedores que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito;
Quotas:	são as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas;
Quotas Seniores:	são as quotas da classe Sênior, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
Quotas Seniores em Circulação	é a totalidade das Quotas Seniores emitidas, excetuadas as Quotas Seniores resgatadas, bem como aquelas que sejam pertencentes ao Cedente, suas controladas ou coligadas, seus controladores ou seus conselheiros e diretores;
Quotas Subordinadas:	são as quotas da classe subordinada, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
Quotistas:	são os titulares das Quotas;
Razão de Garantia:	é a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores, observado o disposto no Artigo 52 do Regulamento;
Regulamento:	é o regulamento do Fundo;
Relação Mínima:	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo Único do Artigo 52 do Regulamento;
Reserva de Liquidez:	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 5º do Artigo 46 do Regulamento;
Resolução CMN 2.907:	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001;
SELIC:	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
SOMAFIX:	é o sistema eletrônico mantido pela Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. – SOMA para negociação de títulos e valores mobiliários de renda fixa privados;
Suplemento:	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 33, Parágrafo Primeiro do Regulamento;

Taxa de Administração:	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 6º do Regulamento;
Taxa DI:	<p>Taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANDIMA, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis;</p> <p>No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Quotas Seniores, quando das distribuições de rendimentos posteriores;</p> <p>Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos Quotistas, deverá convocar Assembléia Geral de Quotistas para definir a nova taxa substituta. Até a deliberação da nova taxa substituta, será utilizada como Taxa DI a última Taxa DI conhecida antes da ausência de apuração e/ou divulgação, extinção ou imposição legal da Taxa DI, conforme o caso;</p>
Termo de Adesão ao Regulamento:	é o documento por meio do qual o Quotista adere ao Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo, nos termos do Anexo II do Regulamento;
Valor Unitário de Emissão:	é o valor unitário de emissão das Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, na Data da 1ª Subscrição de Quotas da respectiva série;
Valor Unitário de Referência	significa (i) na Data de Emissão de Quotas Seniores da série, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de cada série, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para as Quotas Seniores da série em seu respectivo Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas Seniores;
Veículos Leves:	automóveis e utilitários;
Veículos Pesados	caminhões, ônibus, carretas e utilitários pesados, utilizados tanto para transporte de carga quanto de passageiro.

## **IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DO COORDENADOR, DE CONSULTORES E AUDITORES**

### **Instituição Administradora**

BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.  
Cidade de Deus, Prédio Novíssimo 4º andar  
Osasco – SP  
Fone: (11) 3684-4522  
Fax: (11) 3684-5645

### **Gestor da Carteira**

Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities  
Rua Líbero Badaró, nº 425 – 23º andar  
São Paulo - SP  
Fone: (21) 3806-0805  
Fax: (21) 3806-0815

### **Coordenador da Colocação das Quotas Seniores**

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.  
Av. Brigadeiro Faria Lima 3064, 13º andar  
São Paulo - SP  
Fone: (11) 3841-6000  
Fax: (11) 3841-6905

### **Agência de Classificação de Risco**

Fitch Ratings do Brasil Ltda.  
Alameda Santos, 1470, 5º andar  
São Paulo – SP  
Fone: (11) 4504-2600  
Fax: (11) 4504-2601

### **Auditores Contratados**

KPMG Auditores Independentes  
Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33  
São Paulo – SP  
Fone: (11) 3067-3000

## DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA E DO COORDENADOR DO FUNDO

A BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de Administradora do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS OMNI VEÍCULOS - IV, no âmbito da distribuição pública de Quotas Seniores do Fundo registrada na CVM, exclusivamente para fins do processo de registro da oferta na CVM, declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400, de 19 de dezembro de 2003: que (a) o Prospecto da Oferta (i) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes (ii) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da oferta das Quotas Seniores do Fundo e ao investimento nas Quotas Seniores, no contexto da oferta; (iii) A Administradora declara ainda, que as informações fornecidas ao mercado durante a distribuição são verdadeiras, corretas e suficientes nos termos do artigo 56 da ICVM 400.

O Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.064, 13º andar, São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.987.793/0001.33, neste ato representado na forma do seu estatuto social, na qualidade de coordenador da colocação de 50.000 Quotas Seniores da 1ª Série (“Oferta”) do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS OMNI VEÍCULOS – IV** (“Ofertante”), nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400, de 19 de dezembro de 2003 da Comissão de Valores Mobiliários, com relação à Oferta, vem pela presente declarar, neste ato, o quanto segue:

Considerando que:

- (i) o Coordenador Líder constituiu consultores legais para auxiliá-lo na implementação da Oferta;
- (ii) para realização da Oferta foi efetuada auditoria em relação aos recebíveis cedidos para a Ofertante;
- (iii) foram disponibilizados para a Instituição Líder todos os documentos considerados relevantes para a Oferta;
- (iv) conforme informações prestadas pela Ofertante e pela empresa originadora dos créditos cedidos à Ofertante, foram disponibilizados, para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações considerados relevantes para a realização da Oferta, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

o Coordenador Líder declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que:

- i) as informações prestadas pelo Ofertante no Prospecto da 1ª Distribuição Pública de Quotas Seniores do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS OMNI VEÍCULOS – IV (“Prospecto”), são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- ii) que as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro do Ofertante que venham a integrar o Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- iii) o Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Quotas Seniores da 1ª Série do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS OMNI VEÍCULOS – IV (“Quotas”), da Ofertante, os riscos inerentes às Quotas e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

## CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

*Este sumário não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento no Fundo. Este Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na Seção “FATORES DE RISCO”, bem como o Regulamento do Fundo, constante do Anexo I a este Prospecto.*

<b>Emissor:</b>	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos IV, constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução da CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM n.º 393, de 22 de julho de 2003., da Resolução CMN 2.907 e do seu Regulamento.
<b>Cedente dos Direitos Creditórios</b>	Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida São Gabriel, nº555, 5º andar, conjunto 505, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 92.228.410/0001-02;
<b>Direitos de Crédito:</b>	Cada prestação devida pelo Financiador ao Cedente ou a seus respectivos cessionários, sempre em moeda corrente nacional, líquida de qualquer taxa de administração/serviço, decorrente de contratação de operação de financiamento ou crédito pessoal entre o Cedente e um financiado, nos termos do Contrato de Financiamento.
<b>Instituição Administradora</b>	BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo – 4.º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.066.670/0001-00.
<b>Instituição Intermediária</b>	Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 3064, 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.987.793/0001-33
<b>Custodiante</b>	Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12.
<b>Auditor</b>	KPMG Auditores Independentes ,sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 057.755.217/0001-29.
<b>Agência de Classificadora de Risco</b>	Fitch Ratings do Brasil Ltda. agência de classificação de risco com sede na Alameda Santos, 1470, 5º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo
<b>Quantidade de Quotas Seniores da 1ª Série:</b>	50.000 (cinquenta mil)
<b>Montante da Oferta:</b>	R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais)

**Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores da 1ª Série:** R\$ 1.000,00 (um mil reais);

**Valor Mínimo de Investimento:** R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

**Data de Emissão da 1ª Série:** 27 de dezembro de 2006

**Datas e Montantes de Amortização das Quotas Seniores da 1ª Série:** Todo dia 25 de cada mês, iniciando no mês imediatamente posterior ao Período de Carência da 1ª Série e terminando na Data de Resgate das Quotas Seniores da 1ª Série. A amortização mensal de cada Quota Sênior será determinada através da divisão do valor da Quota Sênior na Data de Amortização pela soma do (i) número de meses remanescentes e (ii) 1 (um), conforme tabela abaixo:

**Mês (a contar da Data da 1ª Subscrição de Quotas da 1ª Série)  
Amortização Programada**

25º  
valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 36

26º  
valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 35

27º  
valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 34

28º  
valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 33

29º  
valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 32

30º  
valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 31

31º  
valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 30

32º  
valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 29

33º  
valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 28

34º  
valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 27

35º  
valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 26

36º  
valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 25

37º  
valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 24

38º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 23
39º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 22
40º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 21
41º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 20
42º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 19
43º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 18
44º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 17
45º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 16
46º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 15
47º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 14
48º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 13
49º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 12
50º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 11
51º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 10
52º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 9
53º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 8
54º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 7
55º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 6
56º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 5
57º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 4

58º  
valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 3

59º  
valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 2

60º  
valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 1

<b>Período de Carência da 1ª Série:</b>	24 meses, contados da Data da 1ª Subscrição de Quotas
<b>Data de Resgate das Quotas Seniores da 1ª Série:</b>	60 meses, contados da Data da 1ª Subscrição de Quotas
<b>Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores da 1ª Série:</b>	112% da Taxa DI, calculada diariamente.
<b>Classificação de Risco das Quotas Seniores da 1ª Série:</b>	AA- (bra)
<b>Prazo de Distribuição das Quotas Seniores:</b>	180 (cento e oitenta) dias, contados da data do registro da Oferta na CVM.
<b>Procedimento de Distribuição das Quotas Seniores da 1ª Série:</b>	O Coordenador realizará a distribuição pública das Quotas Seniores em mercado de balcão não organizado. Será adotado o procedimento diferenciado de distribuição, não havendo lotes máximos ou mínimos. Os pedidos serão atendidos na ordem cronológica de confirmação, de acordo com a disponibilidade de Quotas Seniores para subscrição.
<b>Negociação:</b>	<p>As Quotas Seniores serão registradas para negociação no SOMAFIX, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência das Quotas Seniores de sua titularidade; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários assegurar que os adquirentes das Quotas Seniores sejam Investidores Qualificados.</p> <p>Na hipótese de negociação de Quotas Seniores na CETIP, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriurador após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista. As Quotas Seniores serão negociadas no SOMAFIX sendo liquidadas de acordo com as normas da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (a “<u>CBLC</u>”).</p>
<b>Forma de Subscrição e Integralização:</b>	No ato de subscrição das Quotas Seniores, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição, que também será assinado pela Administradora; e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas conforme o previsto no Suplemento de distribuição das Quotas Seniores da 1ª Série,



	respeitadas as demais condições previstas no Regulamento.
<b>Aplicação dos Recursos pelo Fundo:</b>	Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão utilizados, pelo Fundo, na aquisição dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de composição, de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.
<b>Público Alvo:</b>	Investidores Qualificados.
<b>Publicações:</b>	As publicações a cargo do Fundo, inclusive o anúncio das datas de início e término da Oferta bem como qualquer outro anúncio relacionado a ela, serão realizadas no jornal “Gazeta Mercantil”, da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
<b>Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Oferta</b>	<p>Havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da oferta.</p> <p>Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.</p> <p>A revogação torna ineficazes a oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente, acrescidos de remuneração de acordo com a Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores, aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Quotas Seniores ofertadas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.</p> <p>A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início da Oferta e o manifestante deverá ser cientificado de que a oferta original foi alterada, com indicação das novas condições.</p> <p>Na hipótese de modificação ou revogação das condições da Oferta, os investidores que já tiverem aderido à Oferta terão que confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da comunicação da Administradora. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio.</p>
<b>Maiores Informações:</b>	Para maiores informações a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM, às sedes da Administradora ou do Coordenador da Oferta, ou seus respectivos sites na Internet, nos endereços indicados abaixo:

**BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Cidade de Deus, Prédio Novíssimo – 4.º andar, Vila Yara Osasco – SP  
Fone: (11) 3684-4522  
Fax: (11) 3684-5645  
[bemdtvm@bradesco.com.br](mailto:bemdtvm@bradesco.com.br)  
Att. José Carlos da Silva

**BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A.**  
Av. Brigadeiro Faria Lima 3064, 13º andar, São Paulo – SP.  
Fone: (11) 3841-6362  
Fax: (11) 3841-6905  
Att.: Andre Petersen  
[andre.petersen@credit-suisse.com](mailto:andre.petersen@credit-suisse.com)  
[www.credit-suisse.com.br](http://www.credit-suisse.com.br)

**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM**  
Rua Sete de Setembro, n.º 111  
Rio de Janeiro, RJ  
Fone: (21) 3233-8686  
Fax: (21) 3233-8349  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

**BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO - BOVESPA**  
Rua XV de Novembro, n.º 275,  
São Paulo, SP  
Fone: (11) 3233-2000  
Fax: (11) 3233-2061  
[www.bovespa.com.br](http://www.bovespa.com.br)

Exemplares impressos do Prospecto estão disponíveis para retirada, pelos interessados, no endereço da Administradora acima indicado.

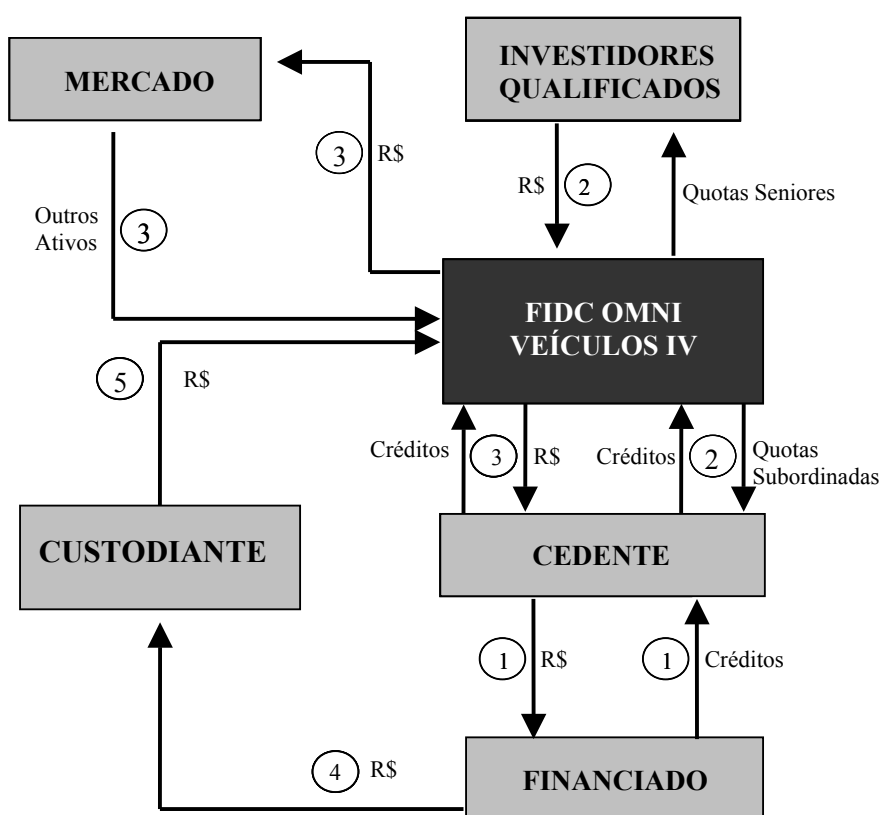
O Prospecto está disponível para consulta e reprodução, nas páginas da rede mundial de computadores da Administradora, do Coordenador e da CVM.

## CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

*As informações contidas nesta Seção foram retiradas do Regulamento, constante do Anexo I ao presente Prospecto. Recomenda-se ao potencial investidor a leitura cuidadosa do Regulamento antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo.*

*Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação da Carteira estabelecidos no Regulamento.*

## FLUXOGRAMA DA SECURITIZAÇÃO



1. O Cedente celebra Contratos de Financiamento com os Financiados constituindo Direitos de Crédito.
2. O Fundo capta recursos por meio de emissão e subsequente integralização de suas quotas. As Quotas Seniores são destinadas exclusivamente a investidores qualificados, sendo colocadas pelo Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. As Quotas Subordinadas são destinadas exclusivamente ao Cedente, seus acionistas, conselheiros e diretores.
3. O Fundo adquire Direitos de Créditos e outros ativos utilizando-se dos recursos recebidos conforme o item 2 acima.
4. Os Financiados, devedores dos Direitos de Crédito, efetuam o pagamento ao Banco Bradesco S.A., na qualidade de Custodiante.
5. O Custodiante repassa ao Fundo os valores decorrentes do pagamento dos Direitos de Créditos de titularidade do Fundo.

## **O FUNDO**

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas Seniores somente poderão ser resgatadas na Data de Resgate de cada série de Quotas Seniores, por deliberação especial da Assembléia Geral de Quotistas, ou em virtude de sua liquidação antecipada. O prazo de duração do Fundo será indeterminado. O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral, observado o previsto nos Capítulos XX e XXII do Regulamento.

O Regulamento do Fundo foi registrado no 2º Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, em 04 de dezembro de 2006, sob o n.º 207.082.

O Fundo tem por objetivo a captação de recursos para aquisição de Direitos de Crédito oriundos de financiamentos e de operações de crédito pessoal, em ambos os casos garantidos por alienação fiduciária de veículo, concedidos pelo Cedente aos Financiados. Os Direitos de Crédito só são comprados pelo Fundo após verificação pelo Custodiante do atendimento aos Critérios de Elegibilidade, conforme previsto no Regulamento.

Os recebíveis adquiridos pelo Fundo não contam com nenhuma forma de coobrigação do Cedente.

## **BASE LEGAL**

O Fundo tem como base legal a Resolução CMN n.º 2.907 e a Instrução da CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM n.º 393, de 22 de julho de 2003.

## **PÚBLICO ALVO**

O Fundo é destinado a Investidores Qualificados, conforme definido na Instrução n.º 409 da CVM.

O investimento nas Quotas não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Quotas no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr os riscos relacionados a investimentos em fundos de investimento em direitos creditórios e/ou aos Direitos de Crédito que compõem sua carteira. Os investidores devem analisar cuidadosamente a Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto antes de tomar uma decisão de investimento relativa à Oferta.

## **APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão utilizados, pelo Fundo, prioritariamente, para a aquisição dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimentos, de composição e de diversificação da Carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.

A integralização das Quotas Seniores da 1ª Série deverá ser gradativa, na medida em que os Direitos de Crédito sejam ofertados pelo Cedente e seja verificada a sua observância aos Critérios de Elegibilidade e desde que os Direitos de Crédito estejam comercialmente qualificados para aquisição pelo Fundo.

## OBJETIVO DE INVESTIMENTO

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação de sua Carteira, a valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo: (i) de Direitos de Crédito, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito; e (ii) de Ativos Financeiros.

Cada série de Quotas Seniores terá características específicas, inclusive com relação à meta de rendimento das Quotas, de acordo com as características da emissão, condições de mercado, entre outros fatores. A rentabilidade alvo das Quotas Seniores da 1ª Série é de 112% da Taxa DI, a ser calculada diariamente.

## POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

### *Carteira do Fundo*

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação da Carteira estabelecidos no Regulamento, sempre observado o disposto no Capítulo VII do Regulamento e na legislação e regulamentação aplicáveis (em especial o previsto no Artigo 40, §9º, I da Instrução CVM 356).

O Fundo é voltado preponderantemente à aplicação em Direitos de Crédito, os quais são originários do segmento de financiamentos de veículos novos e usados (Motocicletas, Veículos Leves e Veículos Pesados) que sejam devidamente amparados por documentação fiscal hábil (CRV) e de operações de crédito pessoal, em ambos os casos garantidos por alienação fiduciária de veículo, conforme exemplificados no Anexo V do Regulamento.

Sem prejuízo das outras modalidades de investimentos para aplicação do remanescente de seu patrimônio líquido, conforme descritas no item “Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo” abaixo, o Fundo deverá manter, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em Direitos de Crédito (“Alocação Mínima”). O quadro a seguir apresenta um resumo das modalidades de investimento e dos limites de composição da Carteira do Fundo:

<b>Composição da Carteira e Percentual Máximo em Relação ao Patrimônio Líquido</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>
• Direitos de Crédito	50%	100%
• Moeda Corrente Nacional	0%	50%
• Títulos públicos de emissão do Banco Central	0%	50%
• Títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional	0%	50%

### *Aplicação do Remanescente do Patrimônio Líquido do Fundo*

O Fundo poderá realizar investimentos, com a parcela do Patrimônio Líquido não alocada em Direitos de Crédito, em: (i) moeda corrente nacional; (ii) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN; (iii) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados acima, contratadas com Instituições Autorizadas; e/ou (iv) quotas de fundo de investimento de renda fixa ou de fundo de investimento referenciado à Taxa DI, inclusive administrados e/ou geridos pela Administradora, por seu controlador, por sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, com liquidez diária, cujas políticas de

investimento admitam a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nos itens “i”, “ii” e “iii” acima, bem como cujas políticas de investimento admitam a realização de operações com derivativos, desde que para proteção das posições detidas à vista, até o limite destas.

### ***Reserva de Liquidez***

A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora deverá constituir uma Reserva de Liquidez para pagamento das amortizações e resgates das Quotas Seniores. Para tanto, a Administradora deverá condicionar a aquisição de novos Direitos de Crédito ao cumprimento do cronograma abaixo.

No 21º (vigésimo primeiro) Dia Útil anterior a cada Data de Amortização ou da Data de Resgate (i) o valor da Reserva de Liquidez deverá ser no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administradora para pagamento da respectiva amortização e/ou resgate; e (ii) caso o valor da Reserva de Liquidez seja inferior a 100% (cem por cento) do valor estimado pela Administradora para pagamento da respectiva amortização e/ou resgate, o valor total dos Direitos de Crédito vincendos até 5 (cinco) Dias Úteis antes da respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate deverá ser no mínimo 150% (cento e cinquenta por cento) do valor estimado pela Administradora para pagamento da respectiva amortização e/ou resgate.

A partir de 21 (vinte e um) Dias Úteis antes de cada Data de Amortização ou da Data de Resgate, a Administradora deverá interromper a aquisição de novos Direitos de Crédito e destinar todas as disponibilidades do Fundo, para a recomposição da Reserva de Liquidez até que o valor da Reserva de Liquidez seja 100% (cem por cento) do valor estimado pela Administradora para pagamento da respectiva amortização e/ou resgate.

### ***Demais Informações sobre a Política de Investimento***

Os Direitos de Crédito e os demais ativos integrantes da carteira do Fundo devem ser custodiados, bem como registrados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic, em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pela referida Autarquia ou pela CVM.

O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. A Carteira do Fundo, e por consequência seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais, exemplificativamente, os analisados no Capítulo VII do Regulamento. Antes de adquirir quotas do Fundo, o investidor deve ler cuidadosamente tal item, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.

As aplicações nas Quotas Seniores não contam com garantia da Administradora ou do Fundo Garantidor de Créditos –FGC.

## **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O Patrimônio Líquido do Fundo corresponderá ao somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, apurados na forma do Capítulo XVIII do Regulamento, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas no Capítulo XXI do Regulamento.

Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, do Cedente, dos Financiados e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido, observado o disposto no Artigo 51 do Regulamento.

## **SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS**

### ***Contrato de Cessão***

Por meio do Contrato de Cessão, constante do Anexo V a este Prospecto, o Cedente prometeu ceder ao Fundo Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados ao Cedente, em razão de sua titularidade.

Cada uma das cessões de Direitos de Crédito realizadas nos termos do Contrato de Cessão compreendem: (a) todos os instrumentos representativos dos Direitos de Crédito e seus respectivos anexos; e (b) os direitos decorrentes de qualquer garantia acessória, real ou fidejussória vinculada aos Direitos de Crédito, bem como os respectivos instrumentos constitutivos.

O Fundo, por sua vez, prometeu adquirir Direitos de Crédito do Cedente, durante o prazo de vigência do Contrato de Cessão, observados (i) os termos e as condições estabelecidos no Contrato de Cessão, (ii) o objetivo e a política de investimentos do Fundo, a elegibilidade e o atendimento das Condições Adicionais dos Direitos de Crédito ofertados, e (iii) a discricionariedade da Administradora.

O Cedente não se responsabilizou pela solvência ou solvabilidade dos Financiados, responsabilizando-se civil e criminalmente pela existência, certeza, liquidez e exigibilidade dos Direitos de Crédito, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, bem como pela legalidade, legitimidade, veracidade e correta formalização dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo, por eventuais oposições ou exceções apresentadas pelos Financiados contra o Cedente, o Fundo, a Administradora e o Custodiante.

O Fundo tornar-se-á titular dos Direitos de Crédito e pagará ao Cedente, em contrapartida à cessão dos Direitos de Crédito, na Data de Aquisição definida no Contrato de Cessão, o preço apurado na forma descrita no item “Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito” deste Prospecto, em razão do que o Cedente dará ao Fundo a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, servindo o comprovante de depósito como recibo de pagamento e quitação.

O Cedente obrigou-se a oferecer ao Fundo tantos Direitos de Crédito Elegíveis quantos sejam necessários para permitir que a totalidade dos recursos provenientes da subscrição das Quotas Seniores da 1ª Série seja alocada em Direitos de Crédito, nos termos do Suplemento, no Prazo de Distribuição de Quotas Seniores.

### ***Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Subscrição e Colocação de Quotas Seniores***

Por meio do Contrato em questão, o Coordenador realizará a distribuição pública de 50.000 (cinquenta mil) Quotas Seniores da 1ª Série, em mercado de balcão não organizado, em regime de garantia firme de subscrição, pelo valor a ser apurado de acordo com o artigo 40 do Regulamento.

### ***Contrato de Cobrança***

Por meio do Contrato de Cobrança, o Agente de Cobrança obrigou-se a prestar serviços (i) de cobrança ordinária dos Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da Carteira do Fundo, entendida, esta, pelo envio de boletos bancários aos Financiados, o acompanhamento do pagamento relativo a cada Contrato de Financiamento, o controle das respectivas datas de vencimento, bem como quaisquer outros atos que não envolvam a cobrança de Direitos de Crédito inadimplidos; e (ii) de cobrança dos Direitos de Crédito cujos pagamentos devidos pelos Financiados ao Fundo não sejam efetuados dentro das respectivas datas de vencimentos, observados os procedimentos e os critérios definidos no Anexo IV do Regulamento. Não obstante o Cedente acumular a função de Agente de Cobrança do Fundo, as atividades relativas a cada uma das funções são exercidas de forma completamente independentes.

### ***Contrato de Gestão***

Por meio do Contrato de Gestão, a Administradora contratou o Gestor para desempenhar as funções de gestão da carteira de Ativos Financeiros do Fundo.

Pelo Contrato de Gestão e na melhor forma em direito admitida, a Administradora delegou ao Gestor poderes de gestão da Carteira de Ativos Financeiros do Fundo, com observância às restrições legais e regulamentares aplicáveis e em estrito cumprimento da Política de Investimento estabelecida no Regulamento do Fundo. O Gestor administrará discricionariamente, de acordo com os mais altos padrões de probidade e diligência, a carteira de Ativos Financeiros do Fundo, buscando, para tanto, identificar oportunidades de negócios que atendam aos interesses do Fundo, selecionando, adquirindo e vendendo Ativos Financeiros para comporem a carteira do Fundo.

### ***Contrato de Depósito***

Por meio do Contrato de Depósito o Depositário foi contratado para atuar como depositário dos originais de todos os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, sob as penas previstas na legislação aplicável, como se seus fossem, na forma do depósito voluntário, conforme previsto no artigo 627 do Código Civil Brasileiro.

O Depositário obrigou-se a prestar os serviços de guarda, custódia física, armazenagem e organização dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo e, na condição de fiel depositário, manterá a guarda de todos os Documentos Comprobatórios, a partir da data de assinatura do Termo de Cessão, pelo prazo de 11 (onze) anos.

### ***Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas***

Por meio do Compromisso em questão, o Cedente se comprometeu, em caráter irrevogável e irretratável, a subscrever e integralizar:



- (a) em cada Data de Emissão de Quotas Seniores, o número de Quotas Subordinadas no valor que seja suficiente para que (i) a Razão de Garantia do Fundo, depois de computada, *pro forma*, a emissão pretendida e a aquisição dos Direitos de Crédito a ser realizada com os recursos oriundos da integralização das referidas Quotas Seniores, seja igual ou superior ao Limite de Liberação de Garantias, ou (ii) a relação, expressa em valores percentuais, entre (x) a soma dos valores de Quotas Seniores e Subordinadas a serem integralizadas e (y) o valor das Quotas Seniores a serem integralizadas, seja igual ou superior à Relação Mínima; e
- (b) em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da comunicação enviada pela Administradora ao Cedente, observadas as condições de subscrição e integralização previstas no Regulamento, o número de Quotas Subordinadas no valor que seja suficiente para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia exigida, sempre que, em qualquer data de verificação de desenquadramento, o Fundo não atenda à Razão de Garantia exigida.

## **CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS DO FUNDO**

### **FORMA E ESPÉCIE**

As Quotas são transferíveis, terão números inteiros e serão escriturais, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

As quotas constituem frações ideais do patrimônio do Fundo e serão divididas em duas classes, sendo uma classe de Quotas Seniores e uma de Quotas Subordinadas.

As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns: (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento; (b) Valor Unitário de Emissão de R\$ 1.000,00 (um mil reais) na Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores, sendo que as Quotas Seniores distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base no item (c) a seguir; (c) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, de acordo com os critérios definidos no Capítulo XIII do Regulamento; e (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto.

As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações: (a) subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, observado o disposto no Regulamento; (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito; (c) Valor Unitário de Emissão de R\$ 1.000,00 (um mil reais) na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas, sendo que as Quotas Subordinadas distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, observados os critérios definidos no Artigo 41 do Regulamento; (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá 1 (um) voto; e (e) serão subscritas pelo Cedente ou por seus acionistas, conselheiros ou diretores.

### **EMIÇÃO DE QUOTAS SENIORES**

O Fundo poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, observado que:

- depois de computada *pro forma* a aquisição dos Direitos de Crédito a ser realizada com os recursos oriundos da integralização de cada série de Quotas Seniores, o Fundo atenda à Razão de Garantia exigida;
- nenhum Evento de Avaliação tenha ocorrido e esteja em vigor;
- exceto pelos termos e condições previstos no Suplemento de cada série, as séries conferirão aos respectivos Quotistas os mesmos direitos, privilégios e vantagens, sendo expressamente vedada a emissão de série que confira aos seus titulares direitos, privilégios e vantagens distintos; e
- o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro na forma do Artigo 75 do Regulamento.

## **EMIÇÃO DE QUOTAS SUBORDINADAS**

O Fundo poderá emitir Quotas Subordinadas, a serem colocadas em uma ou mais distribuições, podendo ser mantido em circulação um número indeterminado de Quotas Subordinadas.

## **PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO**

As Quotas Seniores serão publicamente distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data do registro da distribuição na CVM.

*Tendo em vista que ainda não são conhecidas as datas para início e término da Oferta, estas serão anunciadas na forma indicada no item “Publicações”, constante das “Características da Oferta” acima.*

## **EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS**

As Quotas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 40 e 41 do Regulamento, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo.

A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.

Não serão cobradas taxas de ingresso, performance ou de saída pela Administradora.

A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, nos termos do Capítulo XIII do Regulamento.

Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores têm como finalidade definir (i) o valor de integralização de Quotas Seniores de cada série durante o respectivo período de distribuição e (ii) qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores da série em questão na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte da Administradora, do Gestor, do Fundo, do Cedente ou do Custodiante. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, calculado conforme o parágrafo anterior, na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.

A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores em circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data de cálculo.

## **AMORTIZAÇÃO E RESGATE ANTECIPADOS**

As Quotas Seniores de cada série serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate, caso aplicável, observado o previsto no Capítulo XIV do Regulamento.

O Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento.

Os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas não poderão, em nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em condições diversas das previstas no Regulamento.

#### **PAGAMENTO AOS QUOTISTAS**

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 49 do Regulamento, a Administradora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme os Artigos 40 e 41 do Regulamento, e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas, na hipótese prevista no Artigo 54 do Regulamento, ou após o resgate integral das Quotas Seniores, nos montantes apurados conforme o Artigo 40 e 41 do Regulamento.

A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

Os recursos depositados nas Contas do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, nas respectivas Datas de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso. Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 58 do Regulamento, em Direitos de Crédito.

Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

#### **NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS**

As Quotas Seniores serão registradas para negociação no SOMAFIX e na, de acordo com a legislação vigente.

Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas, cabendo exclusivamente aos eventuais intermediários na negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

As Quotas Seniores negociadas no SOMAFIX, BOVESPAFIX e CETIP serão liquidadas de acordo com as normas de seus respectivos ambientes de negociação.

#### **METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO**

Os Direitos de Crédito serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos feita em base exponencial, com base em um ano de 252 Dias Úteis, pelo número de Dias Úteis a decorrer até o seu vencimento, sempre observadas as regras aplicáveis emanadas pelo BACEN, pela CVM e pela legislação e regulamentação aplicável.

Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento (sempre com

cálculo de rendimento feito de forma exponencial, com base em um ano de 252 Dias Úteis e considerando o número de Dias Úteis a decorrer), computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e instrumentos derivativos, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado), utilizando-se preferencialmente os critérios de marcação a mercado adotados pela Administradora ou pelo Custodiante.

As perdas e provisões com os Direitos de Crédito serão reconhecidas no resultado do período conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

#### **ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA**

Desde a Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, a Administradora verificará, todo Dia Útil, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do Fundo (a “Razão de Garantia”) é igual ou superior à Relação Mínima, conforme definido abaixo.

A Relação Mínima será de 112% (cento e doze por cento) até que a Razão de Garantia atinja 125,5% (cento e vinte e cinco vírgula cinco por cento) ou transcorra o prazo de 6 (seis) meses a contar do início das atividades do Fundo, o que acontecer primeiro. Após a ocorrência de qualquer um dos dois eventos estabelecidos anteriormente a Relação Mínima passará a ser igual a 125,5% (cento e vinte e cinco vírgula cinco por cento) (a “Relação Mínima”).

Caso a Razão de Garantia seja inferior à Relação Mínima por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, a Administradora comunicará, imediatamente, tal ocorrência ao Cedente, mediante o envio de correspondência ou por meio eletrônico, em ambos os casos com aviso de recebimento, para realizar aporte adicional de recursos para o reenquadramento do Fundo à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas; e o Cedente deverá subscrever, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir do recebimento da comunicação referida acima, tantas Quotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia.

Caso o Cedente não realize o aporte adicional de recursos conforme mencionado no parágrafo acima, a Administradora adotará os procedimentos relativos à ocorrência de Evento de Liquidação, conforme definido no Regulamento.

Caso a Razão de Garantia seja superior a 125,5% (cento e vinte e cinco vírgula cinco por cento) (o “Excesso de Cobertura”), a Administradora poderá realizar, a seu exclusivo critério, a amortização parcial das Quotas Subordinadas, até o limite mínimo de 125,5% (cento e vinte e cinco vírgula cinco por cento), mediante solicitação dos respectivos Quotistas, desde que: (i) a Reserva de Liquidez esteja devidamente constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos no Regulamento; (ii) o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente; (iii) na data da amortização, os limites de concentração dispostos no Capítulo VII do Regulamento não tenham sido excedidos; e (iv) até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, eles tenham sido adequadamente sanados.

## **ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS**

Diariamente, a partir da 1ª Subscrição de Quotas Seniores e até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência: (a) pagamento dos Encargos do Fundo; (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento; (c) devolução aos titulares das Quotas Seniores dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Seniores, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas Seniores específica; (d) constituição da Reserva de Liquidez, conforme estabelecido no artigo 45 do Regulamento; (e) pagamento dos valores referentes à amortizações das Quotas Subordinadas; (f) aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito a serem originados pelo Cedente, em observância à Política de Investimento; e (g) pagamento dos valores referentes ao resgate das Quotas Subordinadas.

## **POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES**

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Gazeta Mercantil ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; e (ii) correio eletrônico e carta com aviso de recebimento enviados ao Quotista, na forma do parágrafo único, do Artigo 73, do Regulamento.

As publicações aqui referidas deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que distribuírem Quotas.

Qualquer mudança no periódico referido acima deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral.

## **ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS**

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os possíveis investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora por meio dos telefones e e-mails de atendimento ao Quotista abaixo indicados:

José Carlos da Silva	(11) 3684-4522	<a href="mailto:4010.jcarlos@bradesco.com.br">4010.jcarlos@bradesco.com.br</a>
Fabiano Bottignon Kosaka	(11) 3684-9431	<a href="mailto:4010.kosaka@bradesco.com.br">4010.kosaka@bradesco.com.br</a>

## FATORES DE RISCO

*Antes de decidir investir nas quotas do Fundo, os interessados devem analisar, cuidadosamente, considerando sua própria situação financeira e objetivos de investimento, todas as informações constantes deste Prospecto e, especialmente, avaliar os fatores de risco descritos nesta Seção.*

*Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes, que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses em que a Administradora, o Custodiante não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.*

*As aplicações dos Quotistas não contam com garantia da Administradora, do Custodiante, do Cedente, do Coordenador ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.*

### RISCOS DE MERCADO

#### *Efeitos da política econômica do Governo Federal.*

O Fundo, seus ativos, o Cedente e os devedores dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, aumento ou diminuição da taxa de juros, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados do Cedente, os setores econômicos específicos em que atuam, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a origemação e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados do Cedente, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito pelos respectivos Financiados.

#### *Risco de descasamento de taxas*

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado de acordo com as Metas de Rentabilidade Prioritária atreladas à Taxa DI, conforme estabelecidas em cada Suplemento, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Quotas Seniores. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que o Cedente, Administradora, Gestor e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.

### ***Flutuação dos Ativos Financeiros***

O valor dos ativos que integram a carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir, de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

### **RISCOS DE CRÉDITO**

#### ***Risco de Crédito relativo aos Direitos de Crédito***

Decorre da capacidade dos Financiados em honrarem seus compromissos pontual e integralmente, conforme contratados. O Fundo sofrerá o impacto do inadimplemento dos Direitos de Crédito detidos em carteira que estejam vencidos e não pagos. O Fundo somente procederá ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional na medida em que os pagamentos dos Direitos de Créditos sejam transferidos pelo Cedente e/ou pagos pelos Financiados, não havendo garantia de que o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas em cada Suplemento. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor e pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Ademais, o Cedente somente têm responsabilidade pela correta originação e formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos da legislação aplicável, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Financiados e outros devedores dos Direitos de Crédito.

#### ***Risco de crédito relativo aos Ativos Financeiros***

Decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos Ativos Financeiros e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

#### ***Risco da notificação***

A notificação acerca da cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos do Artigo 290 do Código Civil Brasileiro, não será feita aos devedores de tais Direitos de Crédito no momento da cessão, mas somente em caso de rescisão do Contrato de Cessão ou caso solicitado pela Administradora, o que pode resultar em riscos adicionais para o Fundo em caso de pagamentos efetuados pelos devedores diretamente à Cedente até o momento da respectiva notificação.

#### ***Risco de formalização dos Direitos de Crédito***

O Custodiante realizará a verificação da regularidade e da formalização dos Direitos Creditórios e das garantias acessórias por meio de análise dos relatórios eletrônicos, enviados pela Cedente. Entretanto, a verificação documental (física) da regularidade dos Direitos Creditórios é realizada



apenas através de auditoria periódica por amostragem. Até a realização dessa auditoria a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios com irregularidades no que se refere à sua constituição, podendo assim obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios por ele adquiridos.

#### ***Risco de concentração dos Direitos Creditórios em duas modalidades de financiamento***

Os Direitos Creditórios componentes da carteira do Fundo são decorrentes de financiamentos e refinanciamentos de veículos novos e usados. Eventos extraordinários que venham a prejudicar os direitos de detentores de Direitos Creditórios decorrentes de financiamentos e refinanciamentos de veículos novos e usados, tais como decisões judiciais, ações governamentais, ou condições econômicas, podem acarretar perdas para o Fundo e seus quotistas seniores.

#### ***Risco de decisões judiciais***

Em função de recente decisão prolatada pelo Supremo Tribunal Federal – STF, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2591, foi considerado aplicável o Código de Defesa do Consumidor (o “CDC”) às atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras. Neste sentido, há o risco dos Financiados não realizarem o pagamento de obrigações contratadas no âmbito dos Contratos de Financiamento, ou realizarem o pagamento a menor com base em decisões judiciais fundamentadas no CDC, o que poderá acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

### **RISCO DE LIQUIDEZ**

#### ***Liquidez relativa aos Ativos Financeiros***

Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são negociados, e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo está sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo pode não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgates de suas Quotas.

#### ***Liquidez relativa aos Direitos de Crédito***

O investimento do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio do Fundo.

#### ***Liquidez para negociação das Quotas em mercado secundário***

Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

### ***Liquidação antecipada do Fundo***

Por conta da falta de liquidez dos Direitos de Crédito e das Quotas descritas neste parágrafo, e pelo fato do Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, o que inviabiliza o resgate de suas Quotas antes do prazo final de resgate, as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) a ocorrência de casos de liquidação antecipada do Fundo, previstos no Regulamento, e deliberação, pela Assembléia Geral de Quotistas, sobre a liquidação antecipada do Fundo e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Ocorrendo qualquer uma das hipóteses de liquidação antecipada do Fundo, poderá não haver recursos disponíveis em moeda corrente nacional para realizar o pagamento aos Quotistas, que poderão ser pagos com os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros detidos em carteira.

### ***Amortização e resgate condicionado das Quotas***

As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos devedores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no parágrafo acima, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

## **RISCO OPERACIONAL**

### ***Falhas de procedimento***

Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fixação da política de crédito e controles internos adotados pelo Cedente podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e sua respectiva cobrança, em caso de inadimplemento.

### ***Risco de enquadramento dos Direitos Creditórios nos Critérios de Elegibilidade e de atendimento das Condições Adicionais***

Falhas (i) na verificação do enquadramento atendimento aos Critérios de Elegibilidade (por parte da Administradora) quando da aquisição Direitos de Crédito, ou (ii) na verificação do atendimento das Condições Adicionais (por parte do Cedente), podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e sua respectiva cobrança, em caso de inadimplemento.

### ***Documentos comprobatórios***

O Custodiante é o responsável legal pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo. O Custodiante poderá delegar a terceiros a custódia dos Documentos Comprobatórios, inclusive junto ao Cedente, sem afastar sua responsabilidade legal e sua responsabilidade perante o Fundo e os Quotistas pela guarda dos referidos documentos. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos para verificar a sua regularidade. Uma vez que essa auditoria é realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito.

Ademais, embora o Custodiante e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida originação e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

### ***Movimentação dos valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo***

Quando da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo pelo Cedente, este solicitará ao Cedente realizar as devidas alterações nos respectivos procedimentos de cobrança para possibilitar que todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo sejam recebidos diretamente na Conta do Fundo.

Apesar de o Fundo contar com a obrigação do Cedente e do Custodiante de realizar as devidas alterações nos procedimentos de cobrança para possibilitar o depósito da liquidação dos Direitos de Crédito diretamente na Conta do Fundo, caso haja inadimplemento do Cedente ou do Custodiante no cumprimento de suas obrigações, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do Fundo, a rentabilidade das Quotas poderá ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

Em virtude de liquidação antecipada dos Contratos de Financiamento, os pagamentos feitos pelos Financiados poderão ser efetuados diretamente junto ao Cedente, que receberão tais valores na qualidade de depositários, em benefício do Fundo, com a obrigação de repassar imediatamente os valores para a Conta do Fundo. Caso haja qualquer problema de crédito do Cedente, tais como intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou outros procedimentos de proteção de credores, o Fundo poderá não receber os pagamentos pontualmente, e poderá ter custos adicionais com a recuperação de tais valores. Além disso, caso seja iniciado processo de intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou outro procedimento similar de proteção de credores envolvendo o Cedente, os valores de tempos em tempos depositados na conta do Cedente poderão ser bloqueados, por medida judicial ou administrativa, o que poderá acarretar prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

### ***Risco de sistemas***

Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos do Cedente, Custodiante, Administradora e do Fundo se darão livres de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

### ***Risco de Cobrança***

A titularidade dos Direitos Creditórios é do Fundo e, portanto, o Fundo detém os direitos de cobrar os respectivos devedores inadimplentes. Porém a Cedente é nomeada pelo Custodiante como agente de cobrança do Fundo (de acordo com Artigo 14 do Regulamento), dispondo de poderes para cobrar os devedores inadimplentes judicialmente. Embora o Regulamento crie mecanismos de controle quanto à forma como a cobrança deva ser feita, não há garantias de que a Cedente desempenhará tal cobrança da mesma forma e com o mesmo grau de eficiência com que o legítimo proprietário dos Direitos Creditórios a desempenharia. O insucesso na cobrança dos Direitos Creditórios poderá acarretar perdas para o Fundo e seus quotistas seniores.

### ***Risco de Formalização de Cessão de Créditos***

Conforme previsto no Contrato de Cessão, o pagamento, pelo Fundo, dos Direitos de Crédito adquiridos do Cedente, ocorrerá após a troca de arquivos eletrônicos entre o Fundo e o Cedente, e o envio por este, por fac símile, de via assinada do Termo de Cessão (documento que especifica os créditos objeto de uma cessão específica). Não obstante o Cedente ter se comprometido a enviar a via original, devidamente assinada, do Termo de Cessão no prazo de 3 (três) Dias Úteis do seu recebimento, o pagamento da cessão ocorrerá previamente ao recebimento, pelo Fundo, de tal via assinada. Caso o Cedente deixe de enviar o Termo de Cessão original ao Fundo, por qualquer motivo, o Fundo poderá ter dificuldades em comprovar a titularidade dos Direitos de Crédito objeto da cessão, ou em fazer prova da cessão em juízo, em eventual ação de cobrança dos referidos Direitos de Crédito.

## **OUTROS RISCOS**

### ***Risco de descontinuidade***

A política de investimento do Fundo descrita no Capítulo VII do Regulamento estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos de Crédito. Neste sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da continuidade das operações regulares do Cedente e da capacidade deste de originar Direitos de Crédito Elegíveis para o Fundo, conforme os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo VIII do Regulamento e de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo VII do Regulamento.

O Cedente realiza cessões de Direitos de Créditos para outros fundos de investimentos creditórios, quais sejam, FIDC Omni Veículos I, FIDC Omni Veículos II e FIDC Omni Veículos III, sendo o único responsável por realizar cessões de Direitos de Crédito ao Fundo, o que poderá acarretar prejuízos ao Fundo e aos Quotistas se, por qualquer motivo, o Cedente não conseguir originar Direitos de Crédito suficientes para cessão ao Fundo que atendam os Critérios de Elegibilidade e a Política de Investimento.

### ***Risco de pré-pagamento***

Os Mutuários podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações contratadas no Contrato de Mútuo. Em decorrência da diferença existente entre os juros dos Contratos de Financiamento e as taxas de desconto utilizadas para aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo, os Direitos de Crédito poderão ser adquiridos pelo Fundo por preços superiores aos seus respectivos saldos devedores. Pagamentos antecipados (especialmente se ocorridos nos

primeiros meses de vigência de seus respectivos Contratos de Financiamento) podem afetar o Patrimônio Líquido do Fundo, com possíveis impactos negativos na rentabilidade das Quotas Seniores.

#### ***Riscos e custos de cobrança***

Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos quotistas em Assembléia Geral. A Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Cedente e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores e Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto.

#### ***Limitação de gerenciamento de riscos***

A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Quotistas. Embora a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.

#### ***Risco decorrente da precificação dos ativos***

Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros (“mark-to-market”), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.

#### ***Inexistência de garantia de rentabilidade***

O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade Prioritária garantia mínima de rentabilidade aos investidores, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pelo Gestor, pelo Cedente, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, com base na Meta de Rentabilidade Prioritária, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada no respectivo Suplemento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

#### ***Outros Riscos***

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos (*default*),

mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

## LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

O Fundo terá prazo indeterminado, mas poderá ser liquidado mediante um evento de liquidação, descrito abaixo.

### EVENTOS DE AVALIAÇÃO

São considerados eventos de avaliação do Fundo (os “Eventos de Avaliação”) quaisquer dos seguintes eventos:

- a) qualquer evento que implique em transferência ou alteração, direta ou indireta, do controle do Cedente, em relação ao que prevalecia à época da constituição do Fundo, bem como qualquer operação de cisão, fusão ou reorganização societária que envolva o Cedente ou qualquer operação com efeitos similares;
- b) caso o Cedente inicie processo de renegociação de dívidas, ou situação de endividamento que evidencie a iminência de que ocorra tal fato;
- c) caso ocorra a concessão de qualquer medida liminar, antecipação de tutela, medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei Federal n.º 8.397/92, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade do Cedente;
- d) caso o Cedente deixe de cumprir as disposições referentes aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do BACEN e do Conselho Monetário Nacional – CMN;
- e) descumprimento pelo Cedente de qualquer de suas obrigações estabelecidas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação que não seja um Evento de Avaliação ou um Evento de Liquidação, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 4 (quatro) Dias Úteis contado do recebimento, pelo Cedente, de aviso, por escrito, enviado pela Administradora, informando-o da ocorrência do respectivo evento;
- f) caso a Razão de Garantia não seja atendida dentro do prazo estabelecido para o reenquadramento nos termos do Capítulo XIX do Regulamento;
- g) rebaixamento da nota de classificação de risco de qualquer série de Quotas Seniores em circulação em relação à nota da classificação de risco originalmente atribuída;
- h) verificação, com base do último dia útil do mês calendário, do Índice de Atraso da carteira, calculado conforme a metodologia constante do parágrafo único do Artigo 56 do Regulamento:
  - i. seja superior a 43% (quarenta e três por cento) para atrasos superiores a quinze dias (F=15);
  - ii. seja superior a 33% (trinta e três por cento) para atrasos superiores a trinta dias (F=30);
  - iii. seja superior a 21% (vinte e um por cento) para atrasos superiores a sessenta dias (F=60);
  - iv. seja superior a 15% (quinze por cento) para atrasos superiores a cento e vinte dias (F=120); e

- v. seja superior a 14% (quatorze por cento) para atrasos superiores a cento e oitenta dias (F=180).
- i) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;
  - j) impossibilidade, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que preencham os Critérios de Elegibilidade, por um período de 30 (trinta) dias consecutivos em valor total mínimo equivalente a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), durante os 6 (seis) meses a partir do início das atividades do Fundo;
  - k) não constituição da Reserva de Liquidez nos termos deste Regulamento;
  - l) inobservância, pela Administradora, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, verificado pelo Custodiante ou por titulares de Quotas Seniores representando ao menos 5% das Quotas Seniores em Circulação, desde que, se notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
  - m) aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade previstos neste Regulamento;
  - n) renúncia da Administradora e/ou do Custodiante;
  - o) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
  - p) ocorrência de extinção, impossibilidade legal de aplicação, falta de apuração ou de divulgação de quaisquer dos índices ou parâmetros estabelecidos nos termos do Regulamento e seus Suplementos para o cálculo do valor das Quotas Seniores, por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos ou a 15 (quinze) Dias Úteis alternados, durante um período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que ocorrer o evento;
  - q) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias, a rentabilidade e/ou as prerrogativas dos titulares das Quotas Seniores; e
  - r) resilição, extinção ou término por qualquer motivo de qualquer dos seguintes contratos: Contrato de Cessão e respectivos Termos de Cessão, Contrato de Custódia, Contrato de Gestão, Contratos de Serviços de Auditoria Independente, Contrato de Cobrança, Contrato de Depósito, e Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas.

Durante o prazo de duração do Fundo, o Custodiante deverá calcular diariamente o Índice de Atraso, conforme definido abaixo, e informá-lo à Administradora, devendo esta, em caso de desenquadramento de qualquer das faixas estabelecidas no item (h) do Artigo 55 do Regulamento: (i) suspender a aquisição de novos Direitos de Crédito até que sejam restabelecidos os Índices de Atraso e (ii) declarar a ocorrência de um Evento de Avaliação.



O índice de atraso utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos de Crédito da carteira do Fundo (o “Índice de Atraso”) será calculado diariamente conforme segue:

$$Atraso_{F;D} = \frac{PA_{F;D} + PNP_{F;D}}{PT_{F;D}}$$

$PT_{F;D}$ : Somatório dos valores dos Direitos de Crédito vencidos até a data referencial de cálculo.

$PA_{F;D}$ : Somatório dos valores dos Direitos de Crédito vencidos e pagos com atraso superior a F dias até a data referencial de cálculo.

$PNP_{F;D}$ : Somatório dos valores dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos até a data referencial de cálculo.

D: Data referencial de cálculo, correspondente a cinco dias úteis antes da data de cálculo do Índice de Atraso.

F: Faixa de dias de atraso. As faixas de atraso variam no seguinte conjunto {15, 30, 60, 120, 180}.

$Atraso_{F;D}$ : Índice de Atraso calculado para a faixa de atraso  $F$  na data  $D$ .

Os Índices de Atraso nas diversas faixas de atrasos referenciadas acima, terão início de cálculo a partir do momento em que a quantidade de dias decorridos do Fundo seja superior a quantidade de dias da respectiva faixa de atraso.

Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, será convocada Assembléia Geral, nos termos do Capítulo XXII do Regulamento, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do respectivo Evento de Avaliação, podendo a Assembléia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo, ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembléia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembléia Geral nos termos do parágrafo 2º do Artigo 57 do Regulamento.

Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembléia Geral, ela será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

No momento de verificação de qualquer Evento de Avaliação, os procedimentos de aquisição de novos Direitos de Crédito deverão ser imediatamente interrompidos.

#### **EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO**

São considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo (os “Eventos de Liquidação”) quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) Caso o Cedente, seu controlador, sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum venham a ingressar em regime de administração extrajudicial temporário - RAET, recuperação judicial, falência, bem como se o Cedente pleitear pedido de auto-falência ou sofrer processo de intervenção ou liquidação judicial ou extrajudicial, ou qualquer procedimento ou regime similar;

- (b) A ocorrência de eventos que prejudiquem ou impossibilitem as atividades do Fundo, assim entendidos aqueles que afetem substancialmente a origem e/ou a cessão de Direitos de Crédito em montante suficiente para assegurar os níveis mínimos de composição e diversificação da carteira do Fundo, inclusive, mas não se limitando, ao descumprimento pelo Cedente da obrigação de ceder ao Fundo Direitos de Crédito livres e desembaraçados, que atendam aos Critérios de Elegibilidade e representem a todo momento, a partir do 90º (nonagésimo) dia contado a partir do início das atividades do Fundo, exceto na hipótese de autorização de prorrogação desse prazo pela CVM, conforme disposto no Artigo 40 da Instrução nº 356 da CVM e alterações posteriores, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (c) cessação ou renúncia pela Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo previstos neste Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Regulamento;
- (d) cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos dos referidos contratos;
- (e) inobservância da Razão de Garantia por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos após o término do prazo para reenquadramento previsto no Capítulo XIX;
- (f) falência, intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora, do Custodiante, Gestor e quaisquer prestadores de serviços ao Fundo;
- (g) não pagamento dos valores de amortização ou resgate nas datas previstas neste Regulamento; e
- (h) a ocorrência do Evento de Avaliação, conforme descrito no Artigo 55, item h) do Regulamento, nas seguintes hipóteses:
  - i. o Índice de Atraso tratado na alínea “i” do item h) do Artigo 55 do Regulamento for observado por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos ou for excedido em mais de 5% (cinco por cento) em uma única ocasião;
  - ii. o Índice de Atraso tratado na alínea “ii” do item h) do Artigo 55 do Regulamento for observado por 2 (dois) meses consecutivos ou for excedido em mais de 5% (cinco por cento) em uma única ocasião;
  - iii. o Índice de Atraso tratado na alínea “iii” do item h) do Artigo 55 do Regulamento for observado por 2 (dois) meses consecutivos ou for excedido em mais de 5% (cinco por cento) em uma única ocasião;
  - iv. o Índice de Atraso tratado na alínea “iv” do item h) do Artigo 55 do Regulamento for observado por 2 (dois) meses consecutivos ou for excedido em mais de 5% (cinco por cento) em uma única ocasião; ou
  - v. o Índice de Atraso tratado na alínea “v” do item h) do Artigo 55 do Regulamento for observado por 2 (dois) meses consecutivos ou for excedido em mais de 5% (cinco por cento) em uma única ocasião.

Ocorrendo qualquer dos Eventos de Liquidação, a Administradora deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo.

Havendo qualquer dos Eventos de Liquidação expostos no parágrafo anterior, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral, a fim de que os titulares das Quotas Seniores deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas dissidentes, na forma prevista no Suplemento e no Regulamento.

Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Seniores dos Quotistas dissidentes todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas. Em observância ao artigo 15 da Instrução CVM 356/01, o Fundo está vedado de realizar o resgate das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes em Direitos de Crédito.

Observada a deliberação da Assembléia Geral que delibere a liquidação antecipada do Fundo, o Fundo resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (i) a Administradora liquidará todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
- (ii) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo; e
- (iii) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XVII do Regulamento, a Administradora debitará a Conta do Fundo e procederá ao resgate antecipado das Quotas Seniores em circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas Seniores, a Administradora poderá convocar Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a possibilidade do resgate dessas Quotas em Direitos de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor.

Os procedimentos descritos no Artigo 54 do Regulamento do Fundo somente poderão ser iniciados ou retomados após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas.

Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Liquidação e observadas as deliberações da Assembléia Geral referida no parágrafo 2º do Artigo 57 do Regulamento, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores, será constituído pelos titulares das Quotas Seniores em circulação um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e ss. do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio.

## **ASSEMBLÉIA GERAL**

### **COMPETÊNCIA**

Compete privativamente à Assembléia Geral:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XV do Regulamento;
- (e) aprovar qualquer alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Operação;
- (f) aprovar a substituição do Custodiante, do Gestor, do Auditor Independente e da Agência de Classificação de Risco;
- (g) aprovar a cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstos no Regulamento;
- (h) aprovar o aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas no Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar;
- (i) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação serão considerados Eventos de Liquidação; e
- (j) aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos no Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

### **PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO**

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, sendo admitida que a segunda convocação seja realizada juntamente com a primeira, e far-se-á por meio de aviso publicado no Periódico e, sempre que possível, enviado por carta de aviso de recebimento e enviado por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos

adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

A Assembléia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

A Assembléia Geral será considerada validamente instalada com a presença de pelo menos um Quotista Sênior. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

A presidência da Assembléia Geral caberá à Administradora.

A Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, do Auditor Independente, do Gestor, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

As matérias submetidas à deliberação dos Quotistas deverão ser aprovadas pelos titulares da maioria das Quotas Seniores presentes à Assembléia Geral, exceto com relação a: (i) substituição da Administradora, (ii) elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução; e (iii) incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XV do Regulamento, as quais deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos titulares da maioria das Quotas Seniores em Circulação e, em segunda convocação, pelos titulares da maioria das Quotas Seniores presentes à Assembléia Geral.

A alteração das Datas de Resgate, Amortizações Programada e Meta de Rentabilidade Prioritária de qualquer série de Quotas Seniores dependerá da aprovação dos titulares de 100% das Quotas.

Na hipótese prevista no Artigo 55, item “p” do Regulamento, a substituição de qualquer dos índices ou parâmetros estabelecidos nos termos do Regulamento e seus Suplementos para o cálculo do valor das Quotas Seniores dependerá da aprovação dos titulares de 66% das Quotas Seniores presentes à Assembléia Geral.

A aprovação das seguintes matérias dependerá, ainda, do voto favorável dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas: (i) alteração da política de investimento e da política de concessão de crédito, estabelecidas nos Capítulos VII e IX do Regulamento, respectivamente; (ii) alteração dos Critérios de Elegibilidade; (iii) alteração da Razão de Garantia e do Excesso de Cobertura e (iv) alteração dos prazos e composição da Reserva de Liquidez, conforme estabelecidos no parágrafo 6º do artigo 46 do Regulamento.

Para efeito da constituição de quaisquer dos quoruns de deliberação da Assembléia Geral, serão excluídas as Quotas Seniores de titularidade do Cedente e de quaisquer de suas partes relacionadas, assim como de agentes ou representantes de quaisquer dessas pessoas.

As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos no Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação e deliberação previstos no Regulamento.

## **REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO**

O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Além disso, somente investidores qualificados poderão adquirir as quotas do Fundo, conforme definidos pela Instrução n.º 409, de 18 de agosto de 2004, da CVM.

As Quotas Seniores serão registradas para negociação no SOMAFIX, de acordo com a legislação vigente, cabendo ao intermediário assegurar a condição de investidor qualificado do adquirente das quotas. As Quotas Subordinadas não poderão ser negociadas.

Na hipótese de negociação de Quotas Seniores na CETIP, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriurador após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista. As Quotas Seniores negociadas no SOMAFIX serão liquidadas de acordo com as normas da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (a “CBLC”).

A integralização, a amortização e o resgate de quotas do Fundo podem ser efetuados por débito e crédito em conta corrente mantida no Custodiante, documento de ordem de crédito, Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Admite-se o resgate de quotas do Fundo em Direitos de Crédito, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, conforme especificado no parágrafo 5º, artigo 57 do Regulamento.

O prazo para efetivação de resgate e amortização programada das quotas do Fundo será aquele definido no Suplemento de cada série de Quotas Seniores. Se o resgate ou a amortização programada recair em feriado nacional, os valores correspondentes serão pagos ao(s) quotista(s) no primeiro Dia Útil seguinte, não havendo direito, por parte do(s) quotista(s), a qualquer acréscimo.

## TAXAS E ENCARGOS DO FUNDO

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para preservação de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo, não estando a Administradora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. As despesas não previstas no Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

### TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Será devida à Administradora, a título de honorários pelas atividades de administração do Fundo e dos Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, definidas no Regulamento, uma Taxa de Administração equivalente a 0,275% (duzentos e setenta e cinco milésimos por cento) ao ano, calculada por Dia Útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), de forma linear, incidente sobre o valor diário do Patrimônio Líquido do dia anterior à realização do referido cálculo, garantindo-se à Administradora o valor mínimo mensal de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), sendo que para o 1º (primeiro) semestre este valor mínimo será de R\$ 13.000,00 (seis mil reais) (“Taxa de Administração”). A fórmula correspondente segue abaixo:

$$TA = \left( \frac{0,275}{100} \times \frac{1}{252} \times PL_{(D-1)} \right), \text{ onde}$$

$TA$  = Taxa de Administração, calculada todo Dia Útil; e

$PL_{(D-1)}$  = Patrimônio líquido do Fundo no Dia Útil imediatamente anterior.

Esta remuneração será paga pelo Fundo mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Quotas, sendo vedada qualquer participação nos resultados auferidos pelo Fundo.

Os valores expressos em reais aqui dispostos serão atualizados a cada período de 12 (doze) meses contado da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores ou, na menor periodicidade admitida em lei, pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo. Na hipótese de extinção do IGP-M, não divulgação ou impossibilidade de sua utilização, será utilizado o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na falta de ambos, pela variação do IPC – Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

A Taxa de Administração indicada acima suportará o pagamento das remunerações devidas ao Gestor e Custodiante.



## DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO

<b>Custo</b>	<b>% em relação ao valor da Distribuição (R\$50.000.000,00)</b>	<b>Montante (R\$)</b>
Taxa de Registro na ANBID	0,002%	1.000,00
Taxa de Registro na CVM	0,16574%	82.870,00
Custos com Cartório	0,002%	1.000,00
Publicação de Anúncio de Início:	0,0448%	22.400,00
Publicação de Anúncio de Encerramento:	0,0448%	22.400,00
Relatório de Classificação de Risco Inicial:	0,1048%	52.500,00
Relatório de Auditor Independente:	0,11%	55.000,00
Comissão de Coordenação e Colocação :	8,32%	4.160.000,00
Assessoria Legal:	0,16%	80.000,00
<b>Total</b>	<b>8,79434%</b>	<b>4.397.170,00</b>
<b>Custo Unitário de Distribuição</b>	<b>0,000176%</b>	<b>87,9434</b>

Os custos relativos aos anúncios de início e encerramento de distribuição junto ao público, à coordenação e à colocação, à classificação de risco e auditoria serão arcados exclusivamente pelo Cedente.

Os custos relativos à assessoria legal serão arcados exclusivamente pelo Coordenador.

## REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

A presente análise foi feita com base na legislação brasileira, em vigor na data deste Prospecto, e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo.

### Objetivo de Tratamento Tributário

O Fundo têm como objetivo proporcionar aos seus Quotistas uma estrutura que permita a incidência de uma baixa carga tributária, de acordo com a legislação atualmente aplicável. Para tanto, o Fundo dedicará esforços em buscar enquadramento como Fundo de Investimento de Longo Prazo.

As Amortizações Programadas poderão não ter o mesmo tratamento tributário aplicável ao resgate das Quotas Seniores, pois os prazos de amortização são menores que o prazo de resgate, o que implica um tratamento tributário menos favorecido ao Quotista. Ademais, o Fundo não tem como garantir aos seus Quotistas que a legislação atual permanecerá em vigor pelo tempo de duração de cada série do Fundo, e não tem como garantir que não haverá alteração da legislação e regulamentação em vigor, e que esse será o tratamento tributário aplicável aos titulares de Quotas Seniores à época do resgate ou da amortização de Quotas Seniores de cada série.

## Tributação Aplicável aos Quotistas

### *IOF*

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência do Imposto sobre Títulos ou Valores Mobiliários (“IOF/Títulos”). Nos termos da legislação vigente, o IOF/Títulos será cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate (liquidação do Fundo), cessão ou repactuação das Quotas, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 4.494/02. Segundo esse Decreto, resgates, cessões ou repactuações efetuados em prazo de até 29 dias (inclusive), sujeitam-se ao IOF/Títulos, calculado de forma percentual sobre o rendimento auferido, sendo que quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual de rendimento sujeito à incidência do imposto (0% a 96%). O IOF/Títulos pode ser deduzido no cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte.

### *Imposto de Renda*

Os rendimentos decorrentes da aplicação em fundos de investimentos estão sujeitos à incidência de imposto de renda de acordo com as seguintes regras:

(i) Para o Quotista pessoa física residente no Brasil:

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, às alíquotas regressivas abaixo indicadas:

#### Para fundos com carteira de longo prazo<sup>1</sup>:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo de 181 até 360 dias;
- 17,5% em aplicações com prazo de 361 até 720 dias;
- 15% para aplicações com prazo acima de 720 dias.

A Administradora buscará manter a Carteira do Fundo como de longo prazo, de forma a proporcionar aos Quotistas o benefício das alíquotas regressivas acima indicadas até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a Carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários.

#### Para fundos com carteira de curto prazo<sup>2</sup>:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo acima de 180 dias;
- os ganhos auferidos na alienação das Quotas devem ser tributados à alíquota de 15%, devendo ser recolhidos pela própria pessoa física.

(ii) Para Quotista pessoa jurídica não-financeira domiciliado no Brasil<sup>3</sup>:

---

<sup>1</sup> Fundos de longo prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio superior a 365 dias.

<sup>2</sup> Fundos de curto prazo são aqueles cuja carteira de títulos (excluem-se para esse fim os Direitos de Crédito) tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias.

<sup>3</sup> Como regra, o imposto de renda retido na fonte – IRF será tratado como antecipação do imposto devido e a variação positiva do valor da quota integrará a base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica – IRPJ e da contribuição social sobre o lucro – CSLL da pessoa jurídica.

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, mediante aplicação das alíquotas regressivas supra;
  - os ganhos auferidos na alienação (realizada dentro ou fora de bolsa) das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte, como ganhos de renda variável, pela diferença positiva entre o valor da alienação e o custo de aquisição das Quotas à alíquota de 15%;
- (iii) Para os Quotistas residentes ou domiciliados no exterior, como regra geral, a tributação segue a regra aplicável ao Quotista pessoa física residente no Brasil. As exceções dizem respeito a: (a) Quotistas sediados em localidades de tributação favorecida, para os quais pode haver uma tributação de 25% e (b) Quotistas registrados de acordo com a Resolução nº 2.689, que não sejam residentes ou domiciliados em país com tributação favorecida. Para essa última situação, as alíquotas aplicáveis no resgate, na amortização e na alienação (realizada em bolsa) de Quotas são de 15%, ou de 0%, no caso de alienação em bolsa de valores.

#### *Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF*

Sobre os recursos entregues pelos Quotistas para aplicação no Fundo, incide Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF, atualmente à alíquota de 0,38%.

Segundo a Lei n.º 10.892, de 14 de julho de 2004, as aplicações em quotas de fundos de investimento realizadas no âmbito da conta-investimento, a partir de 1º de outubro de 2004, estão sujeitas à alíquota zero da CPMF. Para movimentação financeira dos recursos por intermédio da conta-investimento, a legislação estabelece, para as aplicações financeiras realizadas até 30 de setembro de 2006, a necessidade de trânsito prévio dos valores pela conta de depósito à vista do investidor. A partir de 1º de outubro de 2006, os valores de resgate, liquidação, cessão ou repactuação de aplicações financeiras existentes em 30 de setembro de 2004 poderão ser creditados diretamente na conta-investimento.

#### *Exceções e Outras Incidências*

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas, bem como poderá haver outras incidências tributárias sobre os rendimentos produzidos pelo Fundo, dependendo da forma de tributação a que cada Quotista estiver sujeito.

#### **Tributação Aplicável ao Fundo**

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e (iv) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

*Além disso, a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF e o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF incidem sobre as operações do Fundo à alíquota zero.*

#### *IOF*

A atual legislação fiscal estabelece que os recursos do Fundo estão sujeitos à incidência do IOF/Títulos à alíquota zero.

#### *Imposto de Renda*

A atual legislação fiscal estabelece que a Carteira do Fundo é isenta do imposto de renda.

#### *Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF*

A atual legislação fiscal estabelece que as operações realizadas pelo Fundo estão sujeitas à incidência de Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF à alíquota zero.

#### *Outras Incidências*

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o Fundo.

## **PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO**

### **ADMINISTRADORA**

O Fundo será administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, Osasco, São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.066.670/0001-00, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários.

A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) do Regulamento, (iii) das deliberações da Assembleia Geral, (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

### ***Breve Histórico***

A BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. pertencia ao Banco do Estado do Maranhão, tendo sido adquirida pelo Banco Bradesco S.A. em 12 de fevereiro de 2004, passando, desde então, a contar com o corpo profissional, parque tecnológico e infra-estrutura do Banco Bradesco S.A.

A Administradora é atualmente controlada indiretamente pelo Banco Bradesco S.A., que detém, indiretamente, 100% das quotas representativas do seu capital social e integra um dos maiores grupos de administração de fundos de investimento no País.

Em 31 de março de 2006, a Administradora era responsável pela administração de cerca de R\$ 59.128.267.993,00 em recursos de terceiros, dos quais cerca de R\$ 5.095.962.149,00 referiam-se à administração de fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

### **CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO**

Para a prestação dos serviços de escrituração das Quotas do Fundo, de custódia e controle dos Direitos de Crédito integrantes da Carteira do Fundo, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM 356, o Fundo contratou o Banco Bradesco S.A.

### ***Breve Histórico***

O Banco Bradesco S.A., por meio do Departamento de Ações e Custódia, está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral, tais como custódia, controladoria, escrituração de ativos, serviços de banco mandatário, fundo de investimento em direitos creditórios, trustee, agente de compensação, BDRs e DRs, há mais de 30 anos.

O Departamento de Ações e Custódia presta serviços somente para recursos de terceiros, tendo estrutura e sistemas totalmente segregados das demais áreas da instituição, mantendo, assim, total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços. Essa segregação é garantida pelo *compliance* corporativo, cujos serviços, especificamente para a custódia e controladoria de fundos e carteiras, são complementados por *compliance* específico, que garante a alocação dos investimentos de acordo com as regras e legislação aplicável.

Os serviços de Custódia e Controladoria têm a qualidade dos seus processos atestada pela norma NBR ISO 9001:2000, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

O Banco Bradesco S.A. também aderiu ao Código de Auto-Regulação da ANBID, para o Serviço de Custódia Qualificada, ratificando, assim, que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências do Código de Auto-Regulação da ANBID.

Considerada uma das empresas mais modernas do mundo, buscando sempre apontar tendências e antecipando serviços e produtos para seus clientes, o Banco Bradesco S.A. prioriza investimentos em tecnologia e informática, sendo que, em 2004, os investimentos realizados em tecnologia e informática foram superiores a R\$1,3 bilhão.

Especificamente para a área de custódia, o Banco Bradesco S.A. mantém os melhores sistemas existentes no mercado, com contingência de sistemas e ambiente físico, que garantem a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

#### *Substituição*

A Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição credenciada pela CVM para prestação dos serviços de custódia, agindo sempre no interesse dos quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembleia Geral.

### **AGENTE DE COBRANÇA**

A Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento foi contratada pelo Fundo para atuar como agente cobrador dos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, conforme descrito no Anexo V do Regulamento.

#### *Substituição*

O Fundo pode, a qualquer tempo, contratar outra instituição para prestação dos serviços atribuídos ao Agente de Cobrança, agindo sempre no interesse dos quotistas do Fundo, e desde que aprovada pela Assembleia Geral.

### **FIEL DEPOSITÁRIO**

A Companhia Bandeirantes de Armazéns Gerais, sociedade com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 5.074, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 58.128.178/0001-14 foi contratada pelo Custodiante para atuar como (i) fiel depositário da documentação relativa aos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo.

### **GESTOR**

Para a prestação dos serviços de gestão da Carteira de Ativos Financeiros do Fundo a Administradora contratou a Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, instituição devidamente qualificada perante a CVM para realizar a gestão de carteiras de títulos e valores mobiliários, em conformidade com o disposto no artigo 23 da Lei n.º 6.385, de 07 de Dezembro de 1.976 e Instrução CVM n.º 306, de 05 de Maio de 1.999, alterada pela Instrução

CVM n.º 364, de 07 de Maio de 2.002, podendo, ademais, assumir a delegação prevista na legislação aplicável, para gerir a carteira de ativos financeiros do Fundo.

Embora a função de gestão da carteira de ativos financeiros do Fundo seja desempenhada pelo Gestor, a Administradora é a única responsável pelo exercício das funções de administração do Fundo, conforme a regulamentação aplicável.

#### **COORDENADOR E COLOCADOR DAS QUOTAS SENIORES DO FUNDO**

Foi contratado para exercer as atividades de coordenação e colocação das Quotas Seniores do Fundo, em regime de garantia firme de subscrição (item 2.7 do ofício), o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., entidade integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, nos termos do art. 15 da Lei 6.385/76.

## Cronograma das Etapas da Oferta

<b>Evento</b>	<b>Condições e Forma</b>	<b>Data Estimada*</b>	<b>Situação Atual</b>
Protocolo da Oferta na CVM		02/01/2007	
Registro da Oferta na CVM		24/01/07	Oferta registrada na CVM em 24/01/07 sob o nº CVM/SRE/RFD/2007/003
Publicação do Anúncio de Início de Distribuição de Quotas Seniores	Publicado no jornal Gazeta Mercantil	10/01/07	Anúncio Publicado em 05/02/07
Comunicação de Exigências da CVM	Envio de Ofício à Instituição Administradora		Exigências enviadas em 16/02/2007
Prazo para Atendimento das Exigências	Protocolo de documentos atualizados na CVM	data limite: 12/04/07	
Disponibilização do Prospecto Definitivo	Disponibilização nas páginas da rede mundial de computadores da Administradora, do Distribuidor, da Bovespa e da CVM Administradora, da Instituição Líder, da CVM e da	02/01/07	Prospecto efetivamente disponibilizado nas referidas páginas da rede mundial de computadores
Registro da Oferta na CVM		24/01/07	Oferta registrada na CVM em 24/01/07 sob o nº CVM/SRE/RFD/2007/003
Manifestações de Aceitação dos Investidores Interessados e de Revogação da Aceitação	Manifestação junto ao Coordenador	Entre a Data de Publicação do Anúncio de Início (inclusive) e a Data de Publicação do Anúncio de Encerramento (exclusive)	Possibilidade de manifestação aberta a Investidores Qualificados
Subscrição de Quotas	Cadastro na Administradora, preenchimento do Termo de Adesão e do Boletim de Subscrição	Entre a Data de Publicação do Anúncio de Início (inclusive) e a Data de Publicação do Anúncio de Encerramento (exclusive)	Montante de Quotas Seniores subscritas até 15/03/07: 14.000 (quatorze mil)
Distribuição junto ao Público		Entre a Data de Publicação do Anúncio de Início (inclusive) e a Data de Publicação do Anúncio de Encerramento (exclusive)	Em andamento
Encerramento da Distribuição		22/06/07	
Publicação do Anúncio de Encerramento da Distribuição		02/07/07	

(\*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a (i) alterações e atrasos adiamentos, sem aviso prévio, a critério da Administradora ou (ii) .

(\*\*) Adicionalmente, as datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações e atrasos adiamentos, sem aviso prévio, a critério da Administradora.



## **AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**

Como Agência de Classificação de Risco do Fundo e das quotas emitidas pelo Fundo foi contratada a Fitch Ratings do Brasil Ltda, agência classificadora de risco com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, 1470, 5º andar, devidamente autorizada a prestar os serviços de classificação de risco.

Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Seniores constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas. Constituirá um Evento de Avaliação o rebaixamento da nota da classificação de risco de qualquer série de Quotas Seniores em circulação em relação à nota da classificação de risco originalmente atribuída.

## **AUDITORIA**

Para prestação de serviços de auditoria das contas do Fundo foi contratada a empresa KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 057.755.217/0001-29.

## ***Histórico***

A KPMG é uma empresa formada no Brasil em 1º de julho de 1987, com presença mundial, prestando serviços da mais alta qualidade em diversas áreas, por meio de seus departamentos de Serviços de Auditoria, Assessoria Tributária, Assessoria em Serviços Financeiros e Assessoria em Gestão de Recursos Humanos. Para tanto, possui infra-estrutura e base de conhecimentos globais para oferecer aos seus clientes de médio e grande portes estratégias específicas às suas necessidades.

## DIREITOS DE CRÉDITO

O Fundo tem como objeto, preponderantemente, adquirir Direitos de Crédito oriundos de financiamentos e de operações de crédito pessoal, em ambos os casos garantidos por alienação fiduciária de veículo, concedidos pelo Cedente aos Financiados (os “Financiados”).

Os Direitos de Crédito devem representar créditos existentes na data da cessão, que independam de qualquer evento futuro para sua liquidação e cobrança, ou seja, deverão ser Direitos de Crédito performados.

### ORIGINAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O Cedente não se responsabiliza pela solvência ou solvabilidade dos Mutuários, responsabilizando-se civil e criminalmente pela existência, certeza, liquidez e exigibilidade dos Direitos de Crédito, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, bem como pela legalidade, legitimidade, veracidade e correta formalização dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo, por eventuais oposições ou exceções apresentadas pelos Financiados contra o Cedente, o Fundo, a Administradora e o Custodiante.

### CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

A cessão dos Direitos de Crédito se opera com relação a todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos de Crédito.

O Contrato de Cessão e cada Termos de Cessão são celebrados de forma irrevogável e irretratável.

### PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O preço de aquisição de cada Direito de Crédito Elegível a ser pago pelo Fundo ao Cedente na respectiva Data de Aquisição será calculado de acordo com a fórmula abaixo, especificada nos respectivos Termos de Cessão:

$$PCi = \frac{VNi}{Fator_{ce}}$$

onde:

$PCi$  = Preço de cessão do Crédito “i”

$Vni$  = Valor nominal do Crédito “i” objeto de cessão

$Fator_{ce}$  = Fator de cessão, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$Fator_{ce} = \left(1 + Taxa_{ce}\right)^{\frac{Du_i}{252}}$$

Dui	=	Número de dias úteis compreendido entre a Data de Aquisição, inclusive, e a data de vencimento do Crédito “i”, exclusive
Taxa <sub>ce</sub>	=	Taxa de juros de cessão, determinada como a maior entre (i) Taxa Referenciada aos Empréstimos e (ii) Taxa Referenciada ao CDI, conforme definidas abaixo
Taxa Referenciada aos Empréstimos	=	Em relação à cada aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, a Taxa Referenciada aos Empréstimos será a taxa de juros correspondente a no mínimo 87.5% da média ponderada das taxas de juros anualizadas dos Direitos de Crédito Ofertados, conforme informado pelo Cedente.
Taxa Referenciada ao CDI	=	Taxa de juros calculada de acordo com a fórmula abaixo:
		$30\% + TaxaDI * Sobretaxa * \frac{PL\_Senior}{PL\_Fundo}$
Taxa DI	=	Taxa DI, conforme definida no Regulamento, referente ao Dia Útil imediatamente anterior à Data de Aquisição
Sobretaxa	=	112%
PL_Senior	=	valor total das Quotas Seniores do Fundo na Data de Aquisição
PL_Fundo	=	valor do Patrimônio Líquido do Fundo na Data de Aquisição

#### LIMITES DE CONCENTRAÇÃO

O valor a total ser alocado pelo Fundo em Direitos de Crédito vinculados a Contratos de Financiamento cuja primeira parcela não tenha sido paga não poderá superar R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), sendo certo que este limite será verificado em cada data de cessão de Direitos de Crédito

Com relação aos Ativos Financeiros o Fundo deverá observar os seguintes limites:

- (i) o total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo estado, município, fundo de investimento ou pessoa física, não pode exceder 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido; e
- (ii) o total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não pode exceder 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido.

O Fundo poderá realizar operações nas quais a Administradora, seu controlador, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum atuem na condição de contraparte, observado o limite máximo de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

## CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data de Aquisição e Pagamento, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade (os “Critérios de Elegibilidade”):

- (a) os Direitos de Crédito devem ser oriundos de operações de financiamento de veículos novos ou usados ou de operações de crédito pessoal, realizadas pela Cedente com seus clientes por meio de Contratos de Financiamentos, garantidos por alienação fiduciária de veículo, celebrados com taxas de juros pré-fixadas e devidamente representados por carnês de pagamento;
- (b) não constar nenhum pedido de falência ou recuperação judicial ou extra-judicial contra o Financiador, bem como não ter sido configurada sua insolvência.
- (c) um mesmo Financiador, devedor de Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não pode estar em dívida para com o Fundo, representada por um ou mais Contratos de Financiamento, com valor contábil agregado superior a R\$100.000,00 (cem mil reais);
- (d) os Direitos de Crédito devem ser vinculados a Financiadores que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros Direitos de Crédito vencidos e não pagos ao Fundo;
- (e) o prazo de vencimento dos Direitos de Crédito não poderá ser superior à data de resgate da última série de Quotas Seniores em Circulação; e
- (f) o valor total de Direitos de Créditos adquiridos pelo Fundo, relativos a cada segmento de veículos financiados, deverá observar os seguintes limites:
  - (a) até 60% (sessenta por cento) do Patrimônio Líquido para Direitos de Crédito oriundos de financiamento de Veículos Pesados;
  - (b) até 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido para Direitos de Crédito oriundos de financiamento de Veículos Leves; e
  - (c) até 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido para Direitos de Crédito oriundos de financiamento de motocicletas.

Os Direitos de Crédito passíveis de aquisição, devem ainda, atender às seguintes condições adicionais (as “Condições Adicionais”):

- (a) possuírem os veículos dados em garantia dos Contratos de Financiamento documentação hábil (CRV);
- (b) serem oriundos de operações de financiamento e de crédito pessoal realizadas com Financiadores que (i) tenham sido submetidos à avaliação de crédito do Cedente, e (ii) tenham cadastro junto ao Cedente;
- (c) não terem os Direitos de Crédito vencimento em data posterior a de outros Direitos de Crédito, oriundos do mesmo Contrato de Financiamento, que tenham sido cedidos a terceiros;
- (d) serem os Direitos de Crédito enquadrados na política de concessão de crédito da Cedente, conforme definida neste Regulamento;

- (e) estarem livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
- (f) estar o Financiador, devedor do respectivo Direito Creditório, adimplente com suas obrigações perante o Cedente; e
- (g) não possuírem os veículos dados em garantia dos Contratos de Financiamento data de fabricação acima de: (i) 15 anos, nos casos de Motocicletas; (ii) 30 anos, nos casos de Veículos Leves; e (iii) 35 anos, nos casos de Veículos Pesados.

A verificação quanto ao atendimento das Condições Adicionais será feita pela Cedente, a qual confirmará tal atendimento à Administradora e ao Custodiante.

#### PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Sem prejuízo da responsabilidade legal do Custodiante, a verificação do lastro dos Direitos Creditórios; deverá ser realizada mediante auditoria trimestral nos respectivos documentos, por amostragem. As irregularidades apontadas nesta auditoria serão informadas à Instituição Administradora e à Agência Classificadora de Risco.

- a) A verificação referida no parágrafo acima, será realizada trimestralmente pelo Custodiante ou por terceiro contratado. Para a primeira verificação a ser realizada, o Custodiante deverá considerar a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo, enquanto que para as demais verificações serão consideradas apenas os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo no período compreendido entre a data-base da última verificação e a data-base da verificação a ser realizada de titularidade do Fundo. A análise da documentação será realizada utilizando os procedimentos de auditoria por amostragem, e dependerá de alguns estudos estatísticos, sendo realizada com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da carteira e o nível de concentração dos Direitos Creditórios;
- b) A determinação do tamanho da amostra e a seleção dos Direitos Creditórios Elegíveis para verificação nos termos da alínea “a” acima, será realizada mediante aplicação da seguinte fórmula matemática:

$n_o = \frac{1}{E_o^2}$	$n = \frac{N \times n_o}{N + n_o}$

Onde:

$E_o$  = Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será entre 5% e 10%, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis; qualidade do Cedente; quantidade de verificações do lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis já realizadas e respectivos resultados observados); e,

$N$  = tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis).

- c) A seleção da amostra de Direitos Creditórios Elegíveis para verificação será obtida da seguinte forma: (i) divide-se o tamanho da população ( $N$ ) pelo tamanho da amostra ( $n$ ),

obtendo um intervalo de retirada (k); (ii) sorteia-se o ponto de partida; e (iii) a cada k elementos, retira-se um ponto para amostra;

d) A verificação será realizada uniformemente, ou seja, não considerando os parâmetros de diversificação de devedores quando da verificação do lastro;

e) O Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Cotistas por conta de qualquer irregularidade dos Documentos Comprobatórios;

f) Para atendimento ao disposto no § 3º, inciso III, do artigo 8º da Instrução n.º 356/01, da CVM, a Administradora considerará as informações fornecidas pelo Custodiante após o término do trimestre do exercício social, retroativas aos últimos três meses.

#### **TITULARIDADE DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

Todas as cessões de Direitos de Crédito são celebradas em caráter irrevogável e irretratável, transferindo para o Fundo, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos de Crédito cedidos, juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados.

#### **FORMALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

O recebimento e a análise dos arquivos físicos e eletrônicos que evidenciam o lastro dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo será de responsabilidade do Custodiante.

#### **PREÇO E PAGAMENTO DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

Para cada uma das cessões realizadas será celebrado um Termo de Cessão, que estabelecerá, dentre outras condições de pagamento, o respectivo Preço de Aquisição a ser pago pelo Fundo ao Cedente, em razão da respectiva cessão de Direitos de Crédito.

#### **POLÍTICA DE COBRANÇA**

O Anexo IV ao Regulamento contém a descrição detalhada da atual Política de Cobrança adotada pelo Fundo.

#### **RESOLUÇÃO E RESTITUIÇÃO DO PREÇO DE AQUISIÇÃO**

Ocorrerá a resolução de quaisquer Direitos de Crédito referentes a cada Contrato de Financiamento operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Cedente e sem qualquer ônus ou custo para o Fundo, nas seguintes hipóteses (as “Condições Resolutivas da Cessão”):

- a) caso o pagamento de 2 (dois) Direitos de Crédito, com datas de vencimento consecutivas, referentes ao mesmo Contrato de Financiamento, não seja efetuado tempestivamente pelo respectivo Financiador por alegação de vícios, defeitos ou inexistência do negócio jurídico subjacente, ou, ainda, alegação das exceções descritas no artigo 294 do Código Civil;
- b) caso qualquer Direito de Crédito seja reclamado por terceiros que aleguem serem

titulares da propriedade, ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tal Direito de Crédito;

- c) caso seja verificada, a qualquer tempo, pelo Cedente, pela Administradora e/ou pelo Custodiante a existência de vícios, defeitos ou inexistência de lastro em Direitos de Crédito; ou
- d) caso seja verificado, a qualquer tempo, pelo Cedente, pela Administradora e/ou pelo Custodiante que o Direito de Crédito cedido ao Fundo tenha sido originado em data posterior à Data de Aquisição

O Cedente estará obrigado a restituir ao Fundo, exclusivamente em moeda corrente nacional, no 3º Dia Útil imediatamente posterior à ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, o Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito, integrantes da carteira do Fundo, cuja cessão tiver sido resolvida atualizado *pro-rata temporis* desde a respectiva Data de Aquisição até a data de restituição dos valores devidos, considerando-se com índice de atualização o Fator de Cessão utilizado na determinação do Preço de Aquisição.

#### **POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO**

O seguinte procedimento deverá ser observado pelo Cedente para a concessão de crédito:

Para fins da definição do limite de crédito a ser concedido, o departamento de crédito do Cedente examina/consulta informações e documentos relativos aos clientes, incluindo mas não se limitando a:

- a) Identidade: apresentação do documento de identidade e validação do CPF;
- b) local de residência;
- c) local de trabalho;
  - i. assalariados: cargo, salário, tempo de emprego e endereço da empresa
  - ii. autônomos ou profissionais liberais: validação de local de trabalho junto a clientes e/ou fornecedores;
  - iii. caminhoneiros: comprovação de atividade profissional através de CNH profissional, categorias C, D ou E;
- d) comprovante de renda (holerite, registro de pagamento de autônomo, ou outros indicativos de renda, de modo a permitir que o Cedente atribua ao cliente uma renda estimada, caso seja necessário);
- e) laudo de vistoria do veículo emitido pelo agente correspondente do Cedente;
- f) cópia do certificado de registro de veículo (“CRV”);
- g) ausência de ônus em nome do veículo a ser financiado junto ao Detran ou ao Sistema MEGADATA;
- h) número de chassi do veículo;
- i) apontamentos do Financiado junto aos serviços de proteção ao crédito (SERASA e Serviço de Proteção ao Crédito); e

- j) comprovante de propriedade do veículo.

Após serem analisados os dados acima, é verificado o valor do financiamento ou do crédito pessoal a ser concedido, o qual deve ser:

- a) no máximo de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), nos casos garantidos por Motocicletas;
- b) no máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nos casos garantidos por Veículos Leves; e
- c) no máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), nos casos garantidos por Veículos Pesados.

Em caráter complementar verificar-se-á:

- a) tempo mínimo de 6 (seis) meses de residência no mesmo imóvel, nos casos do cliente residir ou possuir sede, conforme o caso, em imóvel alugado;
- b) tempo mínimo de 6 (seis) meses de atividade, sem intervalos, no mesmo emprego ou atividade, tratando-se de pessoa física;
- c) financiamento máximo de 95% (noventa e cinco por cento) sobre o valor dado em garantia, nos Contratos de Financiamento; e
- d) concessão máxima de crédito equivalente a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor dado em garantia, nos contratos de crédito pessoal com garantia.

O valor total do financiamento ou crédito concedido a um mesmo cliente, assim considerado com base no número de inscrição no cadastro do Ministério da Fazenda (CNPJ ou CPF), nunca poderá ser superior a R\$100.000,00 (cem mil reais).

#### **COBRANÇA DOS DIREITOS DE CRÉDITO**

O procedimento adotado pelo Cedente para cobrança dos Financiados inadimplentes é o descrito a seguir, sendo que eventuais despesas de cobrança serão suportadas igualmente por todas as Quotas do Fundo, independentemente da respectiva classe:

- a) nos primeiros 07 (sete) dias após o vencimento e não pagamento dos Direitos de Crédito, o Agente de Cobrança iniciará a cobrança por telefone;
- b) caso o procedimento indicado na alínea (a) acima não produza efeito, o Agente de Cobrança enviará até o 30º (trigésimo) dia uma carta de cobrança;
- c) caso os procedimentos indicados nas alíneas (a) e (b) acima não produzam resultados, até o 40º (quadragésimo) dia após o vencimento e não pagamento dos Direitos de Crédito o Custodiante efetuará ou instruirá o Agente de Cobrança para que efetue os apontamentos necessários no Serviço de Proteção ao Crédito e no SERASA, ou nos respectivos órgãos de proteção de crédito que vierem a substituí-los; e
- d) caso os procedimentos indicados nas alíneas (a), (b) e (c) acima não produzam resultados até o 70º (septuagésimo) dia após o vencimento e não pagamento dos



Direitos de Crédito, o Custodiante instruirá o Agente de Cobrança para que notifique os respectivos Financiados inadimplentes.

Esgotados sem sucesso todos os procedimentos para a cobrança extrajudicial dos Financiados inadimplentes, o Custodiante instruirá o Agente de Cobrança para que proceda à cobrança judicial, podendo o Agente de Cobrança, às suas expensas, contratar terceiros para a realização de tal serviço.

O Fundo, por intermédio e a critério da Administradora, poderá alienar Direitos de Crédito inadimplentes a terceiros ou ao Cedente.

#### **INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO DE CRÉDITO E AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO PESSOAL**

A melhora das condições da economia brasileira observada durante 2004 propiciou um aumento considerável no volume de operações de crédito de todo o sistema financeiro. Verificou-se o crescimento de 21% de março de 2004 a março de 2005, atingindo o volume total de R\$ 506 bilhões no final do período, conforme dados do Banco Central do Brasil.

Dentre as diversas modalidades de operações de crédito, as operações para pessoas físicas foram as que mais cresceram em termo percentuais (37%, de março de 2004 a março de 2005), atingindo o volume de R\$ 137 bilhões em março de 2005, e representando 27% do universo total de operações de crédito,

Dentre as operações de crédito com recursos livres para pessoa física, as operações de crédito pessoal foram as que mais cresceram, um percentual de 49% no período de março de 2004 a março de 2005, seguida de financiamento para aquisição de bens (38%) e cartão de crédito (34%). As operações de crédito pessoal atingiram o volume de R\$ 49,6 bilhões em março de 2005, representando 39,6% do universo total de operações com recursos livres.

## **HISTÓRICO DA OMNI S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

### **Breve Histórico da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento**

A Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Omni”) foi fundada em 1968 como distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 1991 o seu controle acionário passou às mãos dos atuais acionistas, que, em 1994 a transformaram em sociedade de crédito, financiamento e investimento.

Desde 1994 suas atividades têm como objetivo trazer um nível inédito de serviços de crédito a consumidores de menor renda, tendo se destacado cada vez mais nesse segmento, sendo hoje referência no mercado. Para isso, sempre teve foco muito claro: créditos de pequeno valor para pessoas físicas, firme parceria com seus agentes credenciados, constante inovação, execução de alta qualidade e risco pulverizado.

A Omni é uma instituição financeira, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Sr. Érico Sodré Quirino Ferreira e sujeita à fiscalização do BACEN. Atualmente, seu capital social é de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado.

Atualmente a Omni é uma empresa com mais de 350.000 clientes conquistados. Desde 1995, o pioneirismo na adoção do modelo operacional com 100% (cem por cento) da rede de atendimento terceirizada, tem sido o grande responsável pelo sucesso da empresa.

Os agentes são empreendedores regionais com profundo conhecimento do negócio e vivência no mercado local. A Omni conta com 100 pontos de venda, cobrindo mais de 900 municípios das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País.

Atuando em regiões com diferentes perfis de atividades econômicas (industrial, serviços ou agri-business), a Omni busca minimizar o risco operacional em qualquer cenário macroeconômico.

A Omni realiza periodicamente cessões de créditos para dois outros fundos de investimento em direitos creditórios devidamente constituídos, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos II e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos III.

Atualmente a Omni possui um volume médio de operações correspondente a créditos com desembolso agregado aproximado de R\$40.000.000,00. Deste montante, a OMNI estima que ao longo dos próximos 6 meses o equivalente a 15% seja cedido ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos I, 15% seja cedido ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos II, 15% seja cedido ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos III, e 55% seja cedido ao Fundo.

## RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO

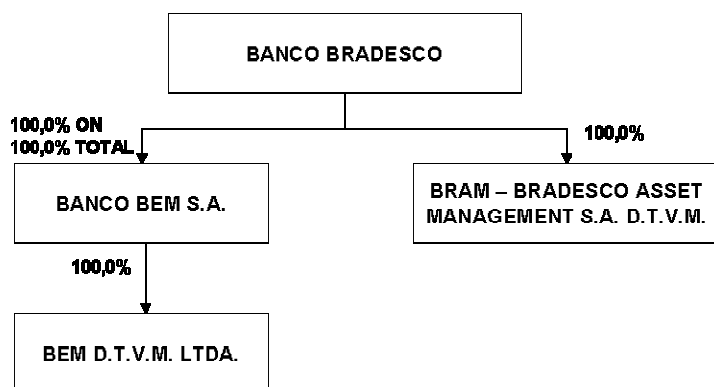
### *Relacionamento entre a Administradora e o Custodiante*

A Administradora e o Custodiante são instituições integrantes do mesmo grupo econômico.

*Apesar de pertencerem ao mesmo grupo econômico, a Administradora e o Custodiante não se encontram em conflito de interesses no exercício de suas respectivas funções de administração do Fundo e de escrituração das Quotas do Fundo, custódia e controle dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo, manifestando a sua completa independência na realização de suas atividades.*

Segue abaixo organograma societário simplificado no qual a Administradora e o Custodiante estavam inseridos e respectivas participações em 18 de dezembro de 2006:

### **ORGANOGRAMA BRADESCO(simplificado)**



### *Relacionamento entre a Administradora, Custodiante e o Cedente*

Além dos serviços de administração e custódia do Fundo, em 05 de outubro de 2006, a Administradora e o Custodiante passaram a prestar outros serviços ao Cedente relacionados ao FIDC OMNI VEÍCULOS III.

## **ANEXOS**

---

**ANEXO I**

**REGULAMENTO DO FUNDO**

**REGULAMENTO**  
**DO**  
**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS OMNI VEÍCULOS - IV**

O “**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS OMNI VEÍCULOS - IV**”, disciplinado pela Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), pela Instrução n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução n.º 393 de 22 de julho de 2003, ambas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (“Instrução CVM 356”), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (o “Fundo”), será regido pelo presente regulamento (o “Regulamento”).

**CAPÍTULO I - FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO**

Artigo 1º O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, e tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos de Crédito, de acordo com as disposições deste Regulamento.

Parágrafo Único Os termos iniciados em letra maiúscula utilizados neste Regulamento, estejam no singular ou no plural, terão o significado que lhes é atribuído no Anexo I ao presente Regulamento.

**CAPÍTULO II - OBJETO**

Artigo 2º O Fundo é uma comunhão de recursos destinados, preponderantemente, à aquisição de Direitos de Crédito de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo VII deste Regulamento. Os Direitos de Crédito são decorrentes de operações de financiamento de veículos novos e usados (Motocicletas, Veículos Leves e Veículos Pesados) que sejam devidamente amparados por documentação fiscal hábil (CRV), e, ainda, de operações de crédito pessoal, em ambos os casos garantidas por alienação fiduciária de veículo, celebradas pela Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Cedente”), entidade autorizada a funcionar pelo BACEN, e seus clientes (“Financiados”).

Parágrafo 1º Os Direitos de Crédito são individualmente representados por contratos de financiamento e contratos de crédito pessoal (em conjunto com seus respectivos anexos, seguros, garantias e outros instrumentos vinculados, os “Contratos de Financiamento”).

Parágrafo 2º O Anexo V apresenta modelos dos Contratos de Financiamento e das garantias formalizadas através de alienação fiduciária.

**CAPÍTULO III - PÚBLICO ALVO**

Artigo 3º As quotas Seniores do Fundo serão destinadas exclusivamente a investidores qualificados, conforme regulamentação da CVM em vigor.

**CAPÍTULO IV - ADMINISTRADORA**

Artigo 4º O Fundo será administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar,

Vila Yara, Osasco, São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.066.670/0001-00 (a “Administradora”).

Parágrafo Único A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) deste Regulamento, (iii) das deliberações da Assembléia Geral, (iv) dos deveres fiduciários de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

Artigo 5º Observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares vigentes, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos outros ativos que integrem a carteira do Fundo.

Parágrafo 1º Incluem-se entre as obrigações da Administradora:

- (a) manter atualizados e em perfeita ordem:
  - (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
  - (ii) o registro dos Quotistas;
  - (iii) o livro de atas de assembléias gerais;
  - (iv) o livro de presença de Quotistas;
  - (v) o Prospecto;
  - (vi) os demonstrativos trimestrais do Fundo;
  - (vii) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e
  - (viii) os relatórios do Auditor Independente;
- (b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio do Custodiante;
- (c) entregar ao Quotista, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como cientificá-lo do nome do Periódico e da Taxa de Administração;
- (d) divulgar, na periodicidade prevista neste Regulamento, no Periódico, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem quotas do Fundo, o valor do Patrimônio Líquido, o valor da Quota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência de Classificação de Risco;
- (e) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (f) fornecer anualmente aos Quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- (g) manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
- (h) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos de Crédito e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

Parágrafo 2º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, são obrigações da Administradora:

- (a) informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco e aos Quotistas:
  - a. a substituição da Administradora, do Auditor Independente, do Gestor da Carteira ou do Custodiante;
  - b. a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou de Liquidação; e
  - c. a celebração de aditamentos ao Contrato de Cessão, Contrato de Custódia ou Contrato de Gestão.
- (b) franquear o acesso da Agência de Classificação de Risco aos relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia;
- (c) informar os quotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Quotas do Fundo, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da sua ciência de tal fato;
- (d) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do, Custodiante, ou qualquer outra instituição financeira onde estejam depositados quaisquer recursos ou Direitos de Crédito da carteira do Fundo, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Direitos de Crédito para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo; e
- (e) comunicar aos quotistas, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência ou proposta de realização de operações com o Fundo que possam indicar a existência de crime previsto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, ou que possam com tais crimes se relacionar, conforme previsto na regulamentação pertinente do Banco Central do Brasil, da CVM e da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, em especial a Instrução SPC nº 22, de 19 de julho de 1999, com a finalidade de prevenir e combater as atividades relacionadas com os crimes de “lavagem de dinheiro” ou ocultação de bens, direitos e valores identificados pela referida Lei nº 9.613/98.

Parágrafo 3º É vedado à Administradora:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo;
- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

Parágrafo 4º As vedações dispostas no Parágrafo 3º deste Artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.



Parágrafo 5º Exceção-se do disposto no Parágrafo anterior os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, integrantes da carteira do Fundo.

Parágrafo 6º É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- (b) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- (c) aplicar recursos diretamente no exterior;
- (d) adquirir Quotas do Fundo;
- (e) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento;
- (f) vender Quotas do Fundo a prestação;
- (g) vender Quotas do Fundo ao Cedente, exceto quando se tratar de Quotas Subordinadas;
- (h) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (i) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (j) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvado o disposto no art. 39, inciso II, da Instrução CVM 356;
- (k) obter ou conceder empréstimos; e
- (i) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

Artigo 6º Será devida à Administradora, a título de honorários pelas atividades de administração do Fundo e dos Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, definidas neste Regulamento, uma Taxa de Administração equivalente a 0,275% (duzentos e setenta e cinco milésimos por cento) ao ano, calculada por Dia Útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos), de forma linear, incidente sobre o valor diário do Patrimônio Líquido do dia anterior à realização do referido cálculo, garantindo-se à Administradora o valor mínimo mensal de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), sendo que para o 1º (primeiro) semestre este valor mínimo será de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) ("Taxa de Administração"). A fórmula correspondente segue abaixo:

$$TA = \left( \frac{0,275}{100} \times \frac{1}{252} \times PL_{(D-1)} \right), \text{ onde}$$

$TA$  = Taxa de Administração, calculada todo Dia Útil; e

$PL_{(D-1)}$  = Patrimônio líquido do Fundo no Dia Útil imediatamente anterior.

Parágrafo 1º A remuneração de que trata este Artigo será paga pelo Fundo mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, a partir do mês em que ocorrer a primeira subscrição de Quotas, sendo vedada qualquer participação nos resultados auferidos pelo Fundo.

Parágrafo 2º O valor expresso em reais disposto neste Artigo será atualizado a cada período de 12 (doze) meses contado da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores ou, na menor periodicidade admitida em lei, pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo. Na hipótese de extinção do IGP-M, não divulgação ou impossibilidade de sua utilização, será utilizado o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou, na falta de ambos, pela variação do IPC – Índice de Preços ao Consumidor, divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

Artigo 7º A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

Parágrafo Único A Taxa de Administração indicada no Artigo 6º acima suportará o pagamento das remunerações devidas ao Gestor e Custodiante.

## **CAPÍTULO V- SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA**

Artigo 8º Mediante aviso prévio de 60 (sessenta) dias, divulgado no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, e ainda, quando possível, por meio eletrônico e através de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, a Administradora poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, nos termos da legislação aplicável e do disposto no Capítulo XXII abaixo.

Artigo 9º No caso de renúncia, a Administradora deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de realização da Assembleia Geral.

Parágrafo Único A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.

Artigo 10 Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor que dispõem sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

## CAPÍTULO VI - CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

Artigo 11 Os serviços de gestão da carteira do Fundo serão realizados pela Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425 – 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364/0001-08 (“Gestor”), contratado nos termos do inciso II, do Artigo 39 da Instrução CVM 356.

Artigo 12 Os serviços de custódia qualificada, escrituração e controladoria dos Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo serão exercidas pelo Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12, neste ato representado na forma de seus atos constitutivos (“Custodiante” ou “Agente Escriturador”, conforme o caso).

Parágrafo Primeiro Os serviços de custódia, controladoria e de escrituração, conforme indicado no *caput* deste Artigo, serão prestados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e Controladoria e do Contrato de Escrituração, respectivamente, a serem firmados entre a Administradora e o Custodiante.

Parágrafo Segundo Sem prejuízo da responsabilidade legal do Custodiante, a verificação do lastro dos Direitos Creditórios de que trata este Regulamento; deverá ser realizada mediante auditoria trimestral nos respectivos documentos, por amostragem. As irregularidades apontadas nesta auditoria serão informadas à Instituição Administradora e à Agência Classificadora de Risco.

a) A verificação referida no parágrafo acima, será realizada trimestralmente pelo Custodiante ou por terceiro contratado. Para a primeira verificação a ser realizada, o Custodiante deverá considerar a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo, enquanto que para as demais verificações serão consideradas apenas os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo no período compreendido entre a data-base da última verificação e a data-base da verificação a ser realizada de titularidade do Fundo. A análise da documentação será realizada utilizando os procedimentos de auditoria por amostragem, e dependerá de alguns estudos estatísticos, sendo realizada com base em amostras de registros operacionais e contábeis, podendo variar de acordo com o tamanho da carteira e o nível de concentração dos Direitos Creditórios;

b) A determinação do tamanho da amostra e a seleção dos Direitos Creditórios Elegíveis para verificação nos termos da alínea “a” acima, será realizada mediante aplicação da seguinte fórmula matemática:

$n_o =$	$\frac{1}{E_o^2}$	$n =$	$\frac{N \times n_o}{N + n_o}$

Onde:

Eo = Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será entre 5% e 10%, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis; qualidade do Cedente; quantidade de verificações do lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis já realizadas e respectivos resultados observados); e,

N = tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis).

c) A seleção da amostra de Direitos Creditórios Elegíveis para verificação será obtida da seguinte forma: (i) divide-se o tamanho da população (N) pelo tamanho da amostra (n), obtendo um intervalo de retirada (k); (ii) sorteia-se o ponto de partida; e (iii) a cada k elementos, retira-se um ponto para amostra;

e) A verificação será realizada uniformemente, ou seja, não considerando os parâmetros de diversificação de devedores quando da verificação do lastro;

e) O Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Cotistas por conta de qualquer irregularidade dos Documentos Comprobatórios;

f) Para atendimento ao disposto no § 3º, inciso III, do artigo 8º da Instrução n.º 356/01, da CVM, a Administradora considerará as informações fornecidas pelo Custodiante após o término do trimestre do exercício social, retroativas aos últimos três meses.

**Artigo 13** Sem prejuízo de suas demais responsabilidades nos termos deste Regulamento, o Custodiante poderá contratar um ou mais depositários para a guarda física dos originais dos Contratos de Financiamento, seus anexos, seguros, garantias, e outros documentos que lastrearem os Direitos de Crédito, nos termos do Contrato de Depósito (“Documentos Comprobatórios”).

**Artigo 14** O Fundo, com a interveniência e anuência do Custodiante, contratará, às suas expensas, por meio do Contrato de Cobrança, a Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (o “Agente de Cobrança”) para que este adote, de acordo com os procedimentos de cobrança previsto no Capítulo X, as medidas cabíveis com relação à cobrança judicial e extrajudicial contra os respectivos Financiados que não efetuarem o pagamento de Direitos de Crédito, sendo que o Fundo, por meio do seu representante legal, deverá atuar no pólo ativo de qualquer cobrança judicial contra tais Financiados, nos termos do Contrato de Cobrança.

**Parágrafo Único** Não obstante o Cedente acumular a função de Agente de Cobrança do Fundo, as atividades relativas a cada uma das funções são exercidas de forma completamente independentes

**Artigo 15** Como Auditor Independente do Fundo foi contratada a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33, inscrita no CNPJ/MF sob nº 57.755.217/0001-29, devidamente cadastrada na CVM (o “Auditor Independente”).

**Artigo 16** Como Agência de Classificação de Risco do Fundo e das séries emitidas pelo Fundo foi contratada a Fitch Ratings do Brasil Ltda, agência classificadora de risco com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, 1470, 5º andar, devidamente autorizada a prestar os serviços de classificação de risco (“Agência de Classificação de Risco”).

## **CAPÍTULO VII - POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA**

**Artigo 17** O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de seu Patrimônio Líquido na aquisição de: (i) Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo VIII deste

Regulamento (os “Direitos de Crédito”), e (ii) Ativos Financeiros, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo, estabelecidos neste Regulamento.

Parágrafo 1º O Fundo atuará no segmento financeiro.

Parágrafo 2º Os Direitos de Crédito serão adquiridos pelo Fundo juntamente com todos os direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos seus titulares, nos termos do(s) Contrato(s) de Cessão.

Parágrafo 3º Os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo BACEN ou pela CVM.

Artigo 18 Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, este deverá ter alocado no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito.

Artigo 19 A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada nos ativos financeiros abaixo relacionados (os “Ativos Financeiros”):

- a) moeda corrente nacional;
- b) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- c) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- d) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nas alíneas “b” e “c” acima, contratadas com Instituições Autorizadas; e
- e) quotas de fundo de investimento de renda fixa ou de fundo de investimento referenciado à Taxa DI, inclusive administrados e/ou geridos pela Administradora, por seu controlador, por sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” acima, bem como cujas políticas de investimento admitam a realização de operações com derivativos, desde que para proteção das posições detidas à vista, até o limite destas.

Artigo 20 A Administradora e o Gestor deverão observar os limites de composição e diversificação da carteira do Fundo descritos neste Regulamento.

Artigo 21 Com relação aos Ativos Financeiros serão observados os seguintes limites:

- (a) o total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como de um mesmo fundo de investimento ou pessoa física, não pode exceder 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido; e
- (b) o total de emissão e/ou coobrigação de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e de

coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não pode exceder 15% (quinze por cento) do Patrimônio Líquido.

**Parágrafo 1º** O Fundo poderá realizar operações nas quais a Administradora, seu controlador, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum atuem na condição de contraparte, observado o limite máximo de 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo. Todas as informações relativas às operações referidas neste Parágrafo serão objeto de registros analíticos segregados.

**Artigo 22** Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados neste Capítulo serão observados diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior.

**Artigo 23** As aplicações no Fundo não contam com garantia: (i) da Administradora; (ii) do Cedente; (iii) do Gestor; (iv) do Custodiante; (v) de qualquer mecanismo de seguro; ou (vi) do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

**Artigo 24** A GESTORA deste FUNDO não adota política de exercício de direito de voto em assembleias de fundos de investimento e/ou companhias nos quais o FUNDO tenha participação. No entanto, a GESTORA poderá, desde que devidamente investido dos poderes outorgados pela ADMINISTRADORA, exercer o direito de voto em nome do FUNDO caso entenda conveniente e/ou relevante as matérias objeto de deliberação nas assembleias dos fundos de investimento e/ou das companhias em que o FUNDO tenha participação.

**Parágrafo Único** – Por ocasião da participação da GESTORA nas assembleias descritas no caput deste Artigo, a ADMINISTRADORA, desde que formalmente requisitado pela GESTORA, dará representação legal à GESTORA para que esta manifeste seu voto em nome do FUNDO em referidas assembleias.

## **CAPÍTULO VIII – DESCRIÇÃO DOS CRÉDITOS E CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE**

**Artigo 25** Todos e quaisquer Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo deverão atender, cumulativamente, aos critérios de elegibilidade abaixo definidos (os “Critérios de Elegibilidade”):

- a) os Direitos de Crédito devem ser oriundos de operações de financiamento de veículos novos ou usados ou de operações de crédito pessoal, realizadas pelo Cedente com seus clientes por meio de Contratos de Financiamento, garantidos por alienação fiduciária de veículo, celebrados com taxas de juros pré-fixadas e devidamente representados por carnês de pagamento;
- b) não constar nenhum pedido de falência ou recuperação judicial ou extra-judicial contra o Financiador, bem como não ter sido configurada sua insolvência;
- c) um mesmo Financiador, devedor de Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, não pode estar em dívida para com o Fundo, representada por um ou mais Contratos de Financiamento, com valor contábil agregado superior a R\$100.000,00 (cem mil reais);
- d) os Direitos de Crédito devem ser vinculados a Financiadores que não apresentem, no momento de aquisição pelo Fundo, outros Direitos de Crédito vencidos e não pagos ao Fundo;

e) o prazo de vencimento dos Direitos de Crédito não poderá ser superior à data de resgate da última série de Quotas Seniores em Circulação; e

f) o valor total de Direitos de Créditos adquiridos pelo Fundo, relativos a cada segmento de veículos financiados, deverá observar os seguintes limites:

(a) até 60% (sessenta por cento) do Patrimônio Líquido para Direitos de Crédito oriundos de financiamento de Veículos Pesados;

(b) até 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido para Direitos de Crédito oriundos de financiamento de Veículos Leves; e

(c) até 25% (vinte e cinco por cento) do Patrimônio Líquido para Direitos de Crédito oriundos de financiamento de motocicletas.

Artigo 26 Os Direitos de Crédito passíveis de aquisição, devem ainda, atender às seguintes condições adicionais (as “Condições Adicionais”):

a) possuírem os veículos dados em garantia dos Contratos de Financiamento documentação hábil (CRV);

b) serem oriundos de operações de financiamento e de crédito pessoal realizadas com Financiados que (i) tenham sido submetidos à avaliação de crédito do Cedente, e (ii) tenham cadastro junto ao Cedente;

c) não terem os Direitos de Crédito vencimento em data posterior a de outros Direitos de Crédito, oriundos do mesmo Contrato de Financiamento, que tenham sido cedidos a terceiros;

d) serem os Direitos de Crédito enquadrados na política de concessão de crédito do Cedente, conforme definida neste Regulamento;

e) estarem livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;

f) estar o Financiador, devedor do respectivo Direito Creditório, adimplente com suas obrigações perante o Cedente; e

g) não possuírem os veículos dados em garantia dos Contratos de Financiamento data de fabricação acima de: (i) 15 anos, nos casos de Motocicletas; (ii) 30 anos, nos casos de Veículos Leves; e (iii) 35 anos, nos casos de Veículos Pesados (prazos muito longos).

Parágrafo Único A verificação quanto ao atendimento das Condições Adicionais será feita pelo Cedente, o qual confirmará tal atendimento à Administradora e ao Custodiante, nos termos do Contrato de Cessão.

Artigo 27 O Fundo adquirirá Direitos de Crédito Elegíveis e todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, prerrogativas e ações, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Cedente ou coobrigação deste, observados:

a) os demais termos e condições deste Regulamento;

b) os termos, condições e procedimentos do(s) Contrato(s) de Cessão;

- c) os procedimentos pertinentes à aquisição dos Direitos de Crédito e atendimento aos Critérios de Elegibilidade definidos neste Regulamento; e
- d) a política de investimento definida no Capítulo VII.

Artigo 28 Sem prejuízo do disposto neste Capítulo, o Cedente responde tão somente pela existência, certeza, exigibilidade e correta formalização dos respectivos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos deste Regulamento e do(s) Contrato(s) de Cessão.

## **CAPÍTULO IX - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO**

Artigo 29 O seguinte procedimento deverá ser observado pelo Cedente para a concessão de crédito:

Parágrafo 1º - Para fins da definição do limite de crédito a ser concedido, o departamento de crédito do Cedente examina/consulta informações e documentos relativos aos clientes, incluindo mas não se limitando a:

- a) identidade: apresentação do documento de identidade e validação do CPF;
- b) local de residência;
- c) local de trabalho;
- d) assalariados: cargo, salário, tempo de emprego e endereço da empresa;
- e) autônomos ou profissionais liberais: validação de local de trabalho junto a clientes e/ou fornecedores;
- f) caminhoneiros: comprovação de atividade profissional através de CNH profissional, categorias C, D ou E;
- g) comprovante de renda (holerite, registro de pagamento de autônomo, ou outros indicativos de renda, de modo a permitir que o Cedente atribua ao cliente uma renda estimada, caso seja necessário);
- h) laudo de vistoria do veículo emitido pelo agente correspondente do Cedente;
- i) cópia do certificado de registro de veículo (“CRV”);
- j) ausência de ônus em nome do veículo a ser financiado junto ao Detran ou ao Sistema MEGADATA;
- k) número de chassi do veículo;
- l) apontamentos do Financiado junto aos serviços de proteção ao crédito (SERASA e Serviço de Proteção ao Crédito); e
- m) comprovante de propriedade do veículo (exclusivamente para os casos de contrato pessoal garantidos por alienação fiduciária de veículo).



Parágrafo 2º Após serem analisados os dados acima, é verificado o valor do financiamento ou do crédito pessoal a ser concedido, o qual deve ser:

- a) no máximo de R\$15.000,00 (quinze mil reais), nos casos garantidos por motocicletas;
- b) no máximo de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), nos casos garantidos por Veículos Leves; e
- c) no máximo de R\$100.000,00 (cem mil reais), nos casos garantidos por Veículos Pesados.

Parágrafo 3º Em caráter complementar verificar-se-á:

- a) tempo mínimo de 6 (seis) meses de residência no mesmo imóvel, nos casos do cliente residir ou possuir sede, conforme o caso, em imóvel alugado;
- b) tempo mínimo de 6 (seis) meses de atividade, sem intervalos, no mesmo emprego ou atividade, tratando-se de pessoa física;
- c) financiamento máximo de 95% (noventa e cinco por cento) sobre o valor dado em garantia, nos Contratos de Financiamento; e
- d) concessão máxima de crédito equivalente a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor dado em garantia, nos contratos de crédito pessoal com garantia.

Parágrafo 4º O valor total do financiamento ou crédito concedido a um mesmo cliente, assim considerado com base no número de inscrição no cadastro do Ministério da Fazenda (CNPJ ou CPF), nunca poderá ser superior a R\$100.000,00 (cem mil reais).

## **CAPÍTULO X - POLÍTICA DE COBRANÇA**

Artigo 30 Observados os termos e as condições da legislação aplicável e do Contrato de Cessão, o Cedente autoriza o Custodiante a transferir ou registrar em seu sistema de cobrança a titularidade dos Direitos de Créditos adquiridos pelo Fundo, para que o pagamento a ser realizado pelos Financiados seja creditado diretamente na Conta do Fundo.

Parágrafo Único Os valores eventualmente recebidos pelo Cedente, decorrentes do pagamento dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo pelos Financiados, serão acolhidos pelo Cedente na qualidade de depositário do Fundo, e deverão ser transferidos para Conta do Fundo no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, contados do recebimento dos respectivos valores, acompanhados das seguintes informações a serem enviadas, por meio eletrônico, ao Custodiante: (a) valor original, data de vencimento e de efetivo pagamento de cada Direito de Crédito, (b) valor das verbas efetivamente pagas, (c) identificação do Contrato de Financiamento, e (d) número de inscrição do respectivo Financiador no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.

Artigo 31 O Agente de Cobrança será responsável, nos termos do Contrato de Cobrança, pela implementação dos procedimentos de cobrança judicial e extrajudicial dos Contratos de Financiamento, cujos Financiados estejam inadimplentes, na qualidade de mandatário do Fundo e prestador de serviços especialmente contratado pelo Custodiante, com anuência expressa do

Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança, e de acordo com a Política de Cobrança descrita no Anexo IV a este Regulamento.

Artigo 32 O Custodiante poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, efetuar a cobrança dos Direitos de Crédito ou a cobrança extrajudicial dos Financiados inadimplentes, bem como contratar outra empresa e/ou instituição para realizar tal serviço, desde que com prévia anuência da Administradora.

## **CAPÍTULO XI - FATORES DE RISCO**

Artigo 33 A carteira do Fundo, e, por consequência, seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, dentre os quais destacamos, de forma não taxativa, os abaixo relacionados. Antes de adquirir Quotas, o investidor deve ler cuidadosamente este Capítulo.

Parágrafo 1º Risco de Mercado:

- (a) Efeitos da política econômica do Governo Federal. O Fundo, seus ativos, o Cedente e os devedores dos Direitos de Crédito estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém freqüentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do País. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, aumento ou diminuição da taxa de juros, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados do Cedente, os setores econômicos específicos em que atuam, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados do Cedente, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito pelos respectivos Financiados.

- (b) Risco de descasamento de taxas. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será atualizado de acordo com as Metas de Rentabilidade Prioritária atreladas à Taxa DI, conforme estabelecidas em cada Suplemento, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Quotas Seniores. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que o Cedente, Administradora, Gestor e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.

- (c) Flutuação dos Ativos Financeiros. O valor dos ativos que integram a carteira do Fundo pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

Parágrafo 2º Risco de Crédito:

- (a) Risco de Crédito relativo aos Direitos de Crédito. Decorre da capacidade dos Financiados em honrarem seus compromissos pontual e integralmente, conforme contratados. O Fundo sofrerá o impacto do inadimplemento dos Direitos de Crédito detidos em carteira que estejam vencidos e não pagos. O Fundo somente procederá ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional na medida em que os pagamentos dos Direitos de Créditos sejam transferidos pelo Cedente e/ou pagos pelos Financiados, não havendo garantia de que o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas em cada Suplemento. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pelo Administrador, pelo Gestor e pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Ademais, o Cedente somente têm responsabilidade pela correta originação e formalização dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, nos termos da legislação aplicável, não assumindo qualquer responsabilidade pelo seu pagamento ou pela solvência dos Financiados e outros devedores dos Direitos de Crédito.

- (b) Risco de Crédito relativo aos Ativos Financeiros. Decorre da capacidade dos devedores e/ou emissores dos Ativos Financeiros e/ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos e/ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade e/ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.
- (c) Risco da notificação: a notificação acerca da cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos do Artigo 290 do Código Civil Brasileiro, não será feita aos devedores de tais Direitos de Crédito no momento da cessão, mas somente em caso de rescisão do Contrato de Cessão ou caso solicitado pela Administradora, o que pode resultar em riscos adicionais para o Fundo em caso de pagamentos efetuados pelos devedores diretamente à Cedente até o momento da respectiva notificação.
- (d) Risco de formalização dos Direitos de Crédito: o Custodiante realizará a verificação da regularidade e da formalização dos Direitos de Crédito e das garantias acessórias por meio de análise dos relatórios eletrônicos, enviados pelo Cedente. Entretanto, a verificação documental (física) da regularidade dos Direitos de Crédito é realizada apenas através de auditoria periódica, por amostragem. Até a realização dessa auditoria a carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito com irregularidades no que se refere à sua constituição, podendo assim obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito por ele adquiridos.

- (e) Risco de concentração dos Direitos de Crédito em duas modalidades de financiamento: os Direitos de Crédito componentes da carteira do Fundo são decorrentes de financiamentos para a aquisição de veículos novos e usados e concessões de crédito pessoal com garantia. Eventos extraordinários que venham a prejudicar os direitos de detentores de Direitos de Crédito decorrentes de financiamentos de veículos novos e usados, bem como das concessões de crédito pessoal com garantia, tais como decisões judiciais, ações governamentais, ou condições econômicas, podem acarretar perdas para o Fundo e seus quotistas seniores.
- (f) Risco de decisões judiciais. Em função de recente decisão prolatada pelo Supremo Tribunal Federal – STF, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2591, foi considerado aplicável o Código de Defesa do Consumidor (o “CDC”) às atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras. Neste sentido, há o risco de os Financiados não realizarem o pagamento de obrigações contratadas no âmbito dos Contratos de Financiamento, ou realizarem o pagamento a menor, com base em decisões judiciais fundamentadas no CDC, o que poderá acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

Parágrafo 3º Risco de Liquidez:

- (a) Liquidez relativa aos Ativos Financeiros. Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são negociados, e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo está sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo pode não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgates de suas Quotas.
- (b) Liquidez relativa aos Direitos de Crédito. O investimento do Fundo em Direitos de Crédito Elegíveis apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento brasileiros, haja vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito. Caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio do Fundo.
- (c) Liquidez para negociação das Quotas em mercado secundário. Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.
- (d) Liquidação antecipada do Fundo. Por conta da falta de liquidez dos Direitos de Crédito e das Quotas descritas neste parágrafo, e pelo fato do Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, o que inviabiliza o resgate de suas Quotas antes do prazo final de resgate, as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) a ocorrência de casos de liquidação antecipada do Fundo previstos no Regulamento, e deliberação, pela Assembléia

Geral de Quotistas, sobre a liquidação antecipada do Fundo e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Ocorrendo qualquer uma das hipóteses de liquidação antecipada do Fundo, poderá não haver recursos disponíveis em moeda corrente nacional para realizar o pagamento aos Quotistas, que poderão ser pagos com os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros detidos em carteira.

- (e) Amortização e resgate condicionado das Quotas. As únicas fontes de recursos do Fundo para efetuar o pagamento da amortização e/ou resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos respectivos devedores; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à inexistência de um mercado secundário ativo e organizado para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição da amortização e/ou resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito e/ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no parágrafo acima, tanto a Administradora quanto o Custodiante estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou resgates das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Parágrafo 4º Risco Operacional:

- (a) Falhas de Procedimentos. Falhas nos procedimentos de cadastro, cobrança e fixação da política de crédito e controles internos adotados pelo Cedente podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e sua respectiva cobrança, em caso de inadimplemento.
- (b) Risco de enquadramento dos Direitos de Crédito nos Critérios de Elegibilidade e de atendimento das Condições Adicionais: falhas (i) na verificação do atendimento aos Critérios de Elegibilidade (por parte do Custodiante) quando da aquisição Direitos de Crédito, ou (ii) na verificação do atendimento das Condições Adicionais (por parte do Cedente), podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito Elegíveis e sua respectiva cobrança, em caso de inadimplemento.
- (c) Documentos Comprobatórios. O Custodiante é o responsável legal pela guarda dos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo. O Custodiante poderá delegar a terceiros a custódia dos Documentos Comprobatórios, inclusive junto ao Cedente, sem afastar sua responsabilidade legal e sua responsabilidade perante o Fundo e os Quotistas pela guarda dos referidos documentos. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos para verificar a sua regularidade. Uma vez que essa auditoria é realizada após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos de Crédito cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos

## Direitos de Crédito.

Ademais, embora o Custodiante e o Fundo tenham o direito contratual de acesso irrestrito aos referidos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida origem e formalização dos Direitos de Crédito e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos.

- (d) Movimentação dos valores relativos aos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo. Quando da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo pelo Cedente, este solicitará ao Cedente realizar as devidas alterações nos respectivos procedimentos de cobrança para possibilitar que todos os recursos decorrentes da liquidação dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo sejam recebidos diretamente na Conta do Fundo.

Apesar de o Fundo contar com a obrigação do Cedente e do Custodiante de realizar as devidas alterações nos procedimentos de cobrança para possibilitar o depósito da liquidação dos Direitos de Crédito diretamente na Conta do Fundo, caso haja inadimplemento do Cedente ou do Custodiante no cumprimento de suas obrigações, inclusive em razão de falhas operacionais no processamento e na transferência dos recursos para a Conta do Fundo, a rentabilidade das Quotas poderá ser negativamente afetada, causando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

Em virtude de liquidação antecipada dos Contratos de Financiamento, os pagamentos feitos pelos Financiados poderão ser efetuados diretamente junto ao Cedente, que receberão tais valores na qualidade de depositários, em benefício do Fundo, com a obrigação de repassar imediatamente os valores para a Conta do Fundo. Caso haja qualquer problema de crédito do Cedente, tais como intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou outros procedimentos de proteção de credores, o Fundo poderá não receber os pagamentos pontualmente, e poderá ter custos adicionais com a recuperação de tais valores. Além disso, caso seja iniciado processo de intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou outro procedimento similar de proteção de credores envolvendo o Cedente, os valores de tempos em tempos depositados na Conta do Cedente poderão ser bloqueados, por medida judicial ou administrativa, o que poderá acarretar prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

- (e) Risco de sistemas. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos do Cedente, Custodiante, Administradora e do Fundo se darão livres de erros. Caso qualquer desses riscos venha a se materializar, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.
- (f) Risco de Cobrança: a titularidade dos Direitos de Crédito é do Fundo e, portanto, o Fundo detém os direitos de cobrar os respectivos devedores inadimplentes. Porém o Cedente é nomeado pelo Custodiante como agente de cobrança do Fundo (de acordo com Artigo 14), dispondo de poderes para cobrar os devedores inadimplentes judicialmente. Embora o Regulamento crie mecanismos de controle quanto à forma como a cobrança deva ser feita, não há garantias de que o Cedente desempenhará tal cobrança da mesma forma e com o mesmo grau de eficiência com que o legítimo proprietário dos Direitos de Crédito a desempenharia. O insucesso na cobrança dos Direitos de Crédito poderá acarretar perdas para o Fundo e seus quotistas seniores.

- (g) Formalização da Cessão de Créditos: Conforme previsto no Contrato de Cessão, o pagamento, pelo Fundo, dos Direitos de Crédito adquiridos do Cedente, ocorrerá após a troca de arquivos eletrônicos entre o Fundo e o Cedente, e o envio por este, por fac símile, de via assinada do Termo de Cessão (documento que especifica os créditos objeto de uma cessão específica). Não obstante o Cedente ter se comprometido a enviar a via original, devidamente assinada, do Termo de Cessão no prazo de 3 (três) Dias Úteis do seu recebimento, o pagamento da cessão ocorrerá previamente ao recebimento, pelo Fundo, de tal via assinada. Caso o Cedente deixe de enviar o Termo de Cessão original ao Fundo, por qualquer motivo, o Fundo poderá ter dificuldades em comprovar a titularidade dos Direitos de Crédito objeto da cessão, ou em fazer prova da cessão em juízo, em eventual ação de cobrança dos referidos Direitos de Crédito.

Parágrafo 5º    Outros Riscos:

- (a) Risco de descontinuidade. A política de investimento do Fundo descrita no Capítulo VII estabelece que o Fundo deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos de Crédito. Neste sentido, a continuidade do Fundo pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Quotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos no Fundo, em função da continuidade das operações regulares do(s) Cedente(s) e da capacidade deste(s) de originar Direitos de Crédito Elegíveis para o Fundo conforme os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo VIII deste Regulamento e de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo VII acima.

O Cedente realiza cessões de Direitos de Créditos para outros fundos de investimentos creditórios, quais sejam, FIDC Omni Veículos I, FIDC Omni Veículos II e FIDC Omni Veículos III, sendo o único responsável por realizar cessões de Direitos de Crédito ao Fundo, o que poderá acarretar prejuízos ao Fundo e aos Quotistas se, por qualquer motivo, o Cedente não conseguir originar Direitos de Crédito suficientes para cessão ao Fundo que atendam os Critérios de Elegibilidade e a Política de Investimento.

- (b) Riscos de pré-pagamento. Os Mutuários podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações contratadas no Contrato de Mútuo. Em decorrência da diferença existente entre os juros dos Contratos de Financiamento e as taxas de desconto utilizadas para aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, os Direitos de Crédito poderão ser adquiridos pelo Fundo por preços superiores aos seus respectivos saldos devedores. Pagamentos antecipados (especialmente se ocorridos nos primeiros meses de vigência de seus respectivos Contratos de Financiamento) podem afetar o Patrimônio Líquido do Fundo, com possíveis impactos negativos na rentabilidade das Quotas Seniores.
- (c) Riscos e custos de cobrança. os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos condôminos, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos quotistas em Assembléia Geral. A Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Cedente e quaisquer de suas respectivas pessoas controladoras, as sociedades por estes direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, não são responsáveis, em

conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Seniores e Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto.

- (d) Limitação do gerenciamento de riscos. A realização de investimentos no Fundo expõe o investidor aos riscos a que o Fundo está sujeito, os quais poderão acarretar perdas para os Quotistas. Embora a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há qualquer garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas. Em condições adversas de mercado, esse sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.
- (e) Risco decorrente da precificação dos ativos. Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros (“mark-to-market”), poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.
- (f) Inexistência de garantia de rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade Prioritária garantia mínima de rentabilidade aos investidores, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pelo Gestor, pelo Cedente, pelo Fundo Garantidor de Créditos – FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Seniores, com base na Meta de Rentabilidade Prioritária, a rentabilidade dos Quotistas será inferior à meta indicada no respectivo Suplemento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.
- (g) Outros Riscos. O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos (*default*), mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

## **CAPÍTULO XII - QUOTAS**

Artigo 34 A Administradora, em nome do Fundo, poderá emitir uma ou mais séries de Quotas Seniores, observado que:

- (a) nenhum Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação tenha ocorrido e esteja em vigor;
- (b) a emissão de nova série de Quotas Seniores não implique no rebaixamento da classificação de risco das séries de Quotas Seniores em circulação;
- (c) o respectivo Suplemento seja devidamente preenchido e levado a registro em Cartório de Títulos e Documentos; e
- (d) a emissão seja levada a registro perante a CVM, conforme a Instrução CVM 356.



Parágrafo 1º Cada emissão de séries de Quotas Seniores pelo Fundo deverá ser, necessariamente, precedida do preenchimento do Suplemento da respectiva série, na forma do Anexo III a este Regulamento, o qual deverá conter as seguintes informações relativas à série: (i) quantidade de Quotas Seniores, (ii) Valor Unitário de Emissão, (iii) Data de Emissão, (iv) Prazo de Carência e Amortização Programada, (v) Data de Resgate e (vi) Meta de Rentabilidade Prioritária da respectiva série de Quotas Seniores (o “Suplemento”).

Parágrafo 2º A Meta de Rentabilidade Prioritária de cada série de Quotas Seniores será estabelecida no Suplemento de emissão da respectiva série, e as Quotas terão seu valor calculado com base no Artigo 40 abaixo.

Parágrafo 3º As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00 (hum mil reais) na Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores, sendo que as Quotas Seniores distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base no item (c) abaixo;
- (c) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 40 deste Regulamento; e
- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto.

Parágrafo 4º As Quotas Seniores serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos contados da data do registro da distribuição na CVM.

Parágrafo 5º O valor mínimo da primeira aplicação de Quotas não poderá ser inferior a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Artigo 35 O Fundo emitirá Quotas Subordinadas, a serem colocadas em uma ou mais distribuições, podendo ser mantido em circulação um número indeterminado de Quotas Subordinadas.

Parágrafo 1º As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em circulação, admitindo-se o resgate em Direitos de Crédito;
- (c) Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00 (hum mil reais) na Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas, sendo que as Quotas Subordinadas distribuídas posteriormente terão seu Valor Unitário de Emissão calculado com base na alínea (d) abaixo;
- (d) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de

integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 41 deste Regulamento;

- (e) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá 1 (um) voto;
- (f) serão subscritas pelo Cedente ou por seus acionistas, conselheiros ou diretores; e
- (g) é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas.

Parágrafo 2º Após o encerramento da primeira distribuição de Quotas Subordinadas, a Administradora poderá realizar nova distribuição de Quotas Subordinadas, em número indeterminado.

Artigo 36 As Quotas são transferíveis, terão números inteiros e serão escriturais, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

Artigo 37 As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, observado o disposto no Capítulo XX deste Regulamento.

### **CAPÍTULO XIII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS**

Artigo 38 As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 40 e 41 deste Regulamento, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo (isto é, valor da Quota para o Dia Útil em questão), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

Artigo 39 A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.

Parágrafo 1º No ato de subscrição de Quotas Seniores, o subscritor (i) assinará o boletim de subscrição (que também será assinado pela Administradora), e (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas conforme o previsto no Suplemento de distribuição da respectiva série de Quotas Seniores, respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento.

Parágrafo 2º O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Artigo 40 Não serão cobradas taxas de ingresso, performance ou de saída pela Administradora.

Artigo 41 A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores o valor unitário das Quotas Seniores de cada série será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder a um dos valores abaixo, conforme o caso:

- (a) caso o Patrimônio Líquido seja inferior ao Patrimônio de Referência o valor

unitário das Quotas Seniores corresponderá ao produto da (i) Fração Ideal correspondente à série e (ii) o Patrimônio Líquido, dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação correspondente à série; ou

- (b) caso o Patrimônio Líquido seja superior ao Patrimônio de Referência o valor unitário das Quotas Seniores corresponderá ao Valor Unitário de Referência.

Parágrafo 1º O Patrimônio de Referência será calculado todo Dia Útil através da fórmula abaixo:

$$PR = \sum_{j=1}^N NQS_j * VUR_j$$

onde:

PR:	é o Patrimônio de Referência
NQS <sub>i</sub> :	é número de Quotas Seniores em Circulação correspondente à série <i>i</i>
VUR <sub>i</sub> :	é o Valor Unitário de Referência correspondente à série <i>i</i>
N:	é número de série de Quotas Seniores em Circulação

Parágrafo 2º As participações relativas de cada série de Quotas Seniores no Patrimônio Líquido (“Frações Ideais”), a serem utilizadas nas determinações dos valores das Quotas Seniores nos Dias Úteis em que o Patrimônio Líquido seja inferior ao Patrimônio de Referência serão determinadas através da fórmula abaixo, calculada com referência ao último Dia Útil anterior no qual Patrimônio Líquido tenha sido superior ao Patrimônio de Referência:

$$FI_i = \frac{NQS_i * (VUR_i - Amort_i)}{\sum_{j=1}^N NQS_j * (VUR_j - Amort_j)}$$

onde:

FI <sub>i</sub> :	é a Fração Ideal correspondente à série <i>i</i>
Amort <sub>i</sub> :	é o valor agregado de todas as amortizações de quotas seniores correspondente à série <i>i</i> que efetivamente ocorreram entre o último Dia Útil anterior no qual Patrimônio Líquido tenha sido superior ao Patrimônio de Referência e a data de liquidação

Parágrafo 3º Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores de cada série, definidos no *caput* deste Artigo, têm como finalidade definir (i) o valor de integralização de Quotas Seniores de cada série durante o respectivo período de distribuição e (ii) qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores de cada série em questão na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte da Administradora, do Gestor, do Fundo, do Cedente ou do Custodiante.

Parágrafo 4º Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, calculado conforme o *caput* deste Artigo, na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.

Parágrafo 5º Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos no item (b) do *caput* deste Artigo às Quotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas.

Parágrafo 6º Com relação a cada série de Quotas Seniores, o Valor Unitário de Referência será (i) na Data de Emissão de Quotas Seniores da série, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subsequentes à Data de Emissão de cada série, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para as Quotas Seniores da série em seu respectivo Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência será reduzido do montante efetivamente pago a título de amortização por Quota Sênior.

Artigo 42 A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores em circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em circulação na respectiva data de cálculo.

#### **CAPÍTULO XIV - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS SENIORES**

Artigo 43 As Quotas Seniores de cada série serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate, observado o previsto neste Capítulo.

Artigo 44 Sem prejuízo do previsto no Artigo 44 abaixo, o Fundo poderá realizar Amortizações Programadas de qualquer série de Quotas Seniores a ser emitida, de acordo com as condições estabelecidas no respectivo Suplemento.

Artigo 45 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 49 deste Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido permita e o Fundo tenha disponibilidades para tanto, a Assembléia Geral poderá determinar alterações nas Amortizações Programadas de uma ou mais séries específicas de Quotas Seniores em Circulação, nas datas e valores a serem estipulados na referida Assembléia Geral.

Artigo 46 Quaisquer alterações nos direitos, vantagens e garantias, bem como nas Datas de Resgate, Amortizações Programadas e Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores de qualquer série deverão observar os quoruns específicos estabelecidos no Capítulo XXII deste Regulamento.

#### **CAPÍTULO XV - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS**

Artigo 47 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 49 deste Regulamento, a Administradora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores, em cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso, nos montantes apurados conforme o Artigo 40 deste Regulamento, e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas na hipótese prevista no Artigo 54 deste Regulamento ou após o resgate integral das Quotas Seniores, nos montantes apurados conforme o Artigo 40 deste Regulamento.

Parágrafo 1º A Administradora efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

Parágrafo 2º Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escrirador, nas respectivas Datas de Amortização ou Data de Resgate, exceto as Quotas Seniores negociadas no SOMAFIX e BOVESPAFIX, cujo os negócios serão liquidados de acordo com as normas da CBLC.

Parágrafo 3º Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no Artigo 57 deste Regulamento, em Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

Parágrafo 5º A fim de viabilizar os pagamentos do Fundo, a Administradora deverá constituir uma Reserva de Liquidez para pagamento das amortizações e resgates das Quotas Seniores (“Reserva de Liquidez”), composta pelos Ativos Financeiros com liquidez diária pertencentes ao Fundo.

Parágrafo 6º No 21º (vigésimo primeiro) Dia Útil anterior a cada Data de Amortização ou da Data de Resgate:

- a) o valor da Reserva de Liquidez deverá ser no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administradora para pagamento da respectiva amortização e/ou resgate; e
- b) caso o valor da Reserva de Liquidez seja inferior a 100% (cem por cento) do valor estimado pela Administradora para pagamento da respectiva amortização e/ou resgate, o valor total dos Direitos de Crédito vincendos até 5 (cinco) Dias Úteis antes da respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate deverá ser no mínimo 150% (cento e cinquenta por cento) do valor estimado pela Administradora para pagamento da respectiva amortização e/ou resgate.

Parágrafo 7º A partir de 21 (vinte e um) Dias Úteis antes de cada Data de Amortização ou da Data de Resgate, a Administradora deverá interromper a aquisição de novos Direitos de Crédito e destinar todas as disponibilidades do Fundo, para a recomposição da Reserva de Liquidez até que o valor da Reserva de Liquidez seja 100% (cem por cento) do valor estimado pela Administradora para pagamento da respectiva amortização e/ou resgate.

Parágrafo 8º Para efeito dos cálculos referidos nos Parágrafos 6º e 7º acima, o valor futuro estimado das respectivas amortizações e resgates será calculado com base na Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior.

Parágrafo 9º Quando da execução dos procedimentos relativos à constituição da Reserva de Liquidez, o Gestor deverá investir os fundos disponíveis na Reserva de Liquidez exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária, de forma a garantir o pagamento tempestivo das amortizações e resgates, sempre observada a política de investimento definida neste Regulamento.

Parágrafo 10 Os procedimentos descritos neste item não constituem promessa ou garantia, por parte da Administradora, de que haverá recursos suficientes para a constituição da Reserva de Liquidez, representando apenas um objetivo a ser perseguido pela Administradora.

## **CAPÍTULO XVI - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS**

**Artigo 48** As Quotas Seniores serão registradas para negociação no SOMAFIX e, a critério da Administradora, na BOVESPAFIX e CETIP, de acordo com a legislação vigente, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

**Artigo 49** As Quotas Seniores negociadas no SOMAFIX, BOVESPAFIX e CETIP serão liquidadas de acordo com as normas de seus respectivos ambientes de negociação.

## **CAPÍTULO XVII - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS**

**Artigo 50** Diariamente, a partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores e até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- i. pagamento dos Encargos do Fundo;
- ii. provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- iii. devolução aos titulares das Quotas Seniores dos valores aportados ao Fundo, acrescidos dos rendimentos previstos em cada Suplemento de emissão de Quotas Seniores, por meio do resgate ou amortização da série de Quotas específica;
- iv. constituição da Reserva de Liquidez, conforme estabelecido no artigo 45 deste Regulamento;
- v. pagamento dos valores referentes às amortizações das Quotas Subordinadas, nos termos do Artigo 54;
- vi. aquisição pelo Fundo de Direitos de Crédito a serem originados pelo Cedente, em observância à Política de Investimento descrita neste Regulamento; e
- vii. pagamento dos valores referentes aos resgates das Quotas Subordinadas.

## **CAPÍTULO XVIII - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO**

**Artigo 51** Os ativos que compõem a carteira do Fundo terão seus valores calculados todo Dia Útil, mediante a utilização dos seguintes critérios: (i) os Ativos Financeiros serão precificados de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e instrumentos derivativos, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado), utilizando-se preferencialmente os critérios de marcação a mercado adotados pela Administradora ou pelo Custodiante, de acordo com o disposto no Contrato de Custódia; e (ii) os Direitos de Crédito serão contabilizados com base em seu custo de aquisição, com apropriação de rendimentos feita em base exponencial, com base em um ano de 252 Dias Úteis, pelo número de Dias Úteis, a decorrer até o seu vencimento, sempre observadas as regras aplicáveis emanadas pelo BACEN, pela CVM e pela legislação e regulamentação aplicável.

**Parágrafo 1º** O Fundo terá escrituração contábil própria.

Parágrafo 2º Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito, inclusive o ágio ou o deságio apurado na sua aquisição, serão reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento (sempre com cálculo de rendimento feito de forma exponencial, com base em um ano de 252 Dias Úteis e considerando o número de Dias Úteis a decorrer), computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Parágrafo 3º As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do fundo e os valores de cada Direito de Crédito e Ativo Financeiro, calculados de acordo com o disposto no Contrato de Custódia, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

Artigo 52 As perdas e provisões com os Direitos de Crédito serão reconhecidas no resultado do período conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Parágrafo 1º O Fundo provisionará o valor equivalente a 100% (cem por cento) de todos os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros em atraso a partir de 181 (cento e oitenta e um) dias após o seu vencimento.

Parágrafo 2º Caso os créditos inadimplidos sejam de alguma forma recuperados, após o provisionamento ou contabilização de perdas acima referidos, os mesmos serão destinados exclusiva e integralmente ao Fundo, e o Custodiante deverá então (i) reverter a provisão ou os prejuízos, conforme o caso e (ii) reabilitar ou outorgar poderes ao Cedente para que providenciem a reabilitação do Mutuário inadimplente junto aos serviços de proteção ao crédito.

## **CAPÍTULO XIX - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA**

Artigo 53 Desde a Data da 1ª Subscrição de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, a Administradora verificará, todo Dia Útil, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do Fundo (a “Razão de Garantia”) é igual ou superior à Relação Mínima, conforme definida abaixo.

Parágrafo Único Para fins deste Artigo 52, a Relação Mínima será de 112% (cento e doze por cento) até que a Razão de Garantia atinja 125,5% (cento e vinte e cinco vírgula cinco por cento) ou transcorra o prazo de 6 (seis) meses a contar do início das atividades do Fundo, o que acontecer primeiro. Após a ocorrência de qualquer um dos dois eventos estabelecidos neste parágrafo a Relação Mínima passará a ser igual a 125,5% (cento e vinte e cinco vírgula cinco por cento) (a “Relação Mínima”).

Artigo 54 Caso a Razão de Garantia seja inferior à Relação Mínima por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos serão adotados os seguintes procedimentos:

- a) a Administradora comunicará, imediatamente, tal ocorrência ao Cedente, mediante o envio de correspondência ou por meio eletrônico, em ambos os casos com aviso de recebimento, para realizar aporte adicional de recursos para o reenquadramento

do Fundo à Razão de Garantia, mediante a emissão e subscrição de novas Quotas Subordinadas; e

- b) O Cedente deverá subscrever, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir do recebimento da comunicação prevista na alínea “a” deste parágrafo, tantas Quotas Subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia.

Parágrafo Único Caso o Cedente não realize o aporte adicional de recursos conforme a alínea (b) do caput deste Artigo, a Administradora deverá adotar os procedimentos do Artigo 55, Parágrafo 3º deste Regulamento.

Artigo 55 Caso a Razão de Garantia seja superior a 125,5% (cento e vinte e cinco vírgula cinco por cento) (o “Excesso de Cobertura”), a Administradora poderá realizar, a seu exclusivo critério, a amortização parcial das Quotas Subordinadas, até o limite no qual a relação entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do Fundo seja de no mínimo 125,5% (cento e vinte e cinco vírgula cinco por cento) (“Limite de Liberação de Garantias”), mediante solicitação dos respectivos Quotistas, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:

- i) a Reserva de Liquidez esteja devidamente constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos neste Regulamento;
- ii) o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente;
- iii) na data da amortização, os limites de concentração dispostos no Capítulo VII deste Regulamento não tenham sido excedidos; e
- iv) até a data da amortização, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, eles tenham sido adequadamente sanados.

Parágrafo 1º Para fins do previsto no *caput* deste Artigo, a Administradora deverá comunicar de imediato a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas.

Parágrafo 2º Cada titular das Quotas Subordinadas deverá comunicar à Administradora, após o recebimento da comunicação prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, o valor a ser amortizado com relação às Quotas Subordinadas de sua titularidade, observado o disposto no *caput* deste Artigo 53.

Parágrafo 3º A Administradora, observado o disposto no *caput* deste Artigo 53, deverá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas no dia seguinte ao do recebimento da comunicação dos Quotistas prevista no Parágrafo 2º deste Artigo, sujeito à confirmação pela Administradora da continuidade do Excesso de Cobertura.

## **CAPÍTULO XX - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO E GATILHOS DE DESEMPENHO**

Artigo 56 São considerados eventos de avaliação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos (os “Eventos de Avaliação”):



- a) qualquer evento que implique em transferência ou alteração, direta ou indireta, do controle do Cedente, em relação ao que prevalecia à época da constituição do Fundo, bem como qualquer operação de cisão, fusão ou reorganização societária que envolva o Cedente ou qualquer operação com efeitos similares;
- b) caso o Cedente inicie processo de renegociação de dívidas, ou situação de endividamento que evidencie a iminência de que ocorra tal fato;
- c) caso ocorra a concessão de qualquer medida liminar, antecipação de tutela, medida cautelar, incluindo a medida cautelar fiscal de que trata a Lei Federal n.º 8.397/92, que imponha restrição à alienação de ativos de titularidade do Cedente;
- d) caso o Cedente deixe de cumprir as disposições referentes aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado definidos pelas normas do BACEN e do Conselho Monetário Nacional – CMN;
- e) descumprimento pelo Cedente de qualquer de suas obrigações estabelecidas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação que não seja um Evento de Avaliação ou um Evento de Liquidação, desde que tal descumprimento não seja devidamente regularizado ou justificado dentro do prazo de 4 (quatro) Dias Úteis contado do recebimento, pelo Cedente, de aviso, por escrito, enviado pela Administradora, informando-o da ocorrência do respectivo evento;
- f) caso a Razão de Garantia não seja atendida dentro do prazo estabelecido para o reenquadramento nos termos do Capítulo XIX deste Regulamento;
- g) rebaixamento da nota da classificação de risco de qualquer série de Quotas Seniores em circulação em relação à nota da classificação de risco originalmente atribuída;
- h) verificação, com base do último Dia Útil do mês calendário, que o Índice de Atraso da carteira, calculado conforme a metodologia constante do parágrafo único do Artigo 56:
  - a) seja superior a 43% (quarenta e três por cento) para atrasos superiores a quinze dias (F=15);
  - b) seja superior a 33% (trinta e três por cento) para atrasos superiores a trinta dias (F=30);
  - c) seja superior a 21% (vinte e um por cento) para atrasos superiores a sessenta dias (F=60);
  - d) seja superior a 15% (quinze por cento) para atrasos superiores a cento e vinte dias (F=120); e
  - e) seja superior a 14% (quatorze por cento) para atrasos superiores a cento e oitenta dias (F=180).
- i) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da referida notificação;
- j) impossibilidade, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que preencham os Critérios de Elegibilidade, por um período de 30 (trinta) dias consecutivos, em valor total mínimo equivalente a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), durante os 6

(seis) meses contados a partir do início das atividades do Fundo;

- k) não constituição da Reserva de Liquidez nos termos deste Regulamento;
- l) inobservância, pela Administradora, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, verificado pelo Custodiante ou por titulares de Quotas Seniores representando ao menos 5% das Quotas Seniores em Circulação, desde que, se notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- m) aquisição, pelo Fundo, de Direitos de Crédito em desacordo com os Critérios de Elegibilidade previstos neste Regulamento;
- n) renúncia da Administradora e/ou do Custodiante;
- o) caso a Taxa DI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- p) ocorrência de extinção, impossibilidade legal de aplicação, falta de apuração ou de divulgação de quaisquer dos índices ou parâmetros estabelecidos nos termos deste Regulamento e seus Suplementos para o cálculo do valor das Quotas Seniores, por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos ou a 15 (quinze) Dias Úteis alternados, durante um período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que ocorrer o evento; e
- q) criação de novos tributos, elevação das alíquotas já existentes ou modificação de suas bases de cálculo, que possa comprometer negativamente a boa ordem legal, administrativa e operacional do Fundo e os direitos, as garantias, a rentabilidade e/ou as prerrogativas dos titulares das Quotas Seniores;
- r) rescisão, extinção ou término por qualquer motivo de qualquer dos seguintes contratos: Contrato de Cessão e respectivos Termos de Cessão, Contrato de Custódia, Contrato de Gestão, Contratos de Serviços de Auditoria Independente, Contrato de Cobrança, Contrato de Depósito e Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas.

Artigo 57 Durante o prazo de duração do Fundo, o Custodiante deverá calcular diariamente o Índice de Atraso, conforme definido abaixo, e informá-lo à Administradora, devendo esta, em caso de desenquadramento de qualquer das faixas estabelecidas no item h) do Artigo 55: (i) suspender a aquisição de novos Direitos de Crédito até que sejam restabelecidos os Índices de Atraso e (ii) declarar a ocorrência de um Evento de Avaliação.

Parágrafo Único O índice de atraso utilizado na avaliação do desempenho dos Direitos de Crédito da carteira do Fundo (o “Índice de Atraso”) será calculado diariamente conforme segue:

$$Atraso_{F;D} = \frac{PA_{F;D} + PNP_{F;D}}{PT_{F;D}}$$

$PT_{F;D}$ : Somatório dos valores dos Direitos de Crédito vencidos até a data referencial de cálculo.

$PA_{F;D}$ : Somatório dos valores dos Direitos de Crédito vencidos e pagos com atraso superior a F dias até a data referencial de cálculo.

PNP<sub>F,D</sub>: Somatório dos valores dos Direitos de Crédito vencidos e não pagos até a data referencial de cálculo.

D: Data referencial de cálculo, correspondente a cinco dias úteis antes da data de cálculo do Índice de Atraso.

F: Faixa de dias de atraso. As faixas de atraso variam no seguinte conjunto {15, 30, 60, 120, 180 }.

Atraso<sub>F,D</sub>: Índice de Atraso calculado para a faixa de atraso *F* na data *D*.

Os Índices de Atraso nas diversas faixas de atrasos referenciadas acima, terão início de cálculo a partir do momento em que a quantidade de dias decorridos do Fundo seja superior a quantidade de dias da respectiva faixa de atraso

Artigo 58 Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação será convocada Assembléia Geral, nos termos do Capítulo XXII, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do Evento de Avaliação, podendo a Assembléia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo, ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembléia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembléia Geral nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 58 deste Regulamento.

Parágrafo 1º Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembléia Geral prevista no *caput* deste Artigo, a referida Assembléia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Parágrafo 2º No momento de verificação de qualquer Evento de Avaliação, os procedimentos de aquisição de novos Direitos de Crédito deverão ser imediatamente interrompidos.

Artigo 59 São considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo (os “Eventos de Liquidação”) quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) Caso o Cedente, seu controlador, sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum venham a ingressar em regime de administração extrajudicial temporário - RAET, recuperação judicial, falência, bem como se o Cedente pleitear pedido de auto-falência ou sofrer processo de intervenção ou liquidação judicial ou extrajudicial, ou qualquer procedimento ou regime similar;
- (b) A ocorrência de eventos que prejudiquem ou impossibilitem as atividades do Fundo, assim entendidos aqueles que afetem substancialmente a origem e/ou a cessão de Direitos de Crédito em montante suficiente para assegurar os níveis mínimos de composição e diversificação da carteira do Fundo, inclusive, mas não se limitando, ao descumprimento pelo Cedente da obrigação de ceder ao Fundo Direitos de Crédito livres e desembaraçados, que atendam aos Critérios de Elegibilidade e representem a todo momento, a partir do 90º (nonagésimo) dia contado a partir do início das atividades do Fundo, exceto na hipótese de autorização de prorrogação desse prazo pela CVM, conforme disposto no Artigo 40 da Instrução nº 356 da CVM e alterações posteriores, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (c) cessação ou renúncia pela Administradora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços de administração do Fundo previstos neste Regulamento, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com os

procedimentos estabelecidos neste Regulamento;

- (d) cessação pelo Custodiante a qualquer tempo e por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, nos termos dos referidos contratos;
- (e) inobservância da Razão de Garantia por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos após o término do prazo para reenquadramento previsto no Capítulo XIX;
- (f) falência, intervenção ou liquidação extrajudicial da Administradora, do Custodiante, Gestor e quaisquer prestadores de serviços ao Fundo; e
- (g) não pagamento dos valores de amortização ou resgate nas datas previstas neste Regulamento.
- (h) a ocorrência do Evento de Avaliação, conforme descrito no Artigo 55, item h) deste Regulamento, nas seguintes hipóteses:
  - i. o Índice de Atraso tratado na alínea “a” do item h) do Artigo 55 deste Regulamento for observado por 10 (dez) dias úteis consecutivos ou for excedido em mais de 5% (cinco por cento) em uma única ocasião;
  - ii. o Índice de Atraso tratado na alínea “b” do item h) do Artigo 55 deste Regulamento for observado por 2 (dois) meses consecutivos ou for excedido em mais de 5% (cinco por cento) em uma única ocasião;
  - iii. o Índice de Atraso tratado na alínea “c” do item h) do Artigo 55 deste Regulamento for observado por 2 (dois) meses consecutivos ou for excedido em mais de 5% (cinco por cento) em uma única ocasião;
  - iv. o Índice de Atraso tratado na alínea “d” do item h) do Artigo 55 deste Regulamento for observado por 2 (dois) meses consecutivos ou for excedido em mais de 5% (cinco por cento) em uma única ocasião; ou
  - v. o Índice de Atraso tratado na alínea “e” do item h) do Artigo 55 deste Regulamento for observado por 2 (dois) meses consecutivos ou for excedido em mais de 5% (cinco por cento) em uma única ocasião.

Parágrafo 1º Ocorrendo qualquer dos Eventos de Liquidação, a Administradora deverá dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo definidos nos próximos Parágrafos deste Artigo.

Parágrafo 2º Na hipótese prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os titulares das Quotas Seniores deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas dissidentes, pelo seu valor na forma prevista no Suplemento e neste Regulamento.

Parágrafo 3º Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Seniores dos Quotistas dissidentes todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas. Em observância ao artigo 15 da Instrução CVM 356, o Fundo está

vedado de realizar o resgate das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes em Direitos de Crédito.

Parágrafo 4º Caso a deliberação da Assembléia Geral referida no Parágrafo 2º deste Artigo determine a liquidação antecipada do Fundo, o Fundo resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora liquidará todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores dos Direitos de Crédito, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo.
- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XVII, a Administradora debitará a Conta do Fundo e procederá ao resgate antecipado das Quotas Seniores em circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Parágrafo 5º Na hipótese de insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas Seniores, a Administradora poderá convocar Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre a possibilidade do resgate dessas Quotas em Direitos de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor;

Parágrafo 6º Até o pagamento integral das Quotas Seniores, quer em dinheiro ou em Direitos de Crédito, ficará suspenso o resgate das Quotas Subordinadas, que somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores.

Parágrafo 7º Os procedimentos descritos no Artigo 54 acima somente poderão ser iniciados ou retomados após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas.

Artigo 60 Caso após 12 (doze) meses da data de ocorrência do Evento de Liquidação e observadas as deliberações da Assembléia Geral referida no Parágrafo 2º do Artigo 58 acima, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores, será constituído pelos titulares das Quotas Seniores em circulação um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e ss. do Código Civil, que sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio.

## **CAPÍTULO XXI - DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO**

Artigo 61 Constituem Encargos do Fundo (os “Encargos do Fundo”), além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e Obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na legislação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;

- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo, ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- h) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- i) despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco; e
- j) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma do inciso I, do Artigo 31, da Instrução CVM 356.

Parágrafo Único As despesas não previstas neste Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

## **CAPÍTULO XXII - ASSEMBLÉIA GERAL**

Artigo 62 Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XV deste Regulamento;
- (e) aprovar qualquer alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Operação,
- (f) aprovar a substituição do Custodiante, do Gestor, do Auditor Independente e da Agência de Classificação de Risco;
- (g) aprovar a cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstos neste Regulamento;
- (h) aprovar o aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a

contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas neste Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar;

- (i) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação serão considerados Eventos de Liquidação; e
- (j) aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito.

Artigo 63 O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

Artigo 64 A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, nas demais convocações, sendo admitido que a segunda convocação seja realizada juntamente com a primeira, e far-se-á por meio de aviso publicado no Periódico e, sempre que possível, enviado por carta de aviso de recebimento e enviado por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

Parágrafo 1º A Assembléia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

Parágrafo 2º A Assembléia Geral será considerada validamente instalada com a presença de pelo menos um Quotista Sênior. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo 3º A presidência da Assembléia Geral caberá à Administradora.

Parágrafo 4º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º deste Artigo, a Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, do Auditor Independente, do Gestor, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo 5º Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo 6º Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral deve realizar-se no local onde a Administradora tiver a sede, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Artigo 65 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento

de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Artigo 66 Ressalvado o disposto nos Parágrafos deste Artigo, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas Seniores presentes à Assembléia Geral.

Parágrafo 1º Ressalvado o disposto no parágrafo 2º abaixo, a alteração das Datas de Resgate, Amortizações Programadas e Meta de Rentabilidade Prioritária de qualquer série de Quotas Seniores dependerá da aprovação dos titulares de 100% das Quotas.

Parágrafo 2º Na hipótese prevista no Artigo 55, item “p” deste Regulamento, a substituição de qualquer dos índices ou parâmetros estabelecidos nos termos deste Regulamento e seus Suplementos para o cálculo do valor das Quotas Seniores dependerá da aprovação dos titulares de 66% das Quotas Seniores presentes à Assembléia Geral.

Parágrafo 3º Sem prejuízo do disposto no *caput* e nos parágrafos anteriores, a aprovação das seguintes matérias dependerá, ainda, do voto favorável dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas: (i) alteração da política de investimento e da política de concessão de crédito, estabelecidas nos capítulos VII e IX deste Regulamento, respectivamente; (ii) alteração dos Critérios de Elegibilidade; (iii) alteração da Razão de Garantia e do Excesso de Cobertura e (iv) alteração dos prazos e composição da Reserva de Liquidez, conforme estabelecidos no parágrafo 6º do artigo 46 deste Regulamento.

Artigo 67 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

Artigo 68 Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação e deliberação previstos neste Regulamento.

Artigo 69 Nos termos do artigo 31 da Instrução CVM 356, a Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas.

Parágrafo Único Somente pode exercer as funções de representante dos Quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- a) ser Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas;
- b) não exercer cargo ou função na Administradora, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- c) não exercer cargo no Cedente dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo ou em sociedades ou empresas do grupo da Administradora.

Artigo 70 As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua realização.



## **CAPÍTULO XXIII - PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS**

Artigo 71 A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, por meio de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, devendo permanecer à disposição dos condôminos para consulta, na sede e agências da Administradora e nas instituições autorizadas a distribuir Quotas do Fundo, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

Artigo 72 A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de Quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; (iii) o comportamento da carteira de Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado; e (iv) a proporção entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Seniores. As obrigações aqui estabelecidas não prejudicam e não se confundem com as obrigações de divulgação contidas no Artigo 34, inciso IV da Instrução nº 356, alterada pela Instrução nº 393, da CVM.

Artigo 73 A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos: (i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e (ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 74 As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Artigo 75 À Administradora cabe divulgar, trimestralmente: (i) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) o valor da Quota; (iii) a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Quotas Seniores; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil; e (v) os relatórios das agências classificadoras de risco contratadas pelo Fundo; sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Regulamento e na legislação vigente.

Parágrafo Único A divulgação das informações previstas neste Regulamento deve ser feita por meio de (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, e sempre que possível, por meio de (ii) correio eletrônico e carta com aviso de recebimento enviados ao Quotista. Qualquer mudança, com relação ao Periódico, deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

## **CAPÍTULO XXIV - DISPOSIÇÕES FINAIS**

Artigo 76 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

Artigo 77 O Presente Regulamento, respectivos Suplementos e suas alterações serão levados a registro no Cartório de Registro e Títulos e Documentos localizados na Sede da Administradora, em 10 (dez) Dias Úteis contados da deliberação da Assembléia Geral ou da Administradora, e em 30 (trinta) dias quando a alteração advir de exigência legal ou regulamentar.

Artigo 78 O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 30 de novembro de cada ano.

Artigo 79 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF, conforme o Artigo 50 deste Regulamento.

Artigo 80 Por ocasião da auditoria de que trata o Artigo 77 acima, os demonstrativos trimestrais do Fundo serão examinados para, após isso, serem submetidos à apreciação da CVM, nos termos da Instrução 356.

Artigo 81 Fica eleito o foro da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

#### **ANEXO I - DEFINIÇÕES**

<u>Administradora:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 4º deste Regulamento;
<u>Agência de Classificação de Risco:</u>	é a Fitch Ratings do Brasil Ltda. agência de classificação de risco com sede na Alameda Santos, 1470, 5º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;
<u>Agente de Cobrança</u>	Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento;
<u>Agente Escriturador:</u>	Banco Bradesco S.A.;
<u>Amortização Programada:</u>	é a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas Datas de Amortização, conforme previsto no Suplemento de cada série;
<u>Assembléia Geral:</u>	é a Assembléia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXII;
<u>Ativos Financeiros:</u>	são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros,

	distintos dos Direitos de Crédito, que compõem o Patrimônio Líquido;
<u>Auditor Independente</u>	é a KPMG Auditores Independentes, ou sua sucessora a qualquer título;
<u>BACEN:</u>	é o Banco Central do Brasil;
<u>BOVESPAFIX:</u>	é o mercado de títulos de renda fixa privada, mantido pela Bolsa de Valores de São Paulo;
<u>Cedente:</u>	é o Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, o qual, de tempos em tempos, cede os Direitos de Crédito ao Fundo, nos termos do(s) Contrato(s) de Cessão;
<u>CETIP:</u>	é a Câmara de Custódia e Liquidação e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários;
<u>Condições Adicionais:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 25 deste Regulamento;
<u>Conta do Fundo:</u>	a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo junto ao Banco Bradesco S.A. que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;
<u>Contrato de Cessão:</u>	é cada um dos contratos de cessão de Direitos de Crédito celebrados entre o Fundo, a Administradora e o Cedente, e seus Termos de Cessão;
<u>Contrato de Cobrança:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança, celebrado entre o Fundo, e o Agente de Cobrança;
<u>Contrato de Custódia:</u>	é o Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia de Valores Mobiliários e Ativos Financeiros para Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, firmado entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Escrituração:</u>	é o Contrato de Controladoria e Escrituração de Quotas de Fundos de Investimentos, firmado entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Gestão:</u>	é o contrato firmado pelo Fundo com o Gestor, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>Contratos de Financiamento:</u>	são os contratos de financiamento de veículos garantidos por alienação fiduciária e/ou os contratos de crédito pessoal com garantia ambos firmados entre o Cedente e os Financiados;
<u>Contrato de Serviços de Auditoria Independente:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria, firmado entre a Auditoria Independente e a Administradora;

<u>Contrato de Serviços de Classificação de Risco:</u>	é o Contrato para Elaboração de <i>Rating</i> de FIDC, firmado entre a Agência de Classificação de Risco e Administradora;
<u>Crítérios de Elegibilidade:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 24 deste Regulamento;
<u>Custodiante:</u>	Banco Bradesco S.A.;
<u>CVM:</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Datas de Amortização:</u>	são as datas das Amortizações Programadas previstas em cada Suplemento, ou a data de amortização deliberada em Assembléia Geral de Quotistas, conforme o caso;
<u>Data da 1ª Subscrição de Quotas:</u>	é a data da 1ª subscrição de Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, conforme o caso, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo;
<u>Data de Resgate:</u>	é a data em que se dará o resgate integral de cada série de Quotas Seniores, conforme indicada no Suplemento da respectiva série;
<u>Dias Úteis:</u>	significa qualquer dia, de segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado ou na sede social da Administradora; e (ii) feriados de âmbito nacional;
<u>Direitos de Crédito:</u>	são todos os direitos de crédito adquiridos ou a serem adquiridos pelo Fundo, oriundos de Contratos de Financiamento celebrados pelo Cedente com Financiados, observado o disposto neste Regulamento;
<u>Direitos de Crédito Elegíveis:</u>	significa os Direitos de Crédito que satisfaçam cumulativamente, na Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade definidos no artigo 24 deste Regulamento;
<u>Documentos Comprobatórios:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 13 deste Regulamento;
<u>Documentos da Operação:</u>	são os seguintes documentos e seus eventuais aditamentos: Contratos de Cessão e respectivos Termos de Cessão, Regulamento, Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração, Contrato de Gestão, Contrato de Serviços de Classificação de Risco, e Contrato de Serviços de Auditoria Independente, Contrato de Cobrança, Contrato de Depósito e Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas;
<u>Encargos do Fundo:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 60 deste Regulamento;

<u>Eventos de Avaliação:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 55 deste Regulamento;
<u>Eventos de Liquidação:</u>	têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 58 deste Regulamento;
<u>Excesso de Cobertura:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 54 deste Regulamento;
<u>Financiados:</u>	São os clientes do Omni S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, residentes e domiciliados no Brasil, que com ele celebram os Contratos de Financiamento;
<u>Fração Ideal:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 40 deste Regulamento;
<u>Fundo:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 1º deste Regulamento;
<u>Gestor</u>	é a Concórdia SA Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities;
<u>IGPM:</u>	é o Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
<u>Índice de Atraso:</u>	é o índice calculado de acordo com a fórmula no Parágrafo Único do Artigo 56 deste Regulamento;
<u>Instituições Autorizadas:</u>	Instituições financeiras de primeira linha, com classificação de risco ( <i>rating</i> ) igual ou superior a BrAA-, emitida pela Standard & Poor's, ou classificação de risco ( <i>rating</i> ) equivalente, emitida pela Moody's ou pela Fitch;
<u>Instrução CVM 356:</u>	é a Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pela Instrução CVM 393, datada de 22 de julho de 2003;
<u>Investidores Qualificados:</u>	são todos os investidores autorizados, nos termos da regulamentação em vigor, a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;
<u>Meta de Rentabilidade Prioritária:</u>	é a meta de remuneração de cada série de Quotas Seniores estabelecida no respectivo Suplemento, de acordo com este Regulamento;
<u>Obrigações do Fundo:</u>	são todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e da amortização, e ao resgate das Quotas;
<u>Patrimônio de Referência</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 40 deste Regulamento

<u>Patrimônio Líquido:</u>	significa o somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas no Capítulo XXI deste Regulamento;
<u>Periódico:</u>	é o jornal Gazeta Mercantil;
<u>Política de Cobrança:</u>	é a política de cobrança adotada pelo Fundo em face dos devedores que estejam inadimplentes no pagamento dos respectivos Direitos de Crédito;
<u>Quotas:</u>	são as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas;
<u>Quotas Seniores:</u>	são as quotas de classe Seniores, emitidas pelo Fundo em uma ou mais séries;
<u>Quotas Seniores em Circulação:</u>	é a totalidade das Quotas Seniores emitidas, excetuadas as Quotas Seniores resgatadas ou as que se encontrem em tesouraria, bem como aquelas que sejam pertencentes ao Cedente, suas controladas ou coligadas, seus controladores ou seus conselheiros e diretores;
<u>Quotas Subordinadas:</u>	são as quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo em uma ou mais distribuições;
<u>Quotistas:</u>	são os titulares das Quotas;
<u>Razão de Garantia:</u>	é a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores, observado o disposto no Artigo 52 deste Regulamento;
<u>Regulamento:</u>	é o regulamento do Fundo;
<u>Relação Mínima:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo Único do Artigo 52 deste Regulamento;
<u>Reserva de Liquidez:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Parágrafo 5º do Artigo 46 deste Regulamento;
<u>Resolução CMN 2.907:</u>	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001;
<u>SELIC:</u>	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
<u>SOMAFIX:</u>	é o sistema eletrônico mantido pela Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. – SOMA para negociação de títulos e valores mobiliários de renda fixa privada;
<u>Suplemento:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 33, Parágrafo 1º deste Regulamento;
<u>Taxa de Administração:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 6º deste Regulamento;

<u>Taxa DI:</u>	<p>Taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI Extra-Grupo), apuradas pela CETIP e divulgadas pela resenha diária da ANDIMA, expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis;</p> <p>No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista no Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Quotas Seniores, quando das distribuições de rendimentos posteriores;</p> <p>Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos Quotistas, deverá convocar Assembléia Geral de Quotistas para definir a nova taxa substituta. Até a deliberação da nova taxa substituta, será utilizada como Taxa DI a última Taxa DI conhecida antes da ausência de apuração e/ou divulgação, extinção ou imposição legal da Taxa DI, conforme o caso;</p>
<u>Termo de Adesão ao Regulamento:</u>	é o documento por meio do qual o Quotista adere a este Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo, nos termos do Anexo II do presente Regulamento;
<u>Valor Unitário de Emissão:</u>	é o valor unitário de emissão das Quotas Seniores de cada série, ou das Quotas Subordinadas, na Data da 1ª Subscrição de Quotas;
<u>Valor Unitário de Referência:</u>	significa (i) na Data de Emissão de Quotas Seniores da série, o respectivo Valor Unitário de Emissão, ou (ii) nos Dias Úteis subseqüentes à Data de Emissão de cada série, o Valor Unitário de Referência do Dia Útil imediatamente anterior, acrescido dos rendimentos no período com base na Meta de Rentabilidade Prioritária estabelecida para as Quotas Seniores da série em seu respectivo Suplemento; sendo certo que, nas Datas de Amortização, após os pagamentos de amortizações, o Valor Unitário de Referência será deduzido do montante efetivamente pago a título de amortização das Quotas Seniores;
<u>Veículos Leves:</u>	automóveis e utilitários;
<u>Veículos Pesados</u>	caminhões, ônibus, carretas e utilitários pesados, utilizados tanto para transporte de carga quanto de passageiro.





**ANEXO II - TERMO DE ADESÃO**  
**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS OMNI VEÍCULOS - IV**

Pelo presente termo de adesão e para todos os fins de direito, o investidor abaixo assinado, em atendimento ao disposto no artigo 23, parágrafo único da Instrução 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução 393, de 22 de julho de 2003 (“Instrução CVM 356/01”), ambas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) adere, expressamente, aos termos do regulamento (“Regulamento”) do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos - IV, cujo conteúdo declara conhecer e aceitar integralmente.

Exceto se definido de outra forma no presente termo de adesão, os termos e expressões aqui utilizados têm os mesmos significados definidos no Anexo I ao Regulamento.

O investidor também declara:

- (a) ser investidor qualificado, nos termos da regulamentação pertinente;
- (b) ter recebido cópia do Prospecto e do Regulamento do Fundo, bem como conhecer e reconhecer como válidas e obrigatórias as normas deste último, aderindo formalmente, neste ato, às suas disposições;
- (c) ter ciência de que não será elaborado qualquer outro material publicitário referente ao Fundo, sendo o Prospecto e o Regulamento suficientes ao completo entendimento do Fundo, de suas operações e dos riscos envolvidos;
- (d) ter ciência da política de investimento e dos objetivos do Fundo, da Taxa de Administração e do grau de risco desse tipo de aplicação financeira em função das características de seus ativos, tal como disposto nos Capítulos VII e XI (“Política de Investimento e Composição da Carteira” e “Fatores de Riscos”, respectivamente) do Regulamento, e que poderá ocorrer perda total do capital investido no Fundo;
- (e) que a política de investimento do Fundo e os riscos aos quais o Fundo está sujeito estão de acordo com a sua situação financeira, seu perfil de risco e sua estratégia de investimento;
- (f) ter ciência de que o objetivo do Fundo não representa garantia de rentabilidade;
- (g) ter ciência de que as operações do Fundo não contam com a garantia da Administradora, do Gestor, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito (FGC);
- (h) ter ciência de que, no exercício de suas atividades, a Administradora e o Gestor têm poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão da carteira de ativos do Fundo, observando o disposto no Regulamento, na legislação vigente, podendo definir como atuar dentro das possibilidades e de mercado;
- (i) autorizar a Administradora a determinar os horários limite para aplicações e resgates, e ter ciência de que o Administrador poderá, a seu exclusivo critério, determinar o fechamento temporário das aplicações em função de condições do mercado financeiro e alterar os valores de movimentação do Fundo;

- (j) que tomou ciência da possibilidade de alteração do Regulamento em decorrência de normas legais ou regulamentares, ou de determinação da CVM, independentemente de realização de assembleia geral, nos termos do artigo 26, parágrafo único, da Instrução CVM 356/01;
- (k) ter ciência de que o Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o jornal Gazeta Mercantil; e
- (l) que se responsabiliza pela veracidade das declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir o Administrador de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexatidão ou imprecisão dessas declarações.

[Local], [•] de [•] de [•]

Denominação social do investidor  
(Nomes e cargos dos representantes legais)  
CNPJ/MF:  
E-mail:

---

*[INSERIR NOME DO QUOTISTA]*

Tetemunhas:

1. \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
C.P.F.:

2. \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
C.P.F.:

### **ANEXO III - MODELO DE SUPLEMENTO**

#### **SUPLEMENTO AO REGULAMENTO [•] DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SENIORES**

##### **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS OMNI VEÍCULOS - IV**

Suplemento ao regulamento para emissão da [•] Série de Quotas Seniores da [•] Distribuição Pública de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos - IV (o “Fundo”), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas Seniores: [•], sendo que o Fundo iniciará suas atividades após a subscrição de no mínimo [•] [•] Quotas Seniores;
- b) O Valor Unitário de Emissão: [•];
- c) Data de Emissão: [•] de [•] de [•];
- d) Data de Resgate: [•];
- e) Meta de Rentabilidade Prioritária: [•];
- f) Amortizações Programadas: [•];

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, [•] de [•] de 2006.

---

##### **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIO OMNI VEÍCULOS - IV**

Por:

Cargo: Administrador

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
C.P.F.:

2. \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
C.P.F.:

#### ANEXO IV - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA

Os valores devidos pelos clientes, devedores dos Direitos de Crédito, são e serão representados por carnês de pagamento em prestações ou boletos de pagamento (os boletos representam apenas os casos de Direitos de Crédito em atraso ou de quitação antecipada dos Direitos de Crédito), ambos emitidos pelo Cedente e pagáveis em qualquer instituição financeira participante do sistema de compensação nacional.

De acordo com o previsto neste Regulamento, o Agente de Cobrança adotará, em nome do Fundo, as medidas de cobrança necessárias em relação aos clientes inadimplentes, sendo possível, inclusive, o parcelamento dos Direitos de Crédito em atraso, sendo limitado o número de parcelas ao número de Direitos de Crédito em atraso. Caso seja realizado o referido parcelamento, o Cedente se obriga a emitir boletos de pagamento em nome do Fundo, para possibilitar o recebimento dos respectivos valores pelo Fundo diretamente na sua Conta.

O procedimento adotado pelo Agente de Cobrança para cobrança dos Financiados inadimplentes é o descrito a seguir, sendo que eventuais despesas de cobrança serão suportadas pelo Fundo:

- a) nos primeiros 07 (sete) dias após o vencimento e não pagamento dos Direitos de Crédito, o Agente de Cobrança iniciará a cobrança por telefone;
- b) caso o procedimento indicado na alínea (a) acima não produza efeito, o Agente de Cobrança enviará até o 30º (trigésimo) dia uma carta de cobrança;
- c) caso os procedimentos indicados nas alíneas (a) e (b) acima não produzam resultados, até o 40º (quadragésimo) dia após o vencimento e não pagamento dos Direitos de Crédito o Custodiante efetuará ou instruirá o Agente de Cobrança para que efetue os apontamentos necessários no Serviço de Proteção ao Crédito e no SERASA, ou nos respectivos órgãos de proteção de crédito que vierem a substituí-los; e
- d) caso os procedimentos indicados nas alíneas (a), (b) e (c) acima não produzam resultados até o 70º (septuagésimo) dia após o vencimento e não pagamento dos Direitos de Crédito, o Custodiante instruirá o Agente de Cobrança para que notifique os respectivos Financiados inadimplentes.

Esgotados sem sucesso todos os procedimentos para a cobrança extrajudicial dos Financiados inadimplentes, o Custodiante instruirá o Agente de Cobrança para que proceda à cobrança judicial, podendo o Agente de Cobrança, às suas expensas, contratar terceiros para a realização de tal serviço.

O Fundo, por intermédio e a critério da Administradora, poderá alienar Direitos de Crédito inadimplentes ao Cedente ou a terceiros, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.

## **ANEXO V – MODELOS DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO E GARANTIAS ACESSÓRIAS**



Omni S.A.  
Crédito,  
Financiamento e  
Investimento

Av. São Gabriel, 555 - 5º andar - 01435-001  
São Paulo - SP - Tel.: (0xx11) 3365-3500

## CONTRATO DE CRÉDITO DIRETO AO CONSUMIDOR (CDC)

OMNI S/A-CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, com sede nesta Capital à Avenida São Gabriel, 555 - 5º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.228.410/0001-02, doravante designada simplesmente FINANCEIRA, e o FINANCIADO qualificado no QUADRO 1, e seus(s) AVALISTA(S) qualificado(s) no QUADRO 2, têm entre si certo e ajustado o presente Contrato de Financiamento com Alienação Fiduciária nos termos, cláusulas e condições seguintes:

### QUADRO 1 - FINANCIADO

--

### QUADRO 2 - AVALISTA(S)

--

### QUADRO 3 - CONDIÇÕES/FORMA DE PAGAMENTO

--

### QUADRO 4 - BENS/SERVIÇOS/GARANTIAS

--

### INFORMAÇÕES PRÉVIAS

- a) ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA é a garantia através da qual o FINANCIADO transfere à FINANCEIRA a propriedade do(s) bem(s) até a liquidação total da dívida. O FINANCIADO tem o direito de usar o(s) bem(s), com a responsabilidade de fiel depositário.
- b) OPERAÇÃO PÓS-FIXADA é aquela em que o valor da(s) prestação(ões) se altera(m) de acordo com o indexador contratado.
- c) OPERAÇÃO PRÉ-FIXADA é aquela em que os encargos são fixados na celebração do contrato. O valor da(s) prestação(ões) não se modifica(m).
- d) I.O.C. é o imposto devido sobre Operações de Crédito.
- e) TAC (Taxa de Abertura de Crédito) é cobrada para cobertura das despesas de cadastramento e processamento da operação.
- f) COMISSÃO DE PERMANÊNCIA é o encargo cobrado em caso de atraso no pagamento.

Fabricolor - 09/2001



## CLÁUSULAS CONTRATUAIS

01 – A FINANCEIRA concede ao FINANCIADO um financiamento, com garantia de alienação fiduciária do(s) bem(s) descrito(s) no Quadro 4 constante do anverso deste contrato, a ser pago, acrescido de juros, da Taxa de Abertura de Crédito (TAC) e do Imposto sobre Operações e Crédito (IOC), em prestações cujo número, valor e vencimentos estão especificados no Quadro 3, do anverso deste.

02 – O FINANCIADO pagará o financiamento por meio de carnê ou cheques pré-datados. O recebimento de determinada prestação não quita prestações anteriores, ou seus encargos, e não acarreta renúncia, perdão, novação ou alteração das cláusulas contratuais.

§ Único – Juntamente com o valor de cada prestação paga por meio de carnê, o FINANCIADO estará obrigado ao pagamento da tarifa de processamento e remessa no valor identificado no carnê ou ficha de compensação.

03 – No caso de atraso de pagamento de qualquer prestação o FINANCIADO pagará os seguintes encargos:

- a) comissão de permanência, calculada à taxa do dia do pagamento;
- b) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês;
- c) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da prestação atrasada;
- d) todas as despesas decorrentes da cobrança do débito;
- e) honorários advocatícios à base de 10% (dez por cento) sobre o saldo devedor atualizado.

§ Único – Se a ação for ajuizada pelo FINANCIADO, a FINANCEIRA, se condenada, pagará honorários em iguais condições.

04 – Prestação(s) liquidada(s) antecipadamente sofrerá(o) redução do seu valor, referente aos seus encargos, na proporção dos dias a decorrer.

05 – O presente contrato terá seu vencimento antecipado, independentemente de qualquer notificação, judicial ou extrajudicial, e será exigível o pagamento do seu saldo devedor, quando o FINANCIADO deixar de cumprir as obrigações aqui pactuadas.

06 – Em garantia do pagamento do financiamento ora concedido, o FINANCIADO entrega à FINANCEIRA, 4 (quatro) Notas Promissórias de sua emissão, devidamente avalizadas.

07 – Em relação ao(s) bem(s) descrito(s) no Quadro 4, o FINANCIADO declara que fez a devida vistoria e que o(s) mesmo(s) está(o) em perfeitas condições.

08 – Para garantia do integral cumprimento de todas as obrigações assumidas nesse contrato, fica instituído neste ato o ônus da alienação fiduciária sobre os bens descritos no Quadro 4, nos termos do Decreto Lei n.º 911/69.

09 – O FINANCIADO assume, neste ato, a condição de Fiel Depositário do(s) Bem(s) Alienado(s) Fiduciariamente e está ciente de não poder vender, ceder, emprestar, permutar, dar em pagamento, locação ou garantia, o(s) referido(s) bem(s), sob pena de incorrer nas sanções do art. 171, §2º, inciso 1, do Código Penal Brasileiro, devendo ainda conservá-lo(s) em perfeito estado, como ora o recebe.

§ Único – Se o FINANCIADO for pessoa jurídica, a responsabilidade de Fiel Depositário será exercida pelo seu representante legal que assina o presente contrato.

10 – Havendo descumprimento de qualquer obrigação deste contrato, a FINANCEIRA poderá adotar contra o FINANCIADO, e seu(s) AVALISTA(S), as seguintes medidas:

- a) constituí-lo(s) em mora através de notificação expedida por Cartório de Títulos e Documentos, pelo protesto do título ou por notificação pelo correio com Aviso de Recebimento (AR), a critério da FINANCEIRA;
- b) promover Ação de Busca e Apreensão;
- c) incluir seu(s) nome(s) na lista de inadimplentes do SPC – Serviço de Proteção ao Crédito da Associação Comercial, no cadastro do Credit Bureau do SERASA e nos demais órgãos similares, públicos ou privados;
- d) vender o(s) referido(s) bem(s) e aplicar o valor apurado no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes de sua cobrança, entregando-lhe o saldo, se houver;
- e) na hipótese de remanescer débito, cobrá-lo(s) através de Nota Promissória dada em garantia ou através do presente contrato, ao qual se atribui força executiva, de acordo com art. 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

11 – O FINANCIADO e o(s) AVALISTA(S) autoriza(m) expressamente que a FINANCEIRA utilize seus dados cadastrais para eventual cobrança através de terceiros e para consulta junto aos órgãos específicos, assim como o arquivamento de seus dados pessoais, de idoneidade e histórico, junto à Associação Comercial, SERASA, Equifax e órgãos similares, públicos ou privados, os quais poderão deles se utilizar, respeitadas as disposições legais.

12 – O FINANCIADO e o(s) AVALISTA(S) autoriza(m) expressamente a FINANCEIRA a, sem prévio aviso, vender, ceder, transferir ou caucionar os direitos e garantias do presente contrato para outra instituição financeira, para empresas securitizadoras de crédito e para quaisquer pessoas físicas ou jurídicas legalmente autorizadas para tal pelo Banco Central do Brasil, cabendo os mesmos poderes ao comprador ou cessionário.

13 – Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo como competente para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, podendo a FINANCEIRA optar pelo foro do domicílio do FINANCIADO ou o foro de realização deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente contrato em 3(três) vias.

**ATENÇÃO: SOMENTE ASSINE ESTE CONTRATO APÓS LER E COMPREENDER TODAS AS SUAS CLÁUSULAS.**

LOCAL E DATA

FINANCIADO

OMNIS/A - Crédito, Financiamento e Investimento

AVALISTA

AVALISTA

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA



## **ANEXO II**

### **SUPLEMENTOS AO REGULAMENTO**

2095071

**SUPLEMENTO AO REGULAMENTO  
1ª DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SENIORES**

**FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS OMNI VEÍCULOS - IV**



Suplemento ao regulamento para emissão da 1ª Série de Quotas Seniores da 1ª Distribuição Pública de Quotas Seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos - IV (o "Fundo"), realizada nos termos do seu Regulamento, conforme as seguintes características:

- a) Quantidade de Quotas Seniores: 50.000 (cinquenta mil) Quotas Seniores, sendo que o Fundo iniciará suas atividades após a subscrição de no mínimo 3.000 (três mil) Quotas Seniores;
- b) O Valor Unitário de Emissão: R\$ 1.000,00 (um mil reais);
- c) Data de Emissão: 05 de fevereiro de 2007;
- d) Data de Resgate: Dia 25 do 60º mês a contar da Data da 1ª Subscrição de Quotas da 1ª Série de Quotas Seniores do Fundo, sendo que caso esta data não seja um Dia Útil, a Data de Resgate será definida como o Dia Útil imediatamente subsequente;
- e) Meta de Rentabilidade Prioritária: Acumulação de 112% das Taxas DI, calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis, sendo portanto o acréscimo do Valor Unitário de Referência entre dois Dias Úteis imediatamente adjacentes definido conforme fórmula abaixo:




$$\left[ 1 + \left( \left( 1 + \frac{\text{Taxa DI}}{100} \right)^{(1/252)} - 1 \right) * 112\% \right]$$

onde:

Taxa DI corresponde à Taxa DI aplicável ao Dia Útil inicial.

f) Amortizações Programadas: serão realizadas através de 36 (trinta e seis) amortizações mensais, todo dia 25 de cada mês, iniciando-se a partir do 25º (vigésimo quinto) mês, contando-se da Data da 1ª Subscrição de Quotas desta série ("Datas de Amortização"). A amortização mensal de cada Quota Sênior será determinada através da divisão do valor da Quota Sênior na Data de Amortização pela soma do (i) número de meses remanescentes e (ii) 1 (um), conforme tabela abaixo:

Mês (a contar da 1ª Subscrição de Quotas desta série)	Amortização Programada
25º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 36
26º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 35
27º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 34
28º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 33
29º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 32
30º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 31
31º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 30
32º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 29

209507



33º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 28
34º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 27
35º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 26
36º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 25
37º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 24
38º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 23
39º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 22
40º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 21
41º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 20
42º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 19
43º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 18
44º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 17
45º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 16
46º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 15
47º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 14
48º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 13
49º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 12
50º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 11
51º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 10
52º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 9
53º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 8
54º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 7
55º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 6
56º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 5
57º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 4
58º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 3
59º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 2
60º	valor da Quota Sênior na Data de Amortização / 1

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, 05 de abril de 2007.

31045 - Carlos Alberto da Moraes

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS OMNI VEÍCULOS - IV

Por:

Cargo: Administrador

66388 - José Carlos da Silva

Testemunhas:

1.   
 Nome: Felipe Bonaldo Costa  
 RG: 44.227.904-8  
 CPF: 346.334.208-80

2.   
 Nome: Felipe Bonaldo Costa  
 RG: 44.227.904-8  
 CPF: 346.334.208-80





**2º. OFICIAL DE REGISTRO TÍTULOS DOCUMENTOS  
DE OSASCO - SP**

 Rua Dante Battiston, 249  
Centro - Osasco - SP CEP 06013-030  
APRESENTADO HOJE PROTOCOLADO, REGISTRADO E  
MICROFILMADO SOB N.º 209507 DO LIVRO B  
Osasco, 05 de maio de 20 07

  
JOÃO N. MARTINEZ / JOSEFA C. S. DE ALMEIDA  
PRISCILA VIEIRA / SONIA MARIA DA COSTA PEREIRA

PROTOCOLO N.º 209507

Total Pago R\$ 45,02 Este valor inclui 32% devidos  
ao Estado e 20% a CART Previdência do IPESP, sobre  
R\$ 28,14 devido ao Oficial.

### **ANEXO III**

#### **SÚMULA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**

Crédito Direto ao Consumo/Brasil  
Relatório Analítico

## Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni CDC Veículos IV – Série 2006-1

### Ratings

Emissão Classe	Montante BRL mi	Vencimento Final	Rating Atual
Sênior - 1ª Série	50,0	Fev./2012	AA-(bra)
Subordinada	6,0	Fev./2012	NA

bra – Escala Nacional para o Brasil. NA – Não Avaliada.

### Analistas

#### Finanças Estruturadas

Jayme D. Bartling  
55 11 4504-2600  
jayme.bartling@fitchratings.com

Bernardo Costa  
55 11 4504-2600  
bernardo.costa@fitchratings.com

#### Instituições Financeiras

Jean Lopes  
55 21 4503-2600  
jean.lopes@fitchratings.com

### Fundamentos do Rating

Esta transação é uma operação de securitização de Créditos Diretos ao Consumidor concedidos pela Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (Omni) para financiamento e refinanciamento (crédito pessoal com garantia de veículo) de veículos usados. A Fitch Ratings atribuiu o Rating Nacional de Longo Prazo 'AA-(bra)' à primeira série de cotas seniores, subscritas em 15 de fevereiro de 2007, pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni CDC Veículos IV (FIDC Omni IV) em montante nominal de até BRL50,0 milhões.

O rating atribuído considera a probabilidade de investidores seniores receberem, de forma pontual e integral, o principal investido acrescido da taxa benchmark de rendimento pretendido de 112% do CDI.

Adicionalmente, foram emitidas cotas subordinadas, não avaliadas pela Fitch, em montante nominal de até BRL6,0 milhões integralizadas pela Omni, perfazendo um patamar inicial de subordinação equivalente a 10,7% do patrimônio líquido (PL) do fundo.

Na escala de classificação de risco da Fitch, o rating 'AA-(bra)' atribuído à primeira série de cotas seniores do FIDC Omni IV é comparável a qualquer rating de crédito nacional para emissões de renda fixa atribuídos pela Fitch, sejam estas emitidas por instituições financeiras, empresas ou outra emissora.

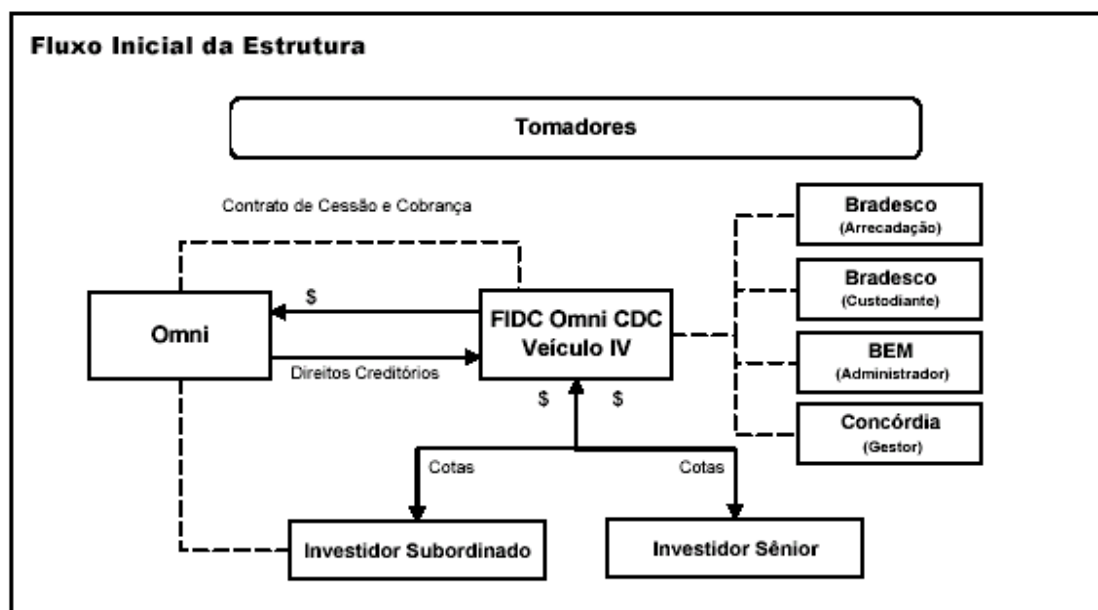
O rating atribuído baseia-se, principalmente, nos seguintes fatores:

- A capacidade e qualidade de concessão de crédito pela Omni que, mesmo ao atuar em um nicho de mercado com elevados patamares de inadimplência, apresenta histórico estável de perda em carteira;
- Para as cotas seniores, o reforço de crédito inicial de 10,7% na forma de subordinação, que, conforme fluxo projetado, deverá atingir 15,3% ao longo dos primeiros seis meses de vigência do fundo através da retenção do spread excedente. A Fitch estima o spread excedente bruto em 39,2% a.a. em benefício aos cotistas seniores;
- Elementos estruturais de cobrança dos direitos creditórios que visam segregar os recebimentos pertencentes ao fundo dos demais pagamentos de créditos devidos a Omni;
- A capacidade da Omni de atuar como agente cobrador dos inadimplentes, em benefício do fundo, com retaguarda de cobrança, em segunda instância, efetuada pelo Banco Bradesco S.A. (Bradesco);
- A constituição de cessão perfeita e acabada dos direitos creditórios, transferindo sua titularidade ao fundo.

XX de Março de 2007

www.fitchratings.com / www.fitchratings.com.br





## ■ Resumo da Estrutura

O emissor é um Fundo de Investimento de Direitos Creditórios (FIDC), constituído na forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. O objetivo principal do fundo é conceder aos cotistas uma participação indivisível nos direitos creditórios, atendendo aos critérios relevantes de elegibilidade. O fundo é administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda (BEM) e gerido pela Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities. O Bradesco foi contratado para atuar na qualidade de custodiante dos ativos do fundo, bem como agente de recebimento dos direitos creditórios. A cobrança dos direitos creditórios inadimplentes ficará a cargo da Omni S.A. - CFI.

O fundo emitiu a primeira série de cotas seniores em 15 de fevereiro de 2007 no montante nominal total de R\$50,0 milhões, sendo integralizado em moeda corrente nacional. Esta série tem prazo de sessenta meses a partir da sua primeira subscrição. Após um período de carência de 24 meses, as cotas seniores serão amortizadas em base mensal do seu principal somados à taxa benchmark de rendimento acumulado equivalente a 112% do CDI.

Em conjunto, foram subscritas pela Omni, e integralizadas em direitos creditórios, cotas subordinadas em montante nominal de R\$6,0 milhões, sendo equivalente a, 10,7% do PL do fundo. As cotas subordinadas serão amortizadas de forma pro rata, à medida que esteja mantido o nível mínimo de subordinação (Razão Mínima de Garantia) de 15,3% do PL do fundo. No caso desta razão mínima de garantia não estar enquadrada, o administrador irá notificar a Omni, solicitando-a a

realizar subscrição adicional de cotas subordinadas em até cinco dias úteis, visando tal reenquadramento. Ressaltamos que este mecanismo de manutenção de nível mínimo de subordinação é facultativo por parte da Omni, não caracterizando espécie de coobrigação.

## Reserva de Liquidez

Com os recebimentos dos direitos creditórios, será constituída e mantida uma reserva de liquidez para atender a estimativa dos valores a serem amortizados das cotas seniores. Esta reserva será verificada diariamente pelo administrador a partir do 21º dia útil anterior a próxima data de amortização programada de cotas seniores. Portanto, a reserva será sempre equivalente ao maior entre:

- o valor da reserva de liquidez de, no mínimo, 50% do valor estimado da próxima amortização programada de cotas seniores; e
- caso o valor da reserva de liquidez seja inferior a 100% do valor estimado da próxima amortização programada de cotas seniores, o valor total dos direitos creditórios vencidos até cinco dias úteis antes da respectiva data de amortização deverá corresponder a, no mínimo, 150% valor estimado da amortização.

## Partes da Transação

**Cedente:** Omni S.A. CFI  
**Administrador:** BEM DTVM Ltda.  
**Gestor:** Concórdia S.A. CVMCC  
**Custodiante:** Banco Bradesco S.A.  
 ((AA+(bra)/F1+(bra))  
**Agente de Cobrança:** Banco Bradesco S.A.  
**Agente de Cobrança dos Atrasos:** Omni



Portanto, é permitido uma reserva de liquidez de 100% da próxima amortização programada de cotas seniores, ou de, no mínimo, 50% da próxima amortização programada de cotas seniores, desde que, nestes casos, estejam vencendo direitos creditórios equivalentes a 150% da próxima amortização programada de cotas seniores.

Os recursos mantidos na reserva de liquidez serão aplicados em ativos financeiros com liquidez diária previstos em regulamento, sendo condizentes com a categoria de rating atribuído às cotas seniores.

## Ordem de Prioridade de Pagamento

O fundo obedecerá à seguinte prioridade de distribuição de resultado:

- Pagamento dos encargos do fundo;
- Provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos encargos do fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente ao mês calendário em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- Pagamento da amortização programada de principal e juros das cotas seniores em conformidade com o suplemento de cada série em circulação;
- Constituição e/ou reposição da reserva de liquidez;
- Pagamento dos valores referentes às amortizações das cotas subordinadas, observadas as condições estabelecidas no regulamento do fundo;
- Aquisição de novos direitos creditórios elegíveis;
- Pagamento dos valores referentes aos resgates das cotas subordinadas.

## ■ Critérios de Elegibilidade

O colateral consiste de direitos creditórios oriundos de contratos de financiamento ou crédito pessoal concedidos pela Omni para aquisição de veículos novos ou usados. Os contratos de financiamento deverão possuir garantia de alienação fiduciária do veículo, taxas de juros prefixadas e representados por carnê de pagamento. Os direitos creditórios ofertados pela Omni serão submetidos aos critérios de elegibilidade, sendo verificados pelo custodiante. Os principais critérios de elegibilidade específicos incluem:

- Não constar nenhum pedido de falência ou recuperação judicial ou extra-judicial contra o sacado, bem como não ter sido configurada sua insolvência;

- Um mesmo sacado, não pode estar em dívida com o fundo, representada por um ou mais contratos de financiamento, com valor contábil agregado superior a BRL100 mil;
- Os direitos creditórios devem ser vinculados a sacados que não apresentem, no momento de aquisição pelo fundo, outros direitos creditórios vencidos e não pagos ao fundo;
- O prazo de vencimento dos direitos creditórios não poderá ser superior à data de vencimento final da última série de cotas seniores em circulação; e
- O valor total de direitos creditórios adquiridos pelo fundo, relativos a cada segmento de veículos financiados, deverá observar os seguintes limites:

Tipo de Veículo	% Máx. do PL
Leve	50%
Pesado	60%
Motocicleta	25%

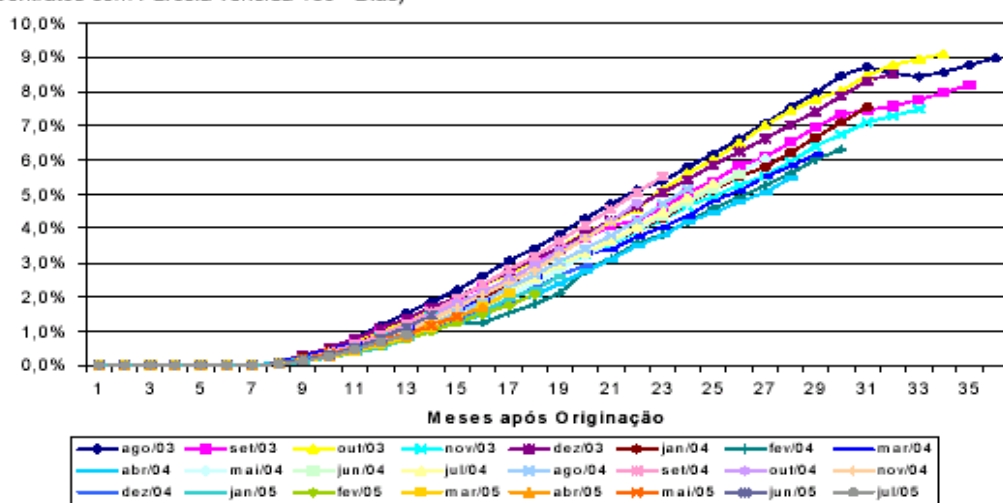
Além dos critérios de elegibilidade, deverão ser atendidas as seguintes condições adicionais em relação aos direitos creditórios alvo de cessão, cuja verificação será responsabilidade do cedente:

- Possuírem os veículos dados em garantia dos contratos de financiamento documentação hábil (CRV);
- Serem oriundos de operações de financiamento e de crédito pessoal realizadas com tomadores que tenham sido submetidos à avaliação de crédito e possuir cadastro pela Omni;
- Não terem os direitos creditórios vencimento em data posterior a de outros Direitos de Crédito, oriundos do mesmo Contrato de Financiamento, que tenham sido cedidos a terceiros;
- Serem os Direitos de Crédito enquadrados na política de concessão de crédito do cedente, conforme definida neste regulamento;
- Estarem livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
- Estar o financiado, devedor do respectivo direito creditório, adimplente com suas obrigações perante o cedente; e
- Não possuírem os veículos dados em garantia dos contratos de financiamento data de fabricação acima de: quinze anos, nos casos de motocicletas; trinta anos, nos casos de veículos leves; e 35 anos, nos casos de veículos pesados.

# Finanças Estruturadas

## Perda Acumulada por Safra de Originação

(Contratos com Parcela vencida 180+ Dias)



Fonte: KPMG Elaboração: Fitch Ratings

### ■ Originação

#### Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

A Omni tem foco no financiamento de veículos a indivíduos, com alta rentabilidade compensando a elevada inadimplência. A financeira tem longa experiência na concessão de financiamentos de veículos, sobretudo usados com idades entre dez e vinte anos, a indivíduos das classes de baixa renda.

A Omni foi fundada em 1968 como Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Em 1991, seu controle acionário passou às mãos dos atuais acionistas, e suas atividades como financeira iniciaram-se em 1º de julho de 1994, quando os acionistas transformaram-na em sociedade de crédito, financiamento e investimento.

A Omni atua em crédito pessoal (empréstimo sem garantia); crédito ao consumidor (financiamento de veículos – carros, caminhões, utilitários e motos); e refinanciamento (crédito pessoal com garantia de veículo).

A operação da financeira é feita através de 83 lojas de financiamento e de parcerias firmes com representantes credenciados, de acordo com a Resolução 2.707 do Banco Central, remunerando-os com comissionamento, abrangendo novecentos municípios em oito estados com destaque para as atuações em São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná.

A Omni vem aperfeiçoando seus procedimentos de concessão de crédito e controles de carteira e de recebíveis. Como muitos de seus pares, tem por característica a alavancagem do capital próprio,

gerando operações em volume maior do que seu patrimônio, estando uma parte da geração de créditos da financeira alocada nos FIDCs sem onerar o balanço da instituição.

A Omni apresentava patrimônio de BRL16,7 milhões e BRL80 milhões de ativos de crédito, em junho de 2006, e, basicamente, obtém sua receita de operações de crédito. Securitizações de crédito são opções de captação para a financeira, que permitem que a expansão das operações continue sem comprometer índices de capitalização. Em junho de 2006, o índice patrimônio/ativos da Omni era baixo, 7,7%, o que, por outro lado, tem beneficiado o índice ROE, de 29,7% a meados de 2006.

Relações e Índices (%)	Jun./06	Dez./05	Dez./04
AA-C / Emp. Brutos	81,72	81,23	85,98
D-G / Emp. Brutos	9,62	12,24	10,24
H / Emp. Brutos	8,66	6,53	3,78
Provisão / Emp. Brutos	14,44	11,15	8,00
Provisão / 'D-H'	79,00	59,42	57,10
Baixas / Emp. Brutos	3,33	8,91	1,40
Recuperação / Emp. Brutos	0,58	2,61	0,44

### Concessão de Crédito e Cobrança

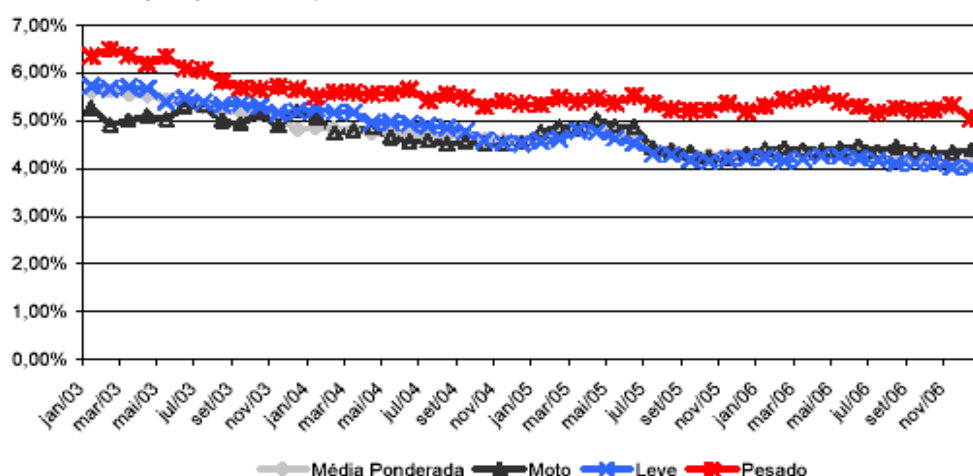
Para concessão de crédito, a Omni adota uma política de acordo com os seguintes procedimentos:

- Para estabelecer o limite de crédito, o Departamento Financeiro examina vários documentos relativos à situação atual do tomador, como CPF, condição residencial, declaração de renda, e também consulta ao cadastro da Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. (Serasa);

# Finanças Estruturadas

## Evolução de Taxas Contratuais de Juros

(Médio Ponderado por Tipo de Veículo)



Fonte: Omni

- Não será concedido a clientes que, nos últimos quarenta dias, passaram por mais que quatro empresas de financiamento;
- BRL15 mil, no máximo, para motos; BRL50 mil, no máximo, para veículos leves; e BRL100 mil, no máximo, para veículos pesados;
- O cliente deve residir no mesmo local por pelo menos seis meses;
- O cliente deve estar no mesmo emprego por pelo menos seis meses;
- O valor do principal emprestado é limitado a 95% do valor do bem para CDC e 85% do valor para Crédito Pessoal com Garantia;
- O máximo financiado por um cliente individualmente não pode ultrapassar BRL100 mil.

A Fitch está satisfeita com as medidas de crédito apresentadas pela Omni quanto à originação, concessão e cobrança de créditos. Está prevista a assunção, pelo custodiante do fundo, do papel de agente cobrador de retaguarda, em lugar da Omni e da sua rede de representantes credenciados, no evento de decretação de falência, intervenção ou liquidação extrajudicial da Omni.

### ■ Sistema de Cobrança/Liquidação

Os pagamentos advindos dos direitos creditórios adquiridos pelo fundo serão pagos mediante carnê de boletos de cobrança registrado no Bradesco e pagável em rede bancária. Através deste, todos os pagamentos serão transferidos diretamente a conta corrente de titularidade do fundo, domiciliada no Bradesco. Os carnês são emitidos e enviados aos

clientes pela Omni. No momento da cessão, a Omni enviará ao administrador e custodiante todas as informações relevantes referentes aos direitos creditórios e seus respectivos sacados. Através destas medidas de cobrança/recebimento dos direitos creditórios, o potencial risco de desvio dos fluxos é adequadamente mitigado.

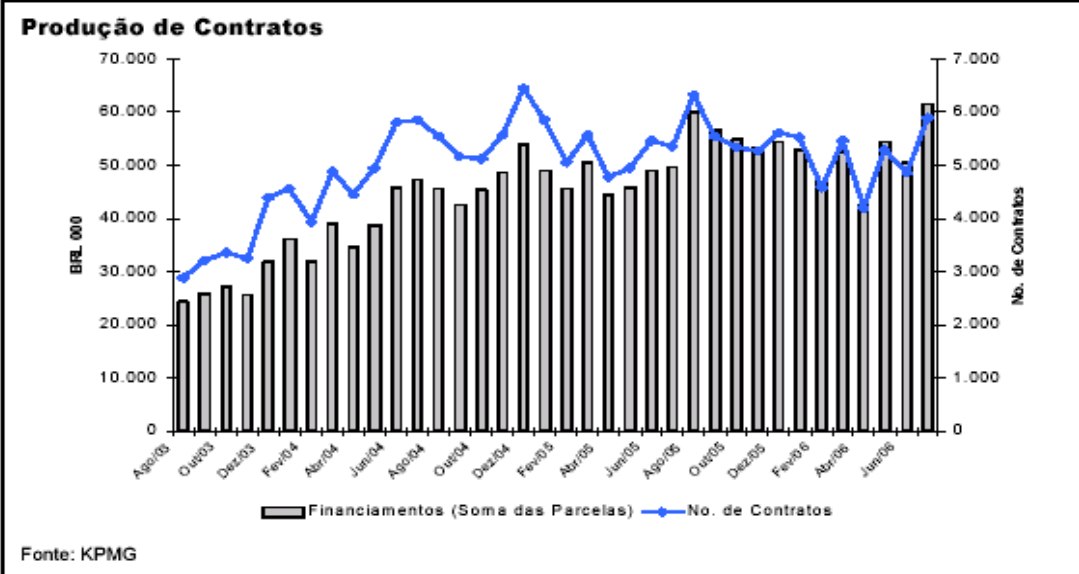
A Omni foi contratada pelo fundo, através do contrato de cobrança dos direitos creditórios e outras avenças, para efetuar cobrança dos direitos creditórios inadimplentes. A partir da notificação da Omni pelo custodiante a respeito da ocorrência de inadimplemento, a financeira irá iniciar os procedimentos de cobrança previstos no acordo acima mencionado, que inclui:

- Nos primeiros sete dias após o vencimento e não pagamento dos direitos creditórios, a Omni iniciará a cobrança por telefone;
- Será enviada até o trigésimo dia uma carta de cobrança;
- Até o quadragésimo dia após o vencimento e não pagamento dos direitos creditórios, o custodiante efetuará ou instruirá a Omni para que efetue os apontamentos necessários no Serviço de Proteção ao Crédito e no SERASA; e
- Até o 70º dia após o vencimento e não pagamento dos direitos creditórios, o custodiante instruirá a Omni para que notifique os respectivos financiados inadimplentes.

Uma vez esgotado todos os meios de cobrança extrajudicial, o fundo poderá iniciar a cobrança judicial.



# Finanças Estruturadas



Para fins desta transação, o fundo irá provisionar integralmente o contrato de financiamento representado por direitos creditórios vencidos e não pagos acima de 180 dias.

## ■ Eventos de Avaliação / Liquidação

A estrutura do fundo prevê certos eventos de avaliação e de liquidação antecipada. Na ocorrência de certos eventos, o administrador irá suspender imediatamente a aquisição de novos direitos creditórios e convocará assembleia de cotistas para deliberar tal evento. Os eventos de avaliação incluem:

- Desenquadramento do nível mínimo de subordinação (razão mínima de garantia, por exemplo) que não seja sanado em até cinco dias úteis;
- Não constituição da reserva de liquidez;
- Caso a taxa DI seja maior ou igual a 130% da taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- Parcelas em atraso por mais de 15 dias mais parcelas pagas com atraso maior que 15 dias representem mais que 43% do total acumulado de parcelas vencidas;
- Parcelas em atraso por mais de trinta dias mais parcelas pagas com atraso maior que trinta dias representem mais que 33% do total acumulado de parcelas vencidas;
- Parcelas em atraso por mais de sessenta dias mais parcelas pagas com atraso maior que sessenta dias representem mais que 21% do total acumulado de parcelas vencidas;
- Parcelas em atraso por mais de 120 dias mais parcelas pagas com atraso maior que 120 dias

representem mais que 15% do total acumulado de parcelas vencidas;

- Parcelas em atraso por mais de 180 dias mais parcelas pagas com atraso maior que 180 dias representem mais que 14% do total acumulado de parcelas vencidas; e
- Rebaixamento do rating inicialmente atribuído às cotas seniores do fundo.

A verificação de ocorrência de evento de avaliação é responsabilidade do administrador, entretanto, o custodiante será expressamente responsável por calcular diariamente e informar os índices de atraso relacionado aos respectivos eventos de avaliação.

Os eventos de liquidação antecipada incluem:

- Caso o cedente, seu controlador, sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum venham a ingressar em regime de administração extrajudicial temporário (RAET), recuperação judicial, falência, bem como se o cedente pleitear pedido de autoliquidação ou sofrer processo de intervenção ou liquidação judicial ou extrajudicial, ou qualquer procedimento ou regime similar;
- Caso as cotas seniores não forem amortizadas nas datas programadas;
- Caso o fundo permaneça desenquadrado com relação ao nível mínimo de subordinação por período superior a cinco dias úteis; e
- Caso algum dos eventos de avaliação relativos à inadimplência forem observados durante dez dias consecutivos se os limites forem excedidos por mais de 5% em uma única ocasião.

No caso de evento de avaliação, se a assembleia de cotistas deliberarem sobre a continuidade do fundo, o administrador irá iniciar novamente a aquisição de novos direitos creditórios. Se for deliberado em assembleia, ou na ocorrência de evento de liquidação antecipada, o administrador irá iniciar os procedimentos de liquidação previstos no regulamento. Contidos nestes procedimentos, o regime de amortização/resgate das cotas subordinadas passará de pro rata para sequencial. Sendo assim, as cotas subordinadas serão amortizadas/resgatadas somente após o resgate integral das cotas seniores.

## ■ Análise do Fluxo de Caixa

### Análise do Colateral

Para derivar uma expectativa de cenário básico para a perda acumulada da carteira de direitos creditórios que lastreia esta respectiva série de cotas seniores, a Fitch analisou 36 meses de dados estatísticos por safra de origem, além de outras apresentações, compreendendo o período entre agosto de 2003 e julho de 2006, elaborados pela KPMG Auditores Independentes (KPMG). O uso de dados estatísticos por safra de origem fornece uma estimativa mais adequada de perdas acumuladas líquidas de quaisquer recuperações, comparadas às estatísticas consolidadas de performance da carteira, visto que os efeitos diluidores de crescimento da carteira são removidos.

### Reforço de Crédito

Para atingir ratings nacionais elevados é necessário um reforço de crédito para proteger os investidores seniores contra perdas realizadas em função da deterioração na performance dos direitos creditórios lastreantes. Fatores que poderão afetar a performance dos direitos creditórios lastreantes de financiamento de veículos incluem: deterioração no processo de concessão de crédito da Omni; interrupção ou transferência de serviço de cobrança; turbulências econômicas; níveis de recuperação sobre veículos retomados abaixo do esperado.

O reforço total de crédito de 49,2% para esta série de cotas seniores consiste de uma subordinação inicial de 10% do PL do fundo e spread excedente bruto disponível estimado em 39,2%. O spread excedente bruto é definido como a rentabilidade bruta da carteira deduzida da remuneração das cotas seniores e despesas do fundo. O spread excedente bruto é disponibilizado para assegurar que, caso ocorram inadimplências e perdas, o valor nominal das cotas subordinadas não será afetado de imediato. O valor líquido dessa margem será incorporado às cotas subordinadas e poderá retornar ao cedente mensalmente mediante amortização extraordinária prevista em regulamento. Para essa transação, a Fitch

considera disponível um spread excedente bruto de 39,2% a.a. Para propiciar este spread excedente, o regulamento e contrato de cessão estabelecem para aquisição dos direitos creditórios a taxa mínima de cessão, sendo a maior entre: (i) 87,5% da taxa média contratual anualizada dos financiamentos ou 112% do CDI anualizado, acrescido de 30%a.a.

Spread Excedente Bruto Disponível	
Taxa Média Contratual Anualizada	61,2%
(a) Taxa de Cessão Anualizada	53,6%
(b) Rendimento Cota Sênior (112% CDI x 90% do PL)	(13,4%)
(c) Despesas Operacionais	(1,0%)
(a+b+c) Spread Excedente Bruto	39,2%

O fundo irá adquirir os direitos creditórios à taxa de cessão inferior à taxa contratual, resultando em um preço de aquisição de BRL56,0 milhões. Entretanto, utilizando um prazo médio ponderado de 34 meses e taxa média contratual de 61,2% a.a., o saldo devedor de principal da carteira de direitos creditórios no início do fundo estará estimado em BRL52,9 milhões. A diferença destes valores, de BRL3,1 milhões, representa o ágio pago pela aquisição da carteira, ou seja, receita financeira antecipada ao cedente. Ao considerar esta antecipação em relação ao reforço de crédito disponível, a subordinação inicial do fundo seria ajustada de 10,7% para 5,5%.

### Fluxo de Caixa

A Fitch desenvolve seu próprio modelo de fluxo de caixa simulado para aplicar em cada transação analisada. Diferentes cenários de estresse são incorporados ao modelo de fluxo de caixa para projetar o efeito que a deterioração da performance dos ativos poderia refletir no fluxo de caixa dos cotistas. Através do modelo de fluxo de caixa, a Fitch constituiu um cenário base, simulado para a emissão desta primeira série de cotas seniores, e utilizou as seguintes premissas:

- Montante subscrito em cotas seniores de BRL50,0 milhões e em cotas subordinadas de BRL6,0 milhões;
- Prazo médio de vencimento por contrato de 34 meses;
- Taxa anual de juros dos contratos de 61,2%, adquirido com rendimento projetado de 53,6%, ou seja, 87,5% de seu rendimento médio;
- Utilização de taxa benchmark de 112% sobre o CDI de 13,25% ao ano para pagamento da cota sênior, mantida constante ao longo do prazo das cotas seniores;
- Índice acumulado de pré-pagamento de financiamentos sobre a safra de origem;

# Finanças Estruturadas

## Comparativo de Transações Anteriores

	FIDC Omni I	FIDC Omni II	FIDC Omni III	FIDC Omni IV
<b>Estrutura de Capital</b>				
Classe Sênior (%)	75%	80%	85%	90%
Classe Subordinada (%)	25%	20%	15%	10%
Total PL do Fundo (%)	100%	100%	100%	100%
<b>Regime de Amortização*</b>				
	Seqüencial	Prorata	Prorata	Prorata
Subordinação Inicial / Mínima	25%/25%	20%/20%	15%/15%	10%/15%
<b>Spread Excedente Bruto</b>				
Taxa Contratual Anualizada (%)**	76,7%	72,3%	61,2%	61,2%
(a) Taxa de Cessão Anualizada (%)	76,7%	63,3%	53,6%	53,6%
(b) Rendimento Sênior***	13,7%	15,8%	13,1%	13,4%
(c) Despesas Operacionais	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%
(a-b-c) Spread Excedente	62,1%	46,5%	40,6%	39,2%
<b>Cotas Seniores</b>				
Taxa Benchmark Rendimento (% CDI)	112%	108%	108%	112%
Prazo (meses)	24	36	48	60
Carência	6	18	24	24
Rating Nacional (Cota Sênior)	AAA(bra)	AA+(bra)	AA+(bra)	AA-(bra)

\*Regime de amortização das cotas subordinadas. \*\*Taxa média contratual utilizada na análise no momento de atribuição de rating.  
\*\*\*Rendimento em percentual da taxa anualizada de DI na data de início de distribuição do fundo, multiplicado pelo percentual das cotas seniores do PL do fundo.

Elaboração: Fitch Ratings

- Performance da carteira em questão foi modelada com hipóteses de inadimplência e perdas históricas observadas no trabalho da KPMG sobre a carteira da Omni. A Fitch considerou uma perda esperada acima de 180 dias de 9,5% da totalidade de direitos creditórios;

A partir do cenário base, a Fitch modelou diversos cenários de estresse condizentes com a categoria de rating atribuído. Os fatores de risco inerentes que foram estressados incluem a inadimplência e perda acumulada líquida, índice de pré-pagamento e descasamento de taxa de juros entre a taxa prefixada dos direitos creditórios e rendimento pós-fixado das cotas seniores.

### ■ Considerações Legais

A Fitch entende que a estrutura legal do fundo é sólida e que uma eventual decretação da falência do

cedente dos recebíveis não comprometeria a titularidade dos direitos creditórios. A Fitch solicitou e recebeu parecer legal ressaltando que, no evento de decretação da falência ou intervenção do cedente, os direitos creditórios cedidos e transferidos do cedente para o fundo constituirão uma cessão perfeita e acabada e não um empréstimo com garantia de direitos creditórios. Portanto, ressalta que, neste caso, os direitos creditórios de titularidade do fundo não deverão ser incorporados à massa falida ou processo de intervenção.

### ■ Monitoramento

A Fitch irá monitorar o perfil creditício da transação em base regular ou conforme justificado pelos acontecimentos. Esse monitoramento garante que os ratings atribuídos permaneçam, na opinião da agência, como um reflexo apropriado do risco de crédito das cotas emitidas.

Copyright © 2005 da Fitch, Inc., Fitch Ratings Ltd., Fitch Ratings Brasil Ltda. e suas subsidiárias. One State Street Plaza, NY, NY 10004.

Telefone: 1-800-753-4824, (212) 908-0500. Fax: (212) 480-4435.

Proibida a reprodução, integral ou parcial, exceto quando autorizada. Todos os direitos reservados. Todas as informações aqui contidas baseiam-se em dados obtidos de emissores, outros coobrigados, underwriters e de outras fontes que a Fitch acredita serem confiáveis. A Fitch não audita ou verifica a veracidade ou precisão de quaisquer destas informações. Em consequência, as informações prestadas neste relatório são fornecidas "no estado", sem que ofereçam qualquer tipo de garantia. Um rating da Fitch constitui opinião sobre o perfil de crédito de um título. O rating não cobre o risco de perdas em função de outros riscos que não seja o de crédito, a menos que tal risco esteja especificamente mencionado. A Fitch não está envolvida na oferta ou venda de qualquer título. Um relatório que contenha um rating atribuído pela Fitch não constitui um prospecto, nem substitui as informações montadas, verificadas e apresentadas aos investidores pelo emissor e seus agentes, em conexão com a venda dos títulos. Os ratings podem ser modificados, suspensos ou retirados, a qualquer tempo, por qualquer razão, a critério exclusivo da Fitch. A agência não oferece aconselhamento sobre investimentos de qualquer tipo. Os ratings não constituem recomendação de compra, venda ou retenção de qualquer título. Os ratings não comentam a correção dos preços de mercado, a adequação de qualquer título a um determinado investidor ou a natureza de isenção de impostos ou taxa sobre pagamentos efetuados com respeito a qualquer título. A Fitch recebe honorários de emissores, seguradores, garantidores, outros coobrigados e underwriters para avaliar os títulos. Estes honorários geralmente variam entre US\$1.000 e US\$750.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável) por emissão. Em certos casos, a Fitch analisará todos os títulos emitidos por um determinado número de emissores efetuados por um emissor em particular ou segurados ou garantidos por uma determinada seguradora ou garantidor, mediante o pagamento de uma única taxa anual. Tais honorários podem variar de US\$10.000 a US\$1.500.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável). A atribuição, publicação ou disseminação de um rating pela Fitch não implicará consentimento da Fitch para utilização de seu nome como especialista, com respeito a qualquer declaração de registro submetida mediante a legislação referente a títulos em vigor nos Estados Unidos da América, a Lei de Serviços Financeiros e Mercado, de 2000, da Grã-Bretanha ou a legislação referente a títulos de qualquer outra jurisdição, em particular. Devido à relativa eficiência da publicação e distribuição por meios eletrônicos, a pesquisa da Fitch poderá ser disponibilizada para os assinantes eletrônicos até três dias antes do acesso para os assinantes dos impressos.

## **ANEXO IV**

### **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**



**Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento**

**Relatório relativo à aplicação de  
procedimentos pré-acordados**

Este Relatório foi elaborado a partir da base de dados e das demais informações fornecidas pela Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento. É importante ressaltar que o comportamento passado da carteira de Direitos Creditórios não constitui garantia de que este venha, no futuro, a se repetir ou sofrer alterações. Este Relatório não constitui garantia por parte da KPMG quanto a solvência, adimplemento, pontualidade ou qualidade da carteira de Direitos Creditórios. Nenhuma decisão de adquirir as quotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios deverá ser tomada somente com base nas informações contidas neste Relatório.

KPMG Risk Advisory Services Ltda.  
Novembro de 2006





KPMG Risk Advisory Services Ltda.  
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33  
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil  
Caixa Postal 2467  
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000  
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001  
Internacional 55 (11) 2183-3034  
Internet [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

À

**Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento**  
São Paulo - SP

15 de dezembro de 2006

Atenção: Sr. Rogério Tosaki

Prezados senhores:

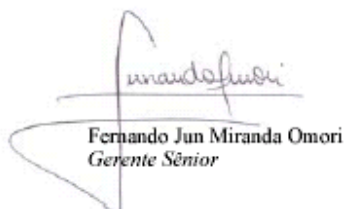
Em conformidade com os termos de nossa proposta de prestação de serviços, datada de 11 de agosto de 2006, apresentamos nosso relatório de revisão especial da carteira de recebíveis da Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento.

Nossa revisão, conforme descrito neste documento, foi pautada na execução de determinados procedimentos pré-acordados com a Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento e seus parceiros estratégicos, encarregados da estruturação de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

Agradecemos o apoio da gerência e dos funcionários da Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.



Ricardo Anhesini-Souza  
Sócio



Fernando Jun Miranda Omori  
Gerente Sênior

KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira,  
de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firma-  
membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma  
cooperativa suíça.

KPMG Risk Advisory Services Ltda. is a Brazilian limited liability  
company and a member firm of the KPMG network of independent  
member firms affiliated with KPMG International, a Swiss cooperative.



## **Conteúdo**

1	Introdução	1
2	Apresentação do perfil da carteira de recebíveis	2
3	Descrição dos procedimentos de revisão aplicados	16
	Anexos	20

## 1 Introdução

A Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“Omni” ou “Cedente”) e seus parceiros estratégicos - denominados em conjunto Grupo Estruturador - estão desenvolvendo uma estrutura de securitização de recebíveis por meio da cessão de créditos a um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC). Esses recebíveis são representados por operações de crédito ao consumidor para aquisição de automóveis leves e pesados com alienação fiduciária, concedidas em razão de convênios firmados com lojistas, e serão cedidos ao FIDC mediante o atendimento de certos critérios de elegibilidade a serem definidos pelo Grupo Estruturador.

Segundo informações fornecidas pelo Grupo Estruturador, a execução dos procedimentos pré-acordados, objeto de nossa contratação, atenderá aos seguintes principais objetivos:

- Confirmar, por meio de recálculo e verificação, os dados relativos às características demográficas e à *performance* da carteira de crédito, para um período histórico de 36 meses, compreendido entre 1º de agosto de 2003 e 31 de julho de 2006;
- Levantar e obter entendimento dos fluxos de origemação e cobrança desses recebíveis e verificar sua aderência em relação às políticas estabelecidas pelo Cedente dos recebíveis, com base em testes por amostragem.

Dessa forma, os seguintes procedimentos pré-acordados formaram o escopo de nossos trabalhos, sendo executados, principalmente, por meio da leitura de um conjunto de informações e bases de dados fornecidas pela área de tecnologia do Cedente, contemplando o período definido acima.

- Procedimentos relativos à verificação de dados demográficos:
  - Distribuição do volume mensal de contratos originados;
  - Distribuição do volume financeiro e da quantidade de contratos por prazo médio das operações;
  - Distribuição dos recebíveis por faixas de valor, para fins de apuração de concentração de operações.
- Procedimentos relativos à verificação da pontualidade e de *performance* de crédito:
  - Cálculo do prazo médio de atraso e respectivos desvios-padrão;
  - Distribuição dos volumes financeiros a vencer, liquidados e vencidos na data-base de nossos trabalhos;
  - Distribuição dos volumes financeiros a vencer, liquidados e vencidos, segregados pelos respectivos meses de origemação (*pool* estático);
  - Identificação dos volumes e respectivos percentuais em relação ao total de origemações, do evento de descontos concedidos a clientes.



A base de dados utilizada para fins de recálculo dos índices e indicadores discutidos acima foi submetida a procedimentos de reconciliação com os registros contábeis do Cedente, conforme apresentado no item 3 deste Relatório.

### Outras informações

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria, executada conforme normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e portanto não deve ser interpretado como tal. Nossos trabalhos foram executados no período de 21 de agosto a 4 de dezembro de 2006 e tomaram por base a estrutura das áreas de crédito e cobrança e tecnologia vigentes naquele período. Conforme acordado com representantes do Grupo Estruturador da operação, não foi requerida a atualização dos dados entre essa data de conclusão de nossos trabalhos e a data de emissão deste relatório.

## 2 Apresentação do perfil da carteira de recebíveis

### 2.1 Produção mensal

O somatório dos arquivos gerados pela Cedente indica que esta gerou, no período de 36 meses sob análise, compreendido entre 1º de agosto de 2003 e 31 de julho de 2006, um volume de 180.524 contratos, com um valor total de parcelas (PMT) de R\$ 1.619.713 mil. O arquivo disponibilizado para executar as análises, objeto de nossa contratação, foi produzido pela Gerência de Tecnologia da Cedente e submetido à avaliação de consistência conforme apresentado na seção 3 deste relatório.

Uma consideração necessária em uma operação de securitização de recebíveis *revolving* é a capacidade de originação continuada, ou seja, a Cedente necessita ter capacidade de prover recebíveis em uma base constante, a fim de absorver a liquidez gerada com o recebimento, pela FIDC, das operações vencidas e liquidadas.

Dessa forma compilamos, para o período total de 36 meses sob análise, informações mensais referentes ao faturamento da Cedente, incluindo a totalidade dos contratos, conforme apresentado na tabela e no gráfico 2.1 a seguir:

**Tabela 2.1 - Produção mensal referente ao valor total das parcelas, ao valor liberado e à quantidade de contratos**

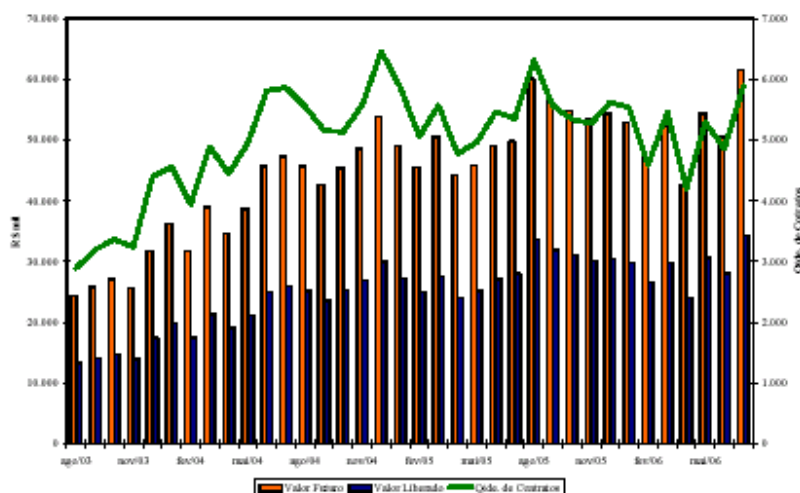
Mês de origem	Somatório das parcelas - RS(000)	%	Valor liberado - RS(000)	%	Quantidade de contratos	%
ago/03	24.403	1,51	13.341	1,48	2.893	1,60
set/03	25.754	1,59	14.097	1,57	3.200	1,77
out/03	27.057	1,67	14.690	1,63	3.362	1,86
nov/03	25.628	1,58	13.949	1,55	3.244	1,80
dez/03	31.811	1,96	17.409	1,94	4.399	2,44
jan/04	36.186	2,23	19.863	2,21	4.563	2,53
fev/04	31.783	1,96	17.474	1,94	3.941	2,18
mar/04	38.980	2,41	21.394	2,38	4.898	2,71
abr/04	34.584	2,14	19.009	2,11	4.452	2,47
mai/04	38.691	2,39	21.160	2,35	4.952	2,74



**Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento**  
*Relatório relativo à aplicação de  
 procedimentos pré-acordados*

<b>Mês de origem</b>	<b>Somatório das parcelas - RS(000)</b>	<b>%</b>	<b>Valor liberado - RS(000)</b>	<b>%</b>	<b>Quantidade de contratos</b>	<b>%</b>
jun/04	45.770	2,83	24.965	2,78	5.816	3,22
jul/04	47.384	2,93	25.910	2,88	5.865	3,25
ago/04	45.677	2,82	25.184	2,80	5.558	3,08
set/04	42.633	2,63	23.572	2,62	5.160	2,86
out/04	45.458	2,81	25.287	2,81	5.134	2,84
nov/04	48.613	3,00	26.953	3,00	5.580	3,09
dez/04	53.871	3,33	29.984	3,34	6.461	3,58
jan/05	49.046	3,03	27.200	3,03	5.868	3,25
fev/05	45.619	2,82	25.020	2,78	5.057	2,80
mar/05	50.508	3,12	27.522	3,06	5.576	3,09
abr/05	44.274	2,73	24.103	2,68	4.781	2,65
mai/05	45.932	2,84	25.153	2,80	4.962	2,75
jun/05	49.138	3,03	27.006	3,00	5.465	3,03
jul/05	49.795	3,07	28.008	3,12	5.355	2,97
ago/05	60.076	3,71	33.720	3,75	6.324	3,50
set/05	56.612	3,50	31.875	3,55	5.567	3,08
out/05	54.851	3,39	31.091	3,46	5.349	2,96
nov/05	53.461	3,30	30.174	3,36	5.272	2,92
dez/05	54.419	3,36	30.516	3,39	5.623	3,11
jan/06	52.910	3,27	29.781	3,31	5.540	3,07
fev/06	47.024	2,90	26.648	2,96	4.594	2,54
mar/06	52.526	3,24	29.825	3,32	5.464	3,03
abr/06	42.674	2,63	24.043	2,67	4.199	2,33
mai/06	54.447	3,36	30.532	3,40	5.291	2,93
jun/06	50.601	3,12	28.120	3,13	4.863	2,69
jul/06	61.517	3,80	34.366	3,82	5.896	3,27
<b>Total</b>	<b><u>1.619.713</u></b>	<b><u>100.00</u></b>	<b><u>898.947</u></b>	<b><u>100.00</u></b>	<b><u>180.524</u></b>	<b><u>100.00</u></b>

**Gráfico 2.1 - Produção mensal referente ao valor total das parcelas, ao valor liberado e à quantidade de contratos**



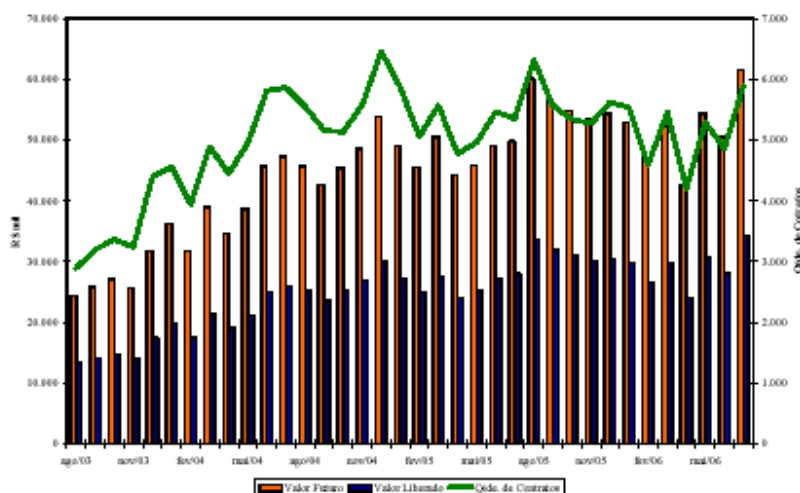
#### Saldo médio de contratos

Ainda, conforme solicitações do Grupo Estruturador da operação, são apresentados a tabela e o gráfico 2.2 a seguir, demonstrando o valor médio dos contratos, em bases mensais, para o período de 36 meses sob análise, considerando o valor liberado dos contratos e o valor das parcelas:

**Tabela 2.2 - Saldo médio mensal e consolidado**

Mês de origem	Valor médio - Somatório do valor das parcelas - R\$(000)	Valor médio - Valor liberado - R\$(000)
Ago/03	8.435	4.611
Set/03	8.048	4.405
Out/03	8.048	4.370
Nov/03	7.900	4.300
Dez/03	7.231	3.957
Jan/04	7.930	4.353
Fev/04	8.065	4.434
Mar/04	7.958	4.368
Abr/04	7.768	4.270
Mai/04	7.813	4.273
Jun/04	7.870	4.293
Jul/04	8.079	4.418
Ago/04	8.218	4.531
Set/04	8.262	4.568
Out/04	8.854	4.925

**Gráfico 2.1 - Produção mensal referente ao valor total das parcelas, ao valor liberado e à quantidade de contratos**



#### Saldo médio de contratos

Ainda, conforme solicitações do Grupo Estruturador da operação, são apresentados a tabela e o gráfico 2.2 a seguir, demonstrando o valor médio dos contratos, em bases mensais, para o período de 36 meses sob análise, considerando o valor liberado dos contratos e o valor das parcelas:

**Tabela 2.2 - Saldo médio mensal e consolidado**

Mês de origem	Valor médio - Somatório do valor das parcelas - R\$(000)	Valor médio - Valor liberado - R\$(000)
Ago/03	8.435	4.611
Set/03	8.048	4.405
Out/03	8.048	4.370
Nov/03	7.900	4.300
Dez/03	7.231	3.957
Jan/04	7.930	4.353
Fev/04	8.065	4.434
Mar/04	7.958	4.368
Abr/04	7.768	4.270
Mai/04	7.813	4.273
Jun/04	7.870	4.293
Jul/04	8.079	4.418
Ago/04	8.218	4.531
Set/04	8.262	4.568
Out/04	8.854	4.925

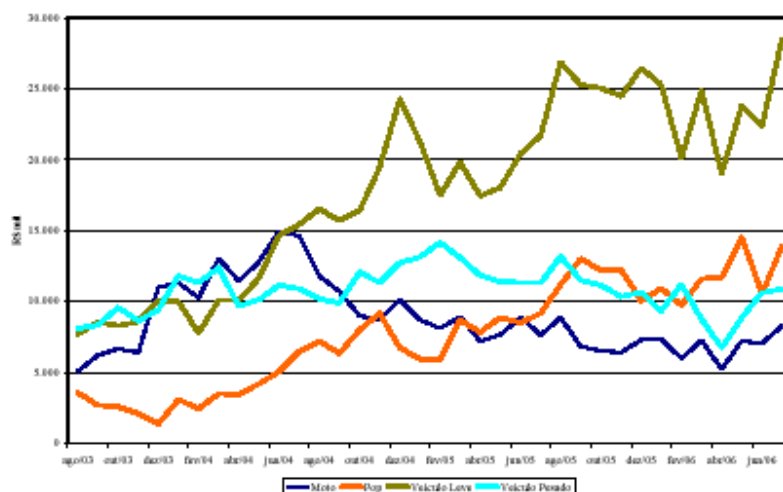
### 2.3 Distribuição por tipo de financiamento

Adicionalmente, é apresentada na tabela e no gráfico 2.3, a distribuição das operações por tipo de financiamento, de acordo com informações extraídas da base de dados fornecida, considerando o valor das parcelas contratuais e a quantidade de contratos. Os financiamentos são classificados da seguinte forma: Moto, Pop, Veículo Leve e Veículo Pesado.

Tabela 2.3 - Representatividade por tipo de veículo

Tipo de financiamento	do Valor das parcelas			Quantidade de contratos		
	RS(000)	%	% acum.	#	%	% acum.
Veículo leve	643.715	39,7	39,7	96.359	53,4	53,4
Veículo pesado	386.745	23,9	63,6	18.209	10,1	63,5
Moto	315.194	19,5	83,1	57.674	31,9	95,4
Pop	274.058	16,9	100,0	8.282	4,6	100,0
Total	1.619.713	100,0		180.524	100,0	

Gráfico 2.3 - Distribuição por tipo de financiamento



No Anexo I deste relatório é relacionada a movimentação mensal por tipo de financiamento. No Anexo II, a respectiva evolução do saldo médio mensal.



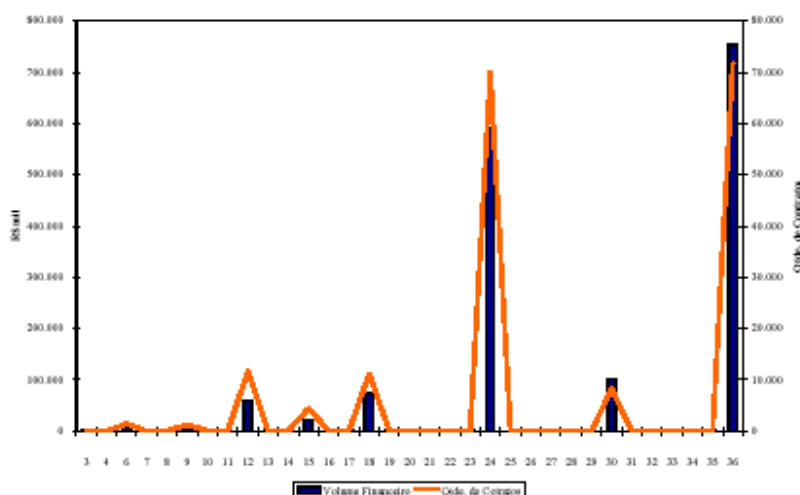
## 2.4 Distribuição por prazo médio das operações

Para fins de estabelecimento do prazo médio das operações, foi compilado o volume total de contratos originados no período de 36 meses sob análise, por quantidade de parcelas. Por meio dessa compilação constatou-se um prazo médio ponderado de 29 meses das operações sujeitas à cessão, conforme apresentado na tabela e no gráfico 2.4 a seguir:

Tabela 2.4 - Distribuição das operações por quantidade de parcelas

Quantidade de parcelas	□ das parcelas - RS(000)	%	% acum.	Quantidade de contratos	%	% acum.
3	1.977	0,12	0,12	60	0,03	0,03
4	14	0,00	0,12	3	0,00	0,03
6	6.234	0,38	0,51	1.472	0,82	0,85
7	26	0,00	0,51	8	0,00	0,85
8	151	0,01	0,52	41	0,02	0,88
9	4.874	0,30	0,82	1.264	0,70	1,58
10	919	0,06	0,88	79	0,04	1,62
11	56	0,00	0,88	3	0,00	1,62
12	59.376	3,67	4,55	11.675	6,47	8,09
13	161	0,01	4,56	33	0,02	8,11
14	130	0,01	4,56	17	0,01	8,12
15	22.154	1,37	5,93	4.437	2,46	10,58
16	208	0,01	5,94	29	0,02	10,59
17	147	0,01	5,95	14	0,01	10,60
18	72.600	4,48	10,44	11.188	6,20	16,80
19	138	0,01	10,44	28	0,02	16,81
20	1.199	0,07	10,52	92	0,05	16,86
21	248	0,02	10,53	37	0,02	16,88
22	95	0,01	10,54	17	0,01	16,89
23	518	0,03	10,57	51	0,03	16,92
24	590.904	36,48	47,05	69.911	38,73	55,65
25	91	0,01	47,06	10	0,01	55,65
26	240	0,01	47,07	33	0,02	55,67
27	230	0,01	47,09	27	0,01	55,69
28	210	0,01	47,10	28	0,02	55,70
29	293	0,02	47,12	14	0,01	55,71
30	102.261	6,31	53,43	8.243	4,57	60,28
31	76	0,00	53,44	11	0,01	60,28
32	96	0,01	53,44	14	0,01	60,29
33	79	0,00	53,45	8	0,00	60,30
34	102	0,01	53,45	4	0,00	60,30
35	522	0,03	53,49	44	0,02	60,32
36	753.383	46,51	100,00	71.629	39,68	100,00
Total	1.619.713	100,00		180.524	100,00	

Gráfico 2.4 - Distribuição das operações por quantidade de parcelas



## 2.5 Distribuição das operações por faixas de valor

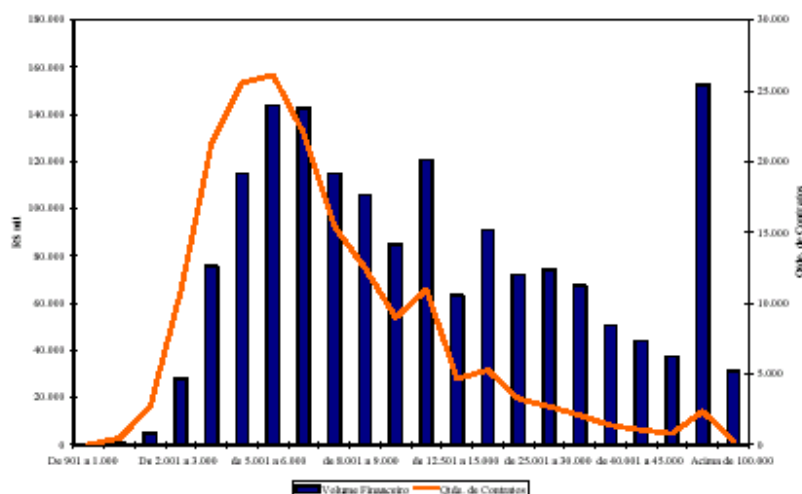
A base de dados de contratos para o período sob análise apresenta um total de 180.524 contratos ao longo dos 36 meses. A tabela e o gráfico 2.5 a seguir demonstram a distribuição dos contratos por faixa de valor considerando os volumes financeiros e a quantidade de contratos.

Tabela 2.5 - Distribuição das operações por faixa de valor

Faixas de valor (em R\$)	□ das parcelas - R\$(000)	%	% acum.	Quantidade de contratos	%	% acum.
De 901 a 1.000	3	0,00	0,00	3	0,00	0,00
De 1.001 a 1.500	626	0,04	0,04	459	0,25	0,26
De 1.501 a 2.000	4.754	0,29	0,33	2.661	1,47	1,73
De 2.001 a 3.000	27.847	1,72	2,05	10.865	6,02	7,75
De 3.001 a 4.000	75.594	4,67	6,72	21.279	11,79	19,54
De 4.001 a 5.000	115.116	7,11	13,83	25.585	14,17	33,71
De 5.001 a 6.000	143.702	8,87	22,70	26.126	14,47	48,18
De 6.001 a 7.000	142.682	8,81	31,51	22.032	12,20	60,39
De 7.001 a 8.000	115.036	7,10	38,61	15.418	8,54	68,93
De 8.001 a 9.000	105.669	6,52	45,13	12.475	6,91	75,84
De 9.001 a 10.000	85.052	5,25	50,38	8.988	4,98	80,82
De 10.001 a 12.500	120.657	7,45	57,83	10.955	6,07	86,88
De 12.501 a 15.000	63.198	3,90	61,74	4.644	2,57	89,46
De 15.001 a 20.000	91.021	5,62	67,35	5.259	2,91	92,37
De 20.001 a 25.000	71.976	4,44	71,80	3.218	1,78	94,15
De 25.001 a 30.000	73.916	4,56	76,36	2.699	1,50	95,65

Faixas de valor (em R\$)	das parcelas - R\$(000)	%	% acum.	Quantidade de contratos	%	% acum.
De 30.001 a 35.000	67.339	4,16	80,52	2.075	1,15	96,80
De 35.001 a 40.000	50.591	3,12	83,64	1.361	0,75	97,55
De 40.001 a 45.000	44.066	2,72	86,36	1.039	0,58	98,13
De 45.001 a 50.000	37.309	2,30	88,67	789	0,44	98,56
De 50.001 a 100.000	152.491	9,41	98,08	2.349	1,30	99,86
Acima de 100.000	31.067	1,92	100,00	245	0,14	100,00
Total	1.619.713	100,00		180.524	100,00	

Gráfico 2.5 - Distribuição do volume de operações por faixas de valor



O Anexo III deste relatório apresenta a relação dos 250 maiores contratos realizados no período de 36 meses sob análise.

## 2.6 Indicadores de desempenho

Para fins de mensuração da *performance* dos recebíveis submetidos à análise, foram definidos pelo Grupo Estruturador critérios para a apuração dos percentuais de pontualidade e adimplência das faturas, que representariam indicativos de desempenho.

Elaboramos um *aging list* em faixas de prazos definidas pelo Grupo Estruturador, conforme apresentado na tabela 2.6 a seguir, demonstrando os volumes de operações vencidas liquidadas antecipadamente, em dia e em atraso, como também os volumes das operações vencidas e não liquidadas, durante o período de 36 meses sob análise.

**Tabela 2.6 - Distribuição dos prazos de liquidações das operações**

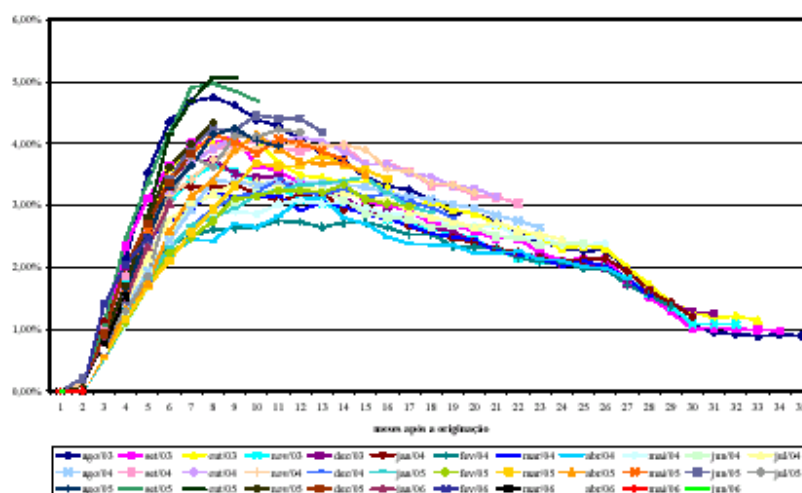
Faixas	RS(000)	%	% acum.
Total sob análise	<u>1.619.713</u>		
(-) Descontos	24.609		
(+) Multas	120.451		
(-) Parcelas a vencer em 31 de julho de 2006	758.397		
Parcelas vencidas e/ou antecipadas até 31 de julho de 2006	<u>957.158</u>	100,00	
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	22.387	2,34	2,34
Parcelas antecipadas de 150 a 180 dias	4.854	0,51	2,85
Parcelas antecipadas de 120 a 150 dias	5.807	0,61	3,45
Parcelas antecipadas de 90 a 120 dias	7.093	0,74	4,19
Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias	8.889	0,93	5,12
Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	12.782	1,34	6,46
Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	14.115	1,47	7,93
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	103.113	10,77	18,71
Parcelas liquidadas no vencimento	37.785	3,95	22,65
Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias	357.356	37,34	59,99
Parcelas liquidadas de 15 a 30 dias	108.504	11,34	71,32
Parcelas liquidadas de 30 a 60 dias	101.455	10,60	81,92
Parcelas liquidadas de 60 a 90 dias	31.463	3,29	85,21
Parcelas liquidadas de 90 a 120 dias	13.438	1,40	86,61
Parcelas liquidadas de 120 a 150 dias	7.879	0,82	87,44
Parcelas liquidadas de 150 a 180 dias	5.082	0,53	87,97
Parcelas liquidadas acima de 180 dias	15.398	1,61	89,58
Parcelas vencidas de 1 a 15 dias	11.999	1,25	90,83
Parcelas vencidas de 15 a 30 dias	7.415	0,77	91,61
Parcelas vencidas de 30 a 60 dias	10.289	1,07	92,68
Parcelas vencidas de 60 a 90 dias	7.248	0,76	93,44
Parcelas vencidas de 90 a 120 dias	6.361	0,66	94,10
Parcelas vencidas de 120 a 150 dias	5.533	0,58	94,68
Parcelas vencidas de 150 a 180 dias	5.601	0,59	95,27
Parcelas vencidas acima de 180 dias	45.310	4,73	100,00

## 2.7 Pool estático

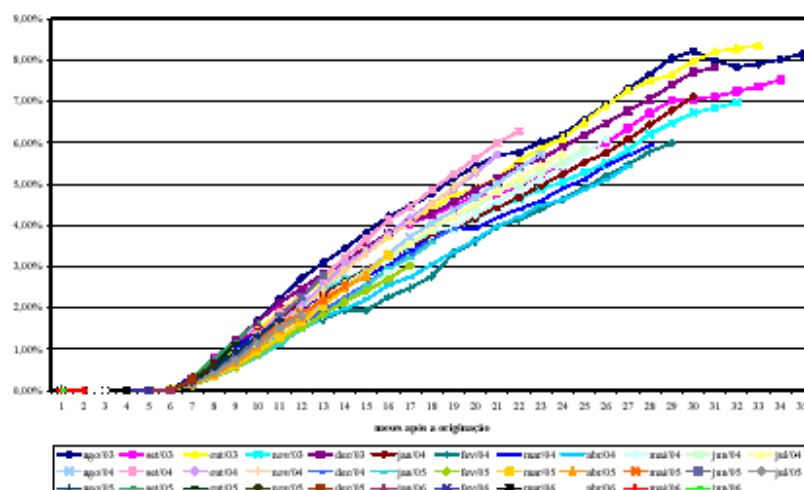
Adicionalmente, como parte das informações a serem fornecidas ao Grupo Estruturador a fim de validar as constatações obtidas conforme definido no item 2.6 deste Relatório, foi gerado um “pool estático” de pagamentos, demonstrando o *aging* dos valores a receber referentes às vendas realizadas, em ciclos mensais, para cada um dos 36 meses de originação sob análise. Essa informação objetiva identificar o comportamento de uma safra de contratos ao longo de sua maturação.

Apresentamos no gráfico 2.6 abaixo uma representação gráfica desse “pool estático” para parcelas vencidas entre 61 e 180 dias para o período de 36 meses sob análise e no gráfico 2.7 a representação gráfica desse “pool estático” para parcelas vencidas acima de 180 dias:

**Gráfico 2.6 - Representação gráfica do pool estático - % de inadimplência por safra de contratos vencidos entre 61 e 180 dias**



**Gráfico 2.7 - Representação gráfica do *pool* estático - % de inadimplência por safra de contratos vencidos há mais de 180 dias**



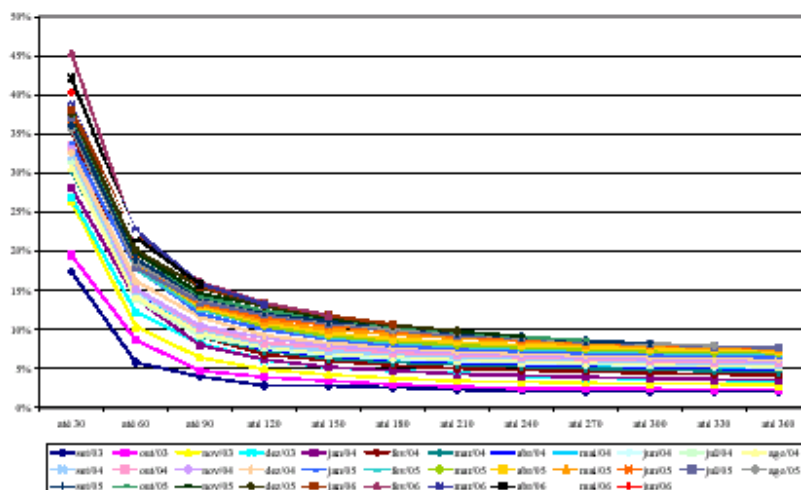
No Anexo IV é apresentado os dados analíticos do *Pool* estático para cada uma das safras originadas no período de 36 meses sob análise, considerando-se os percentuais de pagamento em cada mês.

## 2.8 Matriz Triangular

Conforme solicitação do Grupo Estruturador da operação, foi elaborada uma matriz triangular, que apresentam os percentuais de adimplência da carteira de recebíveis em ciclos mensais, considerando-se as faturas vincendas em cada ciclo e seus efetivos pagamentos dentro do respectivo ciclo (Anexo IV). Os desvios-padrão apurados são apresentados no Anexo V e as delinquências (atrasos) estão apresentados no Anexo VII. Os indicadores apresentados nessa matriz foram por nós recalculados.

No gráfico 3.4 a seguir, apresentamos uma representação gráfica da matriz triangular, considerando as 35 meses de vencimento no período de 36 meses sob análise.

Gráfico 2.8 - Representação gráfica da matriz triangular



## 2.9 Composição “Contas a Receber”

Adicionalmente, de acordo com solicitações do Grupo Estruturador da operação, foi elaborada a tabela 2.8 a seguir, apresentando a composição mensal do saldo em aberto do “Contas a receber” da carteira.

Tabelas 2.8 - Composição “Contas a receber”

Data-base	A vencer	%	Vencidas entre 1 e 30 dias		Vencidas entre 30 e 60 dias		Vencidas entre 60 e 180 dias		Vencidas em período superior a 180 dias		Total
				%		%		%		%	
Ago/2003	24.402	100,00	0	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	24.402
Set/2003	49.228	99,60	200	0,40	-	0,00	-	0,00	-	0,00	49.428
Out/2003	74.254	99,33	449	0,60	55	0,07	-	0,00	-	0,00	74.758
Nov/2003	96.804	98,80	947	0,97	188	0,19	37	0,04	-	0,00	97.977
Dez/2003	124.423	98,63	1.271	1,01	333	0,26	126	0,10	-	0,00	126.153
Jan/2004	155.132	98,38	1.699	1,08	506	0,32	347	0,22	-	0,00	157.683
Fev/2004	180.078	97,62	2.999	1,63	792	0,43	601	0,33	1	0,00	184.471
Mar/2004	212.060	97,95	2.459	1,14	1.033	0,48	915	0,42	27	0,01	216.493
Abr/2004	235.846	97,53	3.293	1,36	1.240	0,51	1.356	0,56	86	0,04	241.821
Mai/2004	263.667	97,28	3.931	1,45	1.470	0,54	1.753	0,65	215	0,08	271.037
Jun/2004	297.156	97,14	4.389	1,43	1.708	0,56	2.259	0,74	407	0,13	305.919
Jul/2004	330.604	97,06	4.746	1,39	1.876	0,55	2.757	0,81	644	0,19	340.627
Ago/2004	360.498	96,92	5.242	1,41	1.923	0,52	3.266	0,88	1.026	0,28	371.955
Set/2004	385.640	96,60	6.145	1,54	2.323	0,58	3.632	0,91	1.471	0,37	399.209
Out/2004	412.167	96,29	6.906	1,61	2.762	0,65	4.204	0,98	2.023	0,47	428.061
Nov/2004	440.307	96,06	7.553	1,65	3.012	0,66	4.847	1,06	2.651	0,58	458.369



**Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento**  
*Relatório relativo à aplicação de  
 procedimentos pré-acordados*

Data-base	A vencer	%	Vencidas entre 1 e 30 dias		Vencidas entre 30 e 60 dias		Vencidas entre 60 e 180 dias		Vencidas em período superior a 180 dias		Total
				%		%		%		%	
Dez/2004	472.091	95,95	7.759	1,58	3.272	0,67	5.474	1,11	3.398	0,69	491.994
Jan/2005	497.216	95,53	9.006	1,73	3.608	0,69	6.411	1,23	4.215	0,81	520.455
Fev/2005	517.237	94,88	11.391	2,09	4.283	0,79	7.239	1,33	5.002	0,92	545.152
Mar/2005	540.663	94,88	10.292	1,81	4.860	0,85	7.906	1,39	6.103	1,07	569.825
Abr/2005	556.270	94,37	11.591	1,97	5.180	0,88	9.225	1,56	7.204	1,22	589.470
Mai/2005	573.226	94,09	11.738	1,93	5.541	0,91	10.183	1,67	8.517	1,40	609.204
Jun/2005	590.760	93,86	12.286	1,95	5.629	0,89	11.029	1,75	9.709	1,54	629.414
Jul/2005	607.517	93,44	13.055	2,01	6.236	0,96	12.052	1,85	11.301	1,74	650.161
Ago/2005	632.973	93,35	12.938	1,91	5.899	0,87	12.920	1,91	13.305	1,96	678.034
Sep/2005	652.497	92,92	14.051	2,00	6.598	0,94	13.714	1,95	15.344	2,19	702.204
Out/2005	670.046	92,44	15.091	2,08	7.134	0,98	14.965	2,06	17.602	2,43	724.838
Nov/2005	684.966	92,00	15.816	2,12	7.597	1,02	16.294	2,19	19.884	2,67	744.557
Dez/2005	699.716	91,81	15.128	1,98	7.722	1,01	17.026	2,23	22.560	2,96	762.153
Jan/2006	711.860	91,27	16.353	2,10	8.000	1,03	18.390	2,36	25.364	3,25	779.967
Fev/2006	717.230	90,24	20.925	2,63	8.882	1,12	19.641	2,47	28.124	3,54	794.803
Mar/2006	727.258	90,22	17.737	2,20	9.740	1,21	20.244	2,51	31.073	3,85	806.051
Abr/2006	726.629	89,43	19.747	2,43	9.903	1,22	22.128	2,72	34.135	4,20	812.541
Mai/2006	737.056	89,27	18.254	2,21	9.813	1,19	22.767	2,76	37.776	4,58	825.666
Jun/2006	742.622	88,66	19.537	2,33	10.108	1,21	23.955	2,86	41.418	4,94	837.640
Jul/2006	758.397	88,38	19.414	2,26	10.289	1,20	24.744	2,88	45.310	5,28	858.155



## 2.10 Matriz de Inadimplência apresentando os índices de realização dos créditos por safra de origem

Com o intuito de analisar a inadimplência, ou seja, o percentual de parcelas em aberto, ao longo de sua maturação (até 30 dias, 60 dias, 120 dias, 180 dias e acima de 180 dias), segregamos a base de dados sob análise a partir de suas safras de origem, gerando a Matriz de Inadimplência. Essa informação é comparada dentro de cada ciclo futuro com os efetivos recebimentos. Resumimos a seguir a tendência observada na execução desse procedimento, considerando os contratos originados até o mês de janeiro de 2006, em razão de os contratos originados a partir dessa data não terem completado o prazo de 180 dias, o que prejudica a comparabilidade.

Safra de origem	% de parcelas em aberto após liquidação				
	Até 30 dias - %	Até 60 dias - %	Até 120 dias - %	Até 180 dias - %	Acima de 180 dias - %
Ago/03	34,23	22,25	15,43	13,48	9,65
Set/03	33,41	20,43	14,13	12,07	9,19
Out/03	33,23	21,38	15,12	13,14	10,27
Nov/03	31,18	19,19	13,41	11,67	8,84
Dez/03	28,99	18,35	13,43	12,07	9,96
Jan/04	29,11	18,63	13,06	11,46	9,24
Fev/04	28,76	17,53	11,94	10,45	8,26
Mar/04	28,30	17,55	12,35	10,71	8,37
Abr/04	27,50	17,03	12,02	10,43	8,24
Mai/04	29,04	18,13	12,89	11,46	9,62
Jun/04	28,26	18,03	12,91	11,48	9,82
Jul/04	29,28	18,67	13,46	12,10	10,37
Ago/04	29,60	18,84	13,81	12,30	10,73
Set/04	30,13	20,10	15,10	13,57	11,83
Out/04	30,21	19,93	15,05	13,28	11,52
Nov/04	29,98	19,37	14,61	13,07	11,36
Dez/04	27,20	16,86	12,50	11,08	9,56
Jan/05	26,68	16,52	12,19	10,73	9,49
Fev/05	26,89	16,08	11,82	10,43	9,22
Mar/05	28,13	16,82	12,66	11,50	10,39
Abr/05	27,30	16,83	12,53	11,14	10,06
Mai/05	29,28	17,81	13,36	11,74	10,45
Jun/05	27,65	17,11	13,39	12,42	11,57
Jul/05	28,74	17,33	12,87	12,05	11,33
Ago/05	26,91	16,58	12,63	11,76	11,30
Set/05	29,20	18,53	14,41	13,62	13,09
Out/05	27,55	17,44	14,31	13,75	13,57
Nov/05	26,19	16,03	13,42	13,09	13,01
Dez/05	24,56	15,20	12,85	12,55	12,53
Jan/06	22,80	14,29	12,61	12,53	12,53
Média	28,68	17,96	13,34	12,04	10,51
Desvio-padrão	2,39	1,75	1,02	1,02	1,48
Máximo	34,23	22,25	15,43	13,75	13,57
Mínimo	22,80	14,29	11,82	10,43	8,24

### 3 Descrição dos procedimentos de revisão aplicados

#### 3.1 Base de dados sujeita à análise

A base de dados sujeita à análise foi fornecida pela área de Tecnologia da Cedente, contemplando toda a origem de operações no período de 1º de agosto de 2003 a 31 de julho de 2006.

#### 3.2 Conciliação da base de dados

Com intuito de estabelecer uma base de confiança nas informações analisadas neste relatório, aplicamos procedimentos de comparação dos saldos dos arquivos fornecidos pela área de Tecnologia da Cedente com os respectivos saldos contábeis desta.

Para fins deste exercício, confrontamos o somatório das parcelas em aberto constantes da base de dados analisada, em 31 de julho de 2006 (data-base), com os saldos contábeis registrados nos livros da Omni. O resultado desse procedimento está apresentado na Tabela 3.1 a seguir.

Tabela 3.1 - Conciliação dos valores a receber

Descrição	□ do Valor das parcelas (R\$ mil) - Saldo em aberto
Base de Dados Analisada - Veículos	858.153
(-) Base de Dados - Carteira Cedida - Veículos	732.482
(=) Base de Dados - Carteira OMNI - Veículos	125.671
(+) Base de Dados - Outros Produtos Não Analisados	11.141
(=) Total Base de Dados Contábil	136.812
Saldo Contábil - Balancete	136.893
Diferença	81
Diferença %	0,06%

#### 3.3 Conciliação individual de contratos

Com o objetivo de verificarmos se os dados dos contratos contidos na base de dados analisada haviam sido apresentados adequadamente, foram selecionados 500 contratos para análise, destacados no Anexo V deste relatório. Até a data da emissão deste relatório, haviam sido disponibilizados 470 contratos, sendo verificados os seguintes campos:

- Número do contrato
- Data de emissão
- Valor da parcela
- Número do CPF
- Número do RG
- Valor do contrato



### **Conclusão**

O seguinte contrato (1) apresentou número do contrato divergente:

132000060706

Os seguintes contratos (12) apresentaram data de emissão divergente:

106400074104	134000013906	111300126604
132000060706	129800001706	125500006504
133400124505	136100022205	132100017305
132700043405	118400234604	132800090605

Para os outros contratos, em relação aos demais itens analisados, não foram identificadas divergências.

### **3.4 Verificação da aderência da documentação de crédito**

Com o objetivo de verificar se a documentação relativa à análise de crédito estava de acordo com a política estabelecida, foram selecionados os mesmos 500 contratos relacionados no Anexo V. Da mesma forma, a análise foi realizada sobre 470 contratos, em virtude de 30 contratos não terem sido disponibilizados. Os seguintes documentos foram objetos de verificação:

- Cópia do RG
- Cópia do CPF
- Cópia de comprovante de renda
- Cópia do comprovante de residência
- Cópia do gravame do veículo
- Cópia da vistoria do veículo
- Assinatura no Contrato

### **Conclusão**

Os seguintes contratos (2) não apresentaram cópia do RG ou CPF:

133400124505 129800001706

Segundo informações obtidas com a gerência da Omni, os processos relativos a estes contratos não foram analisados integralmente em virtude dos mesmos estarem em poder do cessionário (contratos cedidos).



Os seguintes contratos (126) não apresentaram comprovante de renda:

126500042205	130800061006	137800016506	118400339105	130400004404	133400055706
134500021206	136500060406	132200036506	118400249805	135100014206	136500054206
106500025305	133400124505	118400509606	118400395206	133000029106	128600072104
115900017506	130800060706	132100091606	122400060006	111300092203	129800066305
134800070406	134500028806	134000031606	136500055106	124300023006	118400008705
134100098306	127100068204	118400463306	132100131606	128100041705	127700007705
136500061006	118400497606	134100101706	118400436406	118400514206	118200009005
127100021305	133400051006	124400016206	132000066506	131700026906	126800235204
134100106506	128900043904	130900032506	132100138306	138800003706	118400486506
134800070006	134100113006	118400393206	131200013506	134100110606	127900096604
124300027906	133400067606	134100054006	133100032406	136500055906	134800103905
118400388606	130800062306	138900017306	118400366706	134100118606	118400477506
127100024806	100100025406	136400145406	132000073406	118400494606	127500058004
134200102505	133000025306	132700043405	118400537706	129200015004	138800006705
132000060706	129800063706	128700184004	132600078106	132100212105	132000068606
122400045506	132100097706	127700273904	136400118006	118400490306	118400529006
135700012406	133200000906	134700064306	132900016406	136400033206	
130500059006	136400117806	134500039506	118400394006	126500016506	
137600043306	133500112606	132200032506	134500033506	129800001706	
139000025306	137200027706	133400049206	124300022206	127600106904	
118400451906	132100140806	111400001706	134800068306	104900141704	
131900006606	133000024206	135900022206	118400486606	136100022205	

Segundo informações obtidas com a gerência da Omni, o Comprovante de Renda não foi apresentado pelos seguintes motivos:

- Créditos automáticos, modalidade na qual não é solicitado o Comprovante de Renda;
- Comprovante de Renda não solicitado por ser utilizado o conceito de "Renda Atribuída", definido a partir da profissão do proponente;
- Renda comprovada através de benefícios da previdência; ou
- Comprovante de Renda não solicitado pelo agente terceirizado (36).

Os seguintes contratos (2) não apresentaram comprovante de residência:

133400124505 129800001706

Segundo informações obtidas com a gerência da Omni, os processos relativos a estes contratos não foram analisados integralmente em virtude dos mesmos estarem em poder do cessionário (contratos cedidos).



Os seguintes contratos (43) não apresentaram cópia do gravame do veículo:

102100002706	133500086506	136500054206
130100044104	132400068006	128600072104
103800050604	125100059804	124500124404
127900089404	121700028704	124800000906
135100019206	130300036105	125600053704
133100030206	134100115506	136400033206
132100140706	127500006804	126500016506
130800060706	118400486606	136100022205
127100068204	125800081204	136400019106
136400117806	132100212105	136400145406
132100140806	132200036506	135000044206
129400014504	129500005105	111700020504
134600000305	129500048804	106700016905
129900105605	125800082304	134300020406
111300045506		

Segundo informações obtidas com a gerência da Omni, para os contratos 134600000305, 127500006804, 124800000906 e 125100059804, os veículos não foram alienados em nome da Omni. Para os demais contratos, os veículos foram alienados, porém, os gravames não foram impressos e apresentados.

Os seguintes contratos (6) não apresentaram cópia da vistoria do veículo:

133400124505	128600077504	127900013304
118400419606	114500081204	129800001706

Segundo informações obtidas com a gerência da Omni, a cópia da vistoria do veículo não foi apresentada pelos seguintes motivos:

- Veículo Novo; ou
- Processos em poder do cessionário (contratos cedidos).

#### Assinatura do contrato

Os seguintes contratos (2) não estavam assinados:

117000011205
129500005105

Segundo informações obtidas com a gerência da Omni, os processos relativos a estes contratos não foram analisados integralmente em virtude dos mesmos estarem em poder do cessionário (contratos cedidos).



*Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento*  
*Relatório relativo à aplicação de*  
*procedimentos pré-acordados*

## **Anexos**





**Anexo II - Saldo médio mensal por tipo de financiamento  
(em R\$)**

Período	Moto	POP	Veículo leve	Veículo pesado
Agos/03	4.765	30.162	5.861	20.186
Set/03	4.935	27.272	5.909	20.886
Out/03	5.026	26.944	5.742	19.115
Nov/03	5.003	27.415	5.951	18.916
Dez/03	5.157	24.176	5.906	18.647
Jan/04	5.180	26.918	5.993	19.874
Fev/04	5.175	26.741	6.000	19.738
Mar/04	5.230	27.633	6.051	20.219
Abr/04	5.322	26.944	6.042	18.966
Mai/04	5.452	27.465	6.030	19.152
Jun/04	5.598	29.977	6.105	19.219
Jul/04	5.569	28.642	6.199	20.763
Agos/04	5.390	33.448	6.278	19.466
Set/04	5.313	31.020	6.430	19.921
Out/04	5.386	30.415	6.143	22.751
Nov/04	5.271	33.901	6.232	20.960
Dez/04	5.246	31.608	6.494	21.899
Jan/05	5.231	29.798	6.338	20.313
Fev/05	5.317	31.151	6.460	22.239
Mar/05	5.339	32.692	6.522	21.704
Abr/05	5.400	31.670	6.526	22.275
Mai/05	5.403	31.343	6.562	22.063
Jun/05	5.609	29.851	6.582	23.085
Jul/05	5.620	35.656	6.766	21.204
Agos/05	5.813	36.779	6.897	21.912
Set/05	5.883	39.572	7.113	21.954
Out/05	5.999	38.129	7.264	22.308
Nov/05	5.892	40.205	7.183	21.954
Dez/05	5.999	36.736	7.176	23.833
Jan/06	5.815	37.319	7.137	21.323
Fev/06	5.965	35.810	7.067	23.617
Mar/06	5.842	33.247	7.183	21.692
Abr/06	5.851	31.760	7.254	21.369
Mai/06	5.974	33.733	7.336	21.941
Jun/06	6.130	33.412	7.487	25.960
Jul/06	6.054	35.628	7.664	25.685
<b>Total</b>	<b>5.465</b>	<b>33.091</b>	<b>6.680</b>	<b>21.239</b>





### Anexo III - 250 maiores contratos

#	Contrato	Σ do valor das parcelas - R\$	Qtde. de parcelas
1	11590002106	287.867	30
2	115900026406	283.956	24
3	102100039005	239.066	24
4	102100040705	239.066	24
5	115900035306	233.210	30
6	133000038305	218.989	36
7	102100030006	202.312	36
8	129800035806	199.171	36
9	102100030306	189.723	36
10	124500012605	188.668	36
11	102100030206	188.176	36
12	102100030106	186.629	36
13	102100009006	184.230	36
14	128100007106	181.136	36
15	102100011506	176.764	24
16	100700023903	176.571	36
17	102100038005	175.473	36
18	102100040805	175.473	36
19	128100047605	174.380	36
20	102100049205	172.016	36
21	102100033705	165.447	36
22	102100050705	164.185	36
23	106300029105	164.185	36
24	102100048905	162.710	36
25	102100006806	162.448	36
26	102100021604	162.066	36
27	102100010506	161.520	20
28	102100010906	161.520	20
29	102100035106	160.894	36
30	102100012806	160.777	24
31	102100028805	160.175	36
32	128100057705	160.158	36
33	102100011006	158.654	20
34	133100005405	158.204	36
35	102100041604	155.611	36
36	100700007404	155.470	36
37	106500048205	155.256	36
38	102100024404	154.214	36
39	132000121505	153.685	24
40	102100039805	153.645	36
41	118400219306	152.798	36
42	136000007105	151.161	36
43	102100035505	149.599	36
44	106400130504	149.180	36
45	118400546004	149.180	36
46	106400005104	147.751	36
47	102100048705	147.199	24
48	102100032506	147.191	12
49	102100011804	147.080	36
50	102100045705	145.441	36
51	102100046705	144.371	36
52	124500080704	143.990	24
53	102100030805	142.516	36
54	133700001105	142.469	30
55	130900072705	140.502	36
56	133100000406	140.885	36
57	130800062506	140.883	24
58	132700062305	140.586	36
59	128100043305	139.792	36
60	102100032806	138.799	36
61	129100039704	138.034	36
62	128100049605	137.254	36
63	134400005105	137.013	36
64	133000008106	136.875	36
65	102100023806	136.818	36
66	118400149605	135.748	24
67	137800002406	135.365	36
68	128100044105	135.055	36
69	102100018205	134.847	24
70	102100019806	134.485	36
71	133100036605	133.887	36
72	128100067404	133.276	36

Anexo III - 250 maiores contratos

#	Contrato	Σ do valor das parcelas - R\$	Qtde. de parcelas
73	132700003506	132.763	36
74	126800035305	132.118	36
75	129300013404	131.967	36
76	102100034005	131.373	36
77	128100032506	131.187	36
78	102100019306	131.103	36
79	130900004804	130.856	36
80	102100031904	130.475	30
81	128100050404	129.945	36
82	118400366305	129.280	36
83	132600090805	128.931	36
84	139100005906	125.872	36
85	102100014606	125.409	36
86	133700006206	125.186	30
87	102100020406	125.169	36
88	129400025106	124.525	36
89	128100036705	124.320	12
90	133100034905	123.840	36
91	133200036305	123.565	36
92	128100055605	123.380	36
93	102100005806	122.998	24
94	111300035506	122.801	36
95	102100021205	122.700	15
96	102100043605	122.665	36
97	126800048805	122.126	36
98	102100024806	122.112	36
99	126000009104	122.006	36
100	125100039004	121.206	36
101	111400043805	121.130	36
102	102100010405	120.770	24
103	106400072103	120.750	36
104	128100041205	120.652	24
105	128900071105	120.644	36
106	130200018406	120.428	36
107	128100053405	119.688	36
108	133100032905	119.426	36
109	118400012404	118.596	36
110	135400039406	118.597	36
111	102100014906	118.249	18
112	102100012305	118.151	36
113	118400495604	118.062	36
114	128100066205	117.959	36
115	11700001304	117.876	36
116	102100035306	117.507	36
117	102100027904	117.396	24
118	102100048805	117.307	36
119	102100019304	116.822	36
120	133500086606	116.649	36
121	102100024406	116.118	36
122	131800030105	115.496	36
123	102100043005	115.250	36
124	115900050406	115.184	30
125	102100007105	115.146	36
126	102100019305	115.146	36
127	128600075105	115.146	36
128	128100009906	114.660	36
129	1268000095705	114.430	24
130	102100006706	114.308	36
131	137100007806	114.198	36
132	132100219005	114.080	36
133	106400012804	114.046	36
134	102100028004	113.774	3
135	137100006805	113.488	36
136	133500012406	113.446	36
137	100700009504	112.936	36
138	102100033106	112.908	24
139	126500032305	112.856	36
140	125800008605	112.513	36
141	128100033405	111.950	36
142	130500112505	111.934	36
143	129100069604	111.882	30
144	128100014106	111.631	36
145	106500021704	111.606	36
146	128100034705	111.546	36

Anexo III - 250 maiores contratos

#	Contrato	Σ do valor das parcelas - R\$	Qtde. de parcelas
147	129900087105	111.294	30
148	117200082505	111.029	36
149	102100005105	110.739	36
150	118400540004	110.738	36
151	128100041006	110.685	36
152	102100024305	110.530	36
153	128100064705	110.449	36
154	100700020403	110.241	36
155	133800029605	109.878	36
156	126800030905	109.650	30
157	130900053405	109.617	36
158	102100020906	109.572	24
159	130900030506	109.344	36
160	128100075104	109.099	36
161	106300004106	109.053	36
162	100700011105	108.620	36
163	102100020905	108.509	36
164	127100011806	108.471	36
165	125200086404	108.421	36
166	138800001206	108.118	36
167	101600016804	108.000	36
168	134900009806	107.875	36
169	102100046605	107.551	24
170	130800033905	107.490	36
171	135600009305	107.339	36
172	102100026804	107.280	36
173	132000078306	107.153	36
174	102100025404	107.150	36
175	129600009405	107.019	36
176	128100060605	107.016	36
177	118400390306	106.779	18
178	132100199005	106.752	36
179	130800098306	106.669	36
180	130900005506	106.472	36
181	106400016005	106.223	36
182	102100007305	106.156	36
183	135700004005	105.925	36
184	121700012904	105.584	36
185	128100060005	105.570	3
186	128100060105	105.570	3
187	133300052705	105.444	30
188	106500016705	105.246	36
189	133400054005	105.246	36
190	128100017605	105.193	36
191	102100015505	104.974	36
192	111800031703	104.719	36
193	102100015805	104.703	36
194	133100056105	104.421	36
195	131300057805	104.374	36
196	102100024206	104.261	36
197	133200002605	104.142	36
198	135300012105	104.089	36
199	102100022606	104.011	36
200	128100054605	104.002	36
201	137300002105	103.931	36
202	100700020204	103.848	36
203	102100014604	103.819	36
204	127000005804	103.819	36
205	133100032206	103.812	36
206	102100020705	103.779	24
207	124300021305	103.767	36
208	106400011504	103.622	36
209	118400493906	103.601	36
210	132000070506	103.601	36
211	133500033406	103.601	36
212	129800081105	103.594	36
213	102100034305	103.506	36
214	136800012505	103.499	36
215	102100002706	103.305	36
216	106400062403	103.276	36
217	130800066905	103.038	36
218	134500016605	102.597	24
219	132000023106	102.558	36
220	1268000115905	102.522	36



Osmi S.A. Crédito, Financiamento e Investimento  
Relatório relativo à aplicação  
de procedimentos pré-acordados

### Anexo III - 250 maiores contratos

#	Contrato	Σ do valor das parcelas - R\$	Qtde. de parcelas
221	129400009306	102.513	36
222	102100007504	102.444	36
223	100700010504	102.332	36
224	117000014705	102.262	36
225	117200072104	102.244	36
226	133000002905	102.231	24
227	100700017604	102.213	36
228	132700003605	101.952	36
229	133000016505	101.952	36
230	118200014405	101.942	36
231	134800078105	101.807	36
232	129800043604	101.680	36
233	129100049804	101.650	36
234	130100023704	101.650	36
235	117200058704	101.630	36
236	102100035604	101.611	36
237	125100002105	101.083	30
238	135900016005	100.848	36
239	131300025406	100.825	30
240	102100044605	100.400	36
241	128100032006	100.354	36
242	106400133204	100.305	36
243	118400313704	100.255	36
244	102100007605	100.178	36
245	100700004804	100.167	36
246	128100030306	99.999	36
247	100700024603	99.984	36
248	106500039005	99.635	36
249	136800014505	99.626	36
250	102100042204	99.613	24



Sl. No.	NAME OF THE STUDENT	Roll No.	Grade	Mathematics	Science	English	History	Geography	Physical Education	Art	Music	Computer	Practical	Project	Attendance	Remarks	Signature of Teacher	Date
1	ABHIRAM K	101	10	85	78	72	65	60	55	50	45	40	35	30	25	20	15	10
2	ADARSH K	102	10	78	70	68	62	58	52	48	42	38	32	28	22	18	12	8
3	ADITHYAN K	103	10	82	75	70	64	59	54	49	44	39	34	29	24	19	14	9
4	ADITHYAN K	104	10	75	68	65	60	55	50	45	40	35	30	25	20	15	10	5
5	ADITHYAN K	105	10	80	72	68	62	57	52	47	42	37	32	27	22	17	12	7
6	ADITHYAN K	106	10	72	65	62	57	52	47	42	37	32	27	22	17	12	7	6
7	ADITHYAN K	107	10	70	62	58	53	48	43	38	33	28	23	18	13	8	3	4
8	ADITHYAN K	108	10	68	60	55	50	45	40	35	30	25	20	15	10	5	2	3
9	ADITHYAN K	109	10	65	58	53	48	43	38	33	28	23	18	13	8	3	1	2
10	ADITHYAN K	110	10	62	55	50	45	40	35	30	25	20	15	10	5	2	1	1
11	ADITHYAN K	111	10	60	52	48	43	38	33	28	23	18	13	8	3	1	1	1
12	ADITHYAN K	112	10	58	50	45	40	35	30	25	20	15	10	5	2	1	1	1
13	ADITHYAN K	113	10	55	48	43	38	33	28	23	18	13	8	3	1	1	1	1
14	ADITHYAN K	114	10	52	45	40	35	30	25	20	15	10	5	2	1	1	1	1
15	ADITHYAN K	115	10	50	42	38	33	28	23	18	13	8	3	1	1	1	1	1
16	ADITHYAN K	116	10	48	40	35	30	25	20	15	10	5	2	1	1	1	1	1
17	ADITHYAN K	117	10	45	38	33	28	23	18	13	8	3	1	1	1	1	1	1
18	ADITHYAN K	118	10	42	35	30	25	20	15	10	5	2	1	1	1	1	1	1
19	ADITHYAN K	119	10	40	32	28	23	18	13	8	3	1	1	1	1	1	1	1
20	ADITHYAN K	120	10	38	30	25	20	15	10	5	2	1	1	1	1	1	1	1
21	ADITHYAN K	121	10	35	28	23	18	13	8	3	1	1	1	1	1	1	1	1
22	ADITHYAN K	122	10	32	25	20	15	10	5	2	1	1	1	1	1	1	1	1
23	ADITHYAN K	123	10	30	22	18	13	8	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1
24	ADITHYAN K	124	10	28	20	15	10	5	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1
25	ADITHYAN K	125	10	25	18	13	8	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
26	ADITHYAN K	126	10	22	15	10	5	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
27	ADITHYAN K	127	10	20	12	8	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
28	ADITHYAN K	128	10	18	10	5	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
29	ADITHYAN K	129	10	15	8	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
30	ADITHYAN K	130	10	1														



[illegible]

[illegible]



[illegible]

to provide the following information:

row	col1	col2	col3	col4	col5	col6	col7	col8	col9	col10	col11	col12	col13	col14	col15	col16	col17	col18	col19	col20	col21	col22	col23	col24	col25	col26	col27	col28	col29	col30	col31	col32	col33	col34	col35	col36	col37	col38	col39	col40	col41	col42	col43	col44	col45	col46	col47	col48	col49	col50	col51	col52	col53	col54	col55	col56	col57	col58	col59	col60	col61	col62	col63	col64	col65	col66	col67	col68	col69	col70	col71	col72	col73	col74	col75	col76	col77	col78	col79	col80	col81	col82	col83	col84	col85	col86	col87	col88	col89	col90	col91	col92	col93	col94	col95	col96	col97	col98	col99	col100	col101	col102	col103	col104	col105	col106	col107	col108	col109	col110	col111	col112	col113	col114	col115	col116	col117	col118	col119	col120	col121	col122	col123	col124	col125	col126	col127	col128	col129	col130	col131	col132	col133	col134	col135	col136	col137	col138	col139	col140	col141	col142	col143	col144	col145	col146	col147	col148	col149	col150	col151	col152	col153	col154	col155	col156	col157	col158	col159	col160	col161	col162	col163	col164	col165	col166	col167	col168	col169	col170	col171	col172	col173	col174	col175	col176	col177	col178	col179	col180	col181	col182	col183	col184	col185	col186	col187	col188	col189	col190	col191	col192	col193	col194	col195	col196	col197	col198	col199	col200	col201	col202	col203	col204	col205	col206	col207	col208	col209	col210	col211	col212	col213	col214	col215	col216	col217	col218	col219	col220	col221	col222	col223	col224	col225	col226	col227	col228	col229	col230	col231	col232	col233	col234	col235	col236	col237	col238	col239	col240	col241	col242	col243	col244	col245	col246	col247	col248	col249	col250	col251	col252	col253	col254	col255	col256	col257	col258	col259	col260	col261	col262	col263	col264	col265	col266	col267	col268	col269	col270	col271	col272	col273	col274	col275	col276	col277	col278	col279	col280	col281	col282	col283	col284	col285	col286	col287	col288	col289	col290	col291	col292	col293	col294	col295	col296	col297	col298	col299	col300	col301	col302	col303	col304	col305	col306	col307	col308	col309	col310	col311	col312	col313	col314	col315	col316	col317	col318	col319	col320	col321	col322	col323	col324	col325	col326	col327	col328	col329	col330	col331	col332	col333	col334	col335	col336	col337	col338	col339	col340	col341	col342	col343	col344	col345	col346	col347	col348	col349	col350	col351	col352	col353	col354	col355	col356	col357	col358	col359	col360	col361	col362	col363	col364	col365	col366	col367	col368	col369	col370	col371	col372	col373	col374	col375	col376	col377	col378	col379	col380	col381	col382	col383	col384	col385	col386	col387	col388	col389	col390	col391	col392	col393	col394	col395	col396	col397	col398	col399	col400	col401	col402	col403	col404	col405	col406	col407	col408	col409	col410	col411	col412	col413	col414	col415	col416	col417	col418	col419	col420	col421	col422	col423	col424	col425	col426	col427	col428	col429	col430	col431	col432	col433	col434	col435	col436	col437	col438	col439	col440	col441	col442	col443	col444	col445	col446	col447	col448	col449	col450	col451	col452	col453	col454	col455	col456	col457	col458	col459	col460	col461	col462	col463	col464	col465	col466	col467	col468	col469	col470	col471	col472	col473	col474	col475	col476	col477	col478	col479	col480	col481	col482	col483	col484	col485	col486	col487	col488	col489	col490	col491	col492	col493	col494	col495	col496	col497	col498	col499	col500	col501	col502	col503	col504	col505	col506	col507	col508	col509	col510	col511	col512	col513	col514	col515	col516	col517	col518	col519	col520	col521	col522	col523	col524	col525	col526	col527	col528	col529	col530	col531	col532	col533	col534	col535	col536	col537	col538	col539	col540	col541	col542	col543	col544	col545	col546	col547	col548	col549	col550	col551	col552	col553	col554	col555	col556	col557	col558	col559	col560	col561	col562	col563	col564	col565	col566	col567	col568	col569	col570	col571	col572	col573	col574	col575	col576	col577	col578	col579	col580	col581	col582	col583	col584	col585	col586	col587	col588	col589	col590	col591	col592	col593	col594	col595	col596	col597	col598	col599	col600	col601	col602	col603	col604	col605	col606	col607	col608	col609	col610	col611	col612	col613	col614	col615	col616	col617	col618	col619	col620	col621	col622	col623	col624	col625	col626	col627	col628	col629	col630	col631	col632	col633	col634	col635	col636	col637	col638	col639	col640	col641	col642	col643	col644	col645	col646	col647	col648	col649	col650	col651	col652	col653	col654	col655	col656	col657	col658	col659	col660	col661	col662	col663	col664	col665	col666	col667	col668	col669	col670	col671	col672	col673	col674	col675	col676	col677	col678	col679	col680	col681	col682	col683	col684	col685	col686	col687	col688	col689	col690	col691	col692	col693	col694	col695	col696	col697	col698	col699	col700	col701	col702	col703	col704	col705	col706	col707	col708	col709	col710	col711	col712	col713	col714	col715	col716	col717	col718	col719	col720	col721	col722	col723	col724	col725	col726	col727	col728	col729	col730	col731	col732	col733	col734	col735	col736	col737	col738	col739	col740	col741	col742	col743	col744	col745	col746	col747	col748	col749	col750	col751	col752	col753	col754	col755	col756	col757	col758	col759	col760	col761	col762	col763	col764	col765	col766	col767	col768	col769	col770	col771	col772	col773	col774	col775	col776	col777	col778	col779	col780	col781	col782	col783	col784	col785	col786	col787	col788	col789	col790	col791	col792	col793	col794	col795	col796	col797	col798	col799	col800	col801	col802	col803	col804	col805	col806	col807	col808	col809	col810	col811	col812	col813	col814	col815	col816	col817	col818	col819	col820	col821	col822	col823	col824	col825	col826	col827	col828	col829	col830	col831	col832	col833	col834	col835	col836	col837	col838	col839	col840	col841	col842	col843	col844	col845	col846	col847	col848	col849	col850	col851	col852	col853	col854	col855	col856	col857	col858	col859	col860	col861	col862	col863	col864	col865	col866	col867	col868	col869	col870	col871	col872	col873	col874	col875	col876	col877	col878	col879	col880	col881	col882	col883	col884	col885	col886	col887	col888	col889	col890	col891	col892	col893	col894	col895	col896	col897	col898	col899	col900	col901	col902	col903	col904	col905	col906	col907	col908	col909	col910	col911	col912	col913	col914	col915	col916	col917	col918	col919	col920	col921	col922	col923	col924	col925	col926	col927	col928	col929	col930	col931	col932	col933	col934	col935	col936	col937	col938	col939	col940	col941	col942	col943	col944	col945	col946	col947	col948	col949	col950	col951	col952	col953	col954	col955	col956	col957	col958	col959	col960	col961	col962	col963	col964	col965	col966	col967	col968	col969	col970	col971	col972	col973	col974	col975	col976	col977	col978	col979	col980	col981	col982	col983	col984	col985	col986	col987	col988	col989	col990	col991	col992	col993	col994	col995	col996	col997	col998	col999	col1000
-----	------	------	------	------	------	------	------	------	------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	---------



Year	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	

Year	Month	Day	Time	Location	Activity	Duration	Frequency	Intensity	Effectiveness	Cost	Benefit	Risk	Impact	Feedback	Notes
2023	Jan	1	08:00	Room 101	Meeting	1h	1	Low	High	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Meeting with client.
2023	Jan	2	09:00	Room 102	Training	2h	2	Medium	Medium	\$100	\$200	Medium	Positive	Good	Training session for new staff.
2023	Jan	3	10:00	Room 103	Workshop	3h	3	High	High	\$150	\$300	High	Positive	Good	Workshop on project management.
2023	Jan	4	11:00	Room 104	Conference	4h	4	Very High	Very High	\$200	\$400	Very High	Positive	Good	Conference with industry experts.
2023	Jan	5	12:00	Room 105	Networking	1h	5	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Networking event with partners.
2023	Jan	6	13:00	Room 106	Workshop	2h	6	Medium	Medium	\$100	\$200	Medium	Positive	Good	Workshop on data analysis.
2023	Jan	7	14:00	Room 107	Training	1h	7	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Training session on customer service.
2023	Jan	8	15:00	Room 108	Workshop	3h	8	High	High	\$150	\$300	High	Positive	Good	Workshop on team building.
2023	Jan	9	16:00	Room 109	Conference	4h	9	Very High	Very High	\$200	\$400	Very High	Positive	Good	Conference on future trends.
2023	Jan	10	17:00	Room 110	Networking	1h	10	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Networking event with stakeholders.
2023	Jan	11	18:00	Room 111	Workshop	2h	11	Medium	Medium	\$100	\$200	Medium	Positive	Good	Workshop on innovation.
2023	Jan	12	19:00	Room 112	Training	1h	12	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Training session on leadership.
2023	Jan	13	20:00	Room 113	Workshop	3h	13	High	High	\$150	\$300	High	Positive	Good	Workshop on strategic planning.
2023	Jan	14	21:00	Room 114	Conference	4h	14	Very High	Very High	\$200	\$400	Very High	Positive	Good	Conference on global market.
2023	Jan	15	22:00	Room 115	Networking	1h	15	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Networking event with investors.
2023	Jan	16	23:00	Room 116	Workshop	2h	16	Medium	Medium	\$100	\$200	Medium	Positive	Good	Workshop on digital marketing.
2023	Jan	17	00:00	Room 117	Training	1h	17	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Training session on project management.
2023	Jan	18	01:00	Room 118	Workshop	3h	18	High	High	\$150	\$300	High	Positive	Good	Workshop on customer experience.
2023	Jan	19	02:00	Room 119	Conference	4h	19	Very High	Very High	\$200	\$400	Very High	Positive	Good	Conference on sustainable development.
2023	Jan	20	03:00	Room 120	Networking	1h	20	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Networking event with community.
2023	Jan	21	04:00	Room 121	Workshop	2h	21	Medium	Medium	\$100	\$200	Medium	Positive	Good	Workshop on artificial intelligence.
2023	Jan	22	05:00	Room 122	Training	1h	22	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Training session on cybersecurity.
2023	Jan	23	06:00	Room 123	Workshop	3h	23	High	High	\$150	\$300	High	Positive	Good	Workshop on blockchain technology.
2023	Jan	24	07:00	Room 124	Conference	4h	24	Very High	Very High	\$200	\$400	Very High	Positive	Good	Conference on quantum computing.
2023	Jan	25	08:00	Room 125	Networking	1h	25	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Networking event with academia.
2023	Jan	26	09:00	Room 126	Workshop	2h	26	Medium	Medium	\$100	\$200	Medium	Positive	Good	Workshop on nanotechnology.
2023	Jan	27	10:00	Room 127	Training	1h	27	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Training session on space exploration.
2023	Jan	28	11:00	Room 128	Workshop	3h	28	High	High	\$150	\$300	High	Positive	Good	Workshop on renewable energy.
2023	Jan	29	12:00	Room 129	Conference	4h	29	Very High	Very High	\$200	\$400	Very High	Positive	Good	Conference on climate change.
2023	Jan	30	13:00	Room 130	Networking	1h	30	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Networking event with government.
2023	Jan	31	14:00	Room 131	Workshop	2h	31	Medium	Medium	\$100	\$200	Medium	Positive	Good	Workshop on space exploration.
2023	Jan	32	15:00	Room 132	Training	1h	32	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Training session on artificial intelligence.
2023	Jan	33	16:00	Room 133	Workshop	3h	33	High	High	\$150	\$300	High	Positive	Good	Workshop on customer experience.
2023	Jan	34	17:00	Room 134	Conference	4h	34	Very High	Very High	\$200	\$400	Very High	Positive	Good	Conference on sustainable development.
2023	Jan	35	18:00	Room 135	Networking	1h	35	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Networking event with community.
2023	Jan	36	19:00	Room 136	Workshop	2h	36	Medium	Medium	\$100	\$200	Medium	Positive	Good	Workshop on artificial intelligence.
2023	Jan	37	20:00	Room 137	Training	1h	37	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Training session on cybersecurity.
2023	Jan	38	21:00	Room 138	Workshop	3h	38	High	High	\$150	\$300	High	Positive	Good	Workshop on blockchain technology.
2023	Jan	39	22:00	Room 139	Conference	4h	39	Very High	Very High	\$200	\$400	Very High	Positive	Good	Conference on quantum computing.
2023	Jan	40	23:00	Room 140	Networking	1h	40	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Networking event with academia.
2023	Jan	41	00:00	Room 141	Workshop	2h	41	Medium	Medium	\$100	\$200	Medium	Positive	Good	Workshop on nanotechnology.
2023	Jan	42	01:00	Room 142	Training	1h	42	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Training session on space exploration.
2023	Jan	43	02:00	Room 143	Workshop	3h	43	High	High	\$150	\$300	High	Positive	Good	Workshop on renewable energy.
2023	Jan	44	03:00	Room 144	Conference	4h	44	Very High	Very High	\$200	\$400	Very High	Positive	Good	Conference on climate change.
2023	Jan	45	04:00	Room 145	Networking	1h	45	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Networking event with government.
2023	Jan	46	05:00	Room 146	Workshop	2h	46	Medium	Medium	\$100	\$200	Medium	Positive	Good	Workshop on space exploration.
2023	Jan	47	06:00	Room 147	Training	1h	47	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Training session on artificial intelligence.
2023	Jan	48	07:00	Room 148	Workshop	3h	48	High	High	\$150	\$300	High	Positive	Good	Workshop on customer experience.
2023	Jan	49	08:00	Room 149	Conference	4h	49	Very High	Very High	\$200	\$400	Very High	Positive	Good	Conference on sustainable development.
2023	Jan	50	09:00	Room 150	Networking	1h	50	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Networking event with community.
2023	Jan	51	10:00	Room 151	Workshop	2h	51	Medium	Medium	\$100	\$200	Medium	Positive	Good	Workshop on artificial intelligence.
2023	Jan	52	11:00	Room 152	Training	1h	52	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Training session on cybersecurity.
2023	Jan	53	12:00	Room 153	Workshop	3h	53	High	High	\$150	\$300	High	Positive	Good	Workshop on blockchain technology.
2023	Jan	54	13:00	Room 154	Conference	4h	54	Very High	Very High	\$200	\$400	Very High	Positive	Good	Conference on quantum computing.
2023	Jan	55	14:00	Room 155	Networking	1h	55	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Networking event with academia.
2023	Jan	56	15:00	Room 156	Workshop	2h	56	Medium	Medium	\$100	\$200	Medium	Positive	Good	Workshop on nanotechnology.
2023	Jan	57	16:00	Room 157	Training	1h	57	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Training session on space exploration.
2023	Jan	58	17:00	Room 158	Workshop	3h	58	High	High	\$150	\$300	High	Positive	Good	Workshop on renewable energy.
2023	Jan	59	18:00	Room 159	Conference	4h	59	Very High	Very High	\$200	\$400	Very High	Positive	Good	Conference on climate change.
2023	Jan	60	19:00	Room 160	Networking	1h	60	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Networking event with government.
2023	Jan	61	20:00	Room 161	Workshop	2h	61	Medium	Medium	\$100	\$200	Medium	Positive	Good	Workshop on space exploration.
2023	Jan	62	21:00	Room 162	Training	1h	62	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Training session on artificial intelligence.
2023	Jan	63	22:00	Room 163	Workshop	3h	63	High	High	\$150	\$300	High	Positive	Good	Workshop on customer experience.
2023	Jan	64	23:00	Room 164	Conference	4h	64	Very High	Very High	\$200	\$400	Very High	Positive	Good	Conference on sustainable development.
2023	Jan	65	00:00	Room 165	Networking	1h	65	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Networking event with community.
2023	Jan	66	01:00	Room 166	Workshop	2h	66	Medium	Medium	\$100	\$200	Medium	Positive	Good	Workshop on artificial intelligence.
2023	Jan	67	02:00	Room 167	Training	1h	67	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Training session on cybersecurity.
2023	Jan	68	03:00	Room 168	Workshop	3h	68	High	High	\$150	\$300	High	Positive	Good	Workshop on blockchain technology.
2023	Jan	69	04:00	Room 169	Conference	4h	69	Very High	Very High	\$200	\$400	Very High	Positive	Good	Conference on quantum computing.
2023	Jan	70	05:00	Room 170	Networking	1h	70	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Networking event with academia.
2023	Jan	71	06:00	Room 171	Workshop	2h	71	Medium	Medium	\$100	\$200	Medium	Positive	Good	Workshop on nanotechnology.
2023	Jan	72	07:00	Room 172	Training	1h	72	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Training session on space exploration.
2023	Jan	73	08:00	Room 173	Workshop	3h	73	High	High	\$150	\$300	High	Positive	Good	Workshop on renewable energy.
2023	Jan	74	09:00	Room 174	Conference	4h	74	Very High	Very High	\$200	\$400	Very High	Positive	Good	Conference on climate change.
2023	Jan	75	10:00	Room 175	Networking	1h	75	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Networking event with government.
2023	Jan	76	11:00	Room 176	Workshop	2h	76	Medium	Medium	\$100	\$200	Medium	Positive	Good	Workshop on space exploration.
2023	Jan	77	12:00	Room 177	Training	1h	77	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Training session on artificial intelligence.
2023	Jan	78	13:00	Room 178	Workshop	3h	78	High	High	\$150	\$300	High	Positive	Good	Workshop on customer experience.
2023	Jan	79	14:00	Room 179	Conference	4h	79	Very High	Very High	\$200	\$400	Very High	Positive	Good	Conference on sustainable development.
2023	Jan	80	15:00	Room 180	Networking	1h	80	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Networking event with community.
2023	Jan	81	16:00	Room 181	Workshop	2h	81	Medium	Medium	\$100	\$200	Medium	Positive	Good	Workshop on artificial intelligence.
2023	Jan	82	17:00	Room 182	Training	1h	82	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Training session on cybersecurity.
2023	Jan	83	18:00	Room 183	Workshop	3h	83	High	High	\$150	\$300	High	Positive	Good	Workshop on blockchain technology.
2023	Jan	84	19:00	Room 184	Conference	4h	84	Very High	Very High	\$200	\$400	Very High	Positive	Good	Conference on quantum computing.
2023	Jan	85	20:00	Room 185	Networking	1h	85	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Networking event with academia.
2023	Jan	86	21:00	Room 186	Workshop	2h	86	Medium	Medium	\$100	\$200	Medium	Positive	Good	Workshop on nanotechnology.
2023	Jan	87	22:00	Room 187	Training	1h	87	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Training session on space exploration.
2023	Jan	88	23:00	Room 188	Workshop	3h	88	High	High	\$150	\$300	High	Positive	Good	Workshop on renewable energy.
2023	Jan	89	00:00	Room 189	Conference	4h	89	Very High	Very High	\$200	\$400	Very High	Positive	Good	Conference on climate change.
2023	Jan	90	01:00	Room 190	Networking	1h	90	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Networking event with government.
2023	Jan	91	02:00	Room 191	Workshop	2h	91	Medium	Medium	\$100	\$200	Medium	Positive	Good	Workshop on space exploration.
2023	Jan	92	03:00	Room 192	Training	1h	92	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Training session on artificial intelligence.
2023	Jan	93	04:00	Room 193	Workshop	3h	93	High	High	\$150	\$300	High	Positive	Good	Workshop on customer experience.
2023	Jan	94	05:00	Room 194	Conference	4h	94	Very High	Very High	\$200	\$400	Very High	Positive	Good	Conference on sustainable development.
2023	Jan	95	06:00	Room 195	Networking	1h	95	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Networking event with community.
2023	Jan	96	07:00	Room 196	Workshop	2h	96	Medium	Medium	\$100	\$200	Medium	Positive	Good	Workshop on artificial intelligence.
2023	Jan	97	08:00	Room 197	Training	1h	97	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Training session on cybersecurity.
2023	Jan	98	09:00	Room 198	Workshop	3h	98	High	High	\$150	\$300	High	Positive	Good	Workshop on blockchain technology.
2023	Jan	99	10:00	Room 199	Conference	4h	99	Very High	Very High	\$200	\$400	Very High	Positive	Good	Conference on quantum computing.
2023	Jan	100	11:00	Room 200	Networking	1h	100	Low	Low	\$50	\$100	Low	Positive	Good	Networking event with academia.
2023	Jan	101	12:00	Room 201	Workshop	2h	101	Medium	Medium	\$100					

#### Appendix IV - Pool Estimates

[illegible]



### Abstract V - Pool Evaluation

[illegible]

#### Annex IV - Pool Evaluation

[illegible]



## Analog IV - Pool Edition

[illegible]



David A. C. Wilson, *Ph.D., is a senior research fellow at the Center for Strategic Studies, RAND Corporation, and a senior advisor to the U.S. Department of Defense. He is also a senior advisor to the U.S. Department of State. He is a frequent speaker at international security conferences and has published numerous articles on international security.*

David A. C. Wilson, *Ph.D., is a senior research fellow at the Center for Strategic Studies, RAND Corporation, and a senior advisor to the U.S. Department of Defense. He is also a senior advisor to the U.S. Department of State. He is a frequent speaker at international security conferences and has published numerous articles on international security.*

[illegible]

[illegible]

### Amesol IV - Pool Evaluation

[illegible]

[illegible]

[illegible]

### Auxiliary - Matrix Triangular

Country	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024		2025		2026		2027		2028		2029		2030		2031		2032		2033		2034		2035		2036		2037		2038		2039		2040		2041		2042		2043		2044		2045		2046		2047		2048		2049		2050		2051		2052		2053		2054		2055		2056		2057		2058		2059		2060		2061		2062		2063		2064		2065		2066		2067		2068		2069		2070		2071		2072		2073		2074		2075		2076		2077		2078		2079		2080		2081		2082		2083		2084		2085		2086		2087		2088		2089		2090		2091		2092		2093		2094		2095		2096		2097		2098		2099		2100		2101		2102		2103		2104		2105		2106		2107		2108		2109		2110		2111		2112		2113		2114		2115		2116		2117		2118		2119		2120		2121		2122		2123		2124		2125		2126		2127		2128		2129		2130		2131		2132		2133		2134		2135		2136		2137		2138		2139		2140		2141		2142		2143		2144		2145		2146		2147		2148		2149		2150		2151		2152		2153		2154		2155		2156		2157		2158		2159		2160		2161		2162		2163		2164		2165		2166		2167		2168		2169		2170		2171		2172		2173		2174		2175		2176		2177		2178		2179		2180		2181		2182		2183		2184		2185		2186		2187		2188		2189		2190		2191		2192		2193		2194		2195		2196		2197		2198		2199		2200		2201		2202		2203		2204		2205		2206		2207		2208		2209		2210		2211		2212		2213		2214		2215		2216		2217		2218		2219		2220		2221		2222		2223		2224		2225		2226		2227		2228		2229		2230		2231		2232		2233		2234		2235		2236		2237		2238		2239		2240		2241		2242		2243		2244		2245		2246		2247		2248		2249		2250		2251		2252		2253		2254		2255		2256		2257		2258		2259		2260		2261		2262		2263		2264		2265		2266		2267		2268		2269		2270		2271		2272		2273		2274		2275		2276		2277		2278		2279		2280		2281		2282		2283		2284		2285		2286		2287		2288		2289		2290		2291		2292		2293		2294		2295		2296		2297		2298		2299		2300		2301		2302		2303		2304		2305		2306		2307		2308		2309		2310		2311		2312		2313		2314		2315		2316		2317		2318		2319		2320		2321		2322		2323		2324		2325		2326		2327		2328		2329		2330		2331		2332		2333		2334		2335		2336		2337		2338		2339		2340		2341		2342		2343		2344		2345		2346		2347		2348		2349		2350		2351		2352		2353		2354		2355		2356		2357		2358		2359		2360		2361		2362		2363		2364		2365		2366		2367		2368		2369		2370		2371		2372		2373		2374		2375		2376		2377		2378		2379		2380		2381		2382		2383		2384		2385		2386		2387		2388		2389		2390		2391		2392		2393		2394		2395		2396		2397		2398		2399		2400		2401		2402		2403		2404		2405		2406		2407		2408		2409		2410		2411		2412		2413		2414		2415		2416		2417		2418		2419		2420		2421		2422		2423		2424		2425		2426		2427		2428		2429		2430		2431		2432		2433		2434		2435		2436		2437		2438		2439		2440		2441		2442		2443		2444		2445		2446		2447		2448		2449		2450		2451		2452		2453		2454		2455		2456		2457		2458		2459		2460		2461		2462		2463		2464		2465		2466		2467		2468		2469		2470		2471		2472		2473		2474		2475		2476		2477		2478		2479		2480		2481		2482		2483		2484		2485		2486		2487		2488		2489		2490		2491		2492		2493		2494		2495		2496		2497		2498		2499		2500		2501		2502		2503		2504		2505		2506		2507		2508		2509		2510		2511		2512		2513		2514		2515		2516		2517		2518		2519		2520		2521		2522		2523		2524		2525		2526		2527		2528		2529		2530		2531		2532		2533		2534		2535		2536		2537		2538		2539		2540		2541		2542		2543		2544		2545		2546		2547		2548		2549		2550		2551		2552		2553		2554		2555		2556		2557		2558		2559		2560		2561		2562		2563		2564		2565		2566		2567		2568		2569		2570		2571		2572		2573		2574		2575		2576		2577		2578		2579		2580		2581		2582		2583		2584		2585		2586		2587		2588		2589		2590		2591		2592		2593		2594		2595		2596		2597		2598		2599		2600		2601		2602		2603		2604		2605		2606		2607		2608		2609		2610		2611		2612		2613		2614		2615		2616		2617		2618		2619		2620		2621		2622		2623		2624		2625		2626		2627		2628		2629		2630		2631		2632		2633		2634		2635		2636		2637		2638		2639		2640		2641		2642		2643		2644		2645		2646		2647		2648		2649		2650		2651		2652		2653		2654		2655		2656		2657		2658		2659		2660		2661		2662		2663		2664		2665		2666		2667		2668		2669		2670		2671		2672		2673		2674		2675		2676		2677		2678		2679		2680		2681		2682		2683		2684		2685		2686		2687		2688		2689		2690		2691		2692		2693		2694		2695		2696		2697		2698		2699		2700		2701		2702		2703		2704		2705		2706		2707		2708		2709		2710		2711		2712		2713		2714		2715		2716		2717		2718		2719		2720		2721		2722		2723		2724		2725		2726		2727		2728		2729		2730		2731		2732		2733		2734		2735		2736		2737		2738		2739		2740		2741		2742		2743		2744		2745		2746		2747		2748		2749		2750		2751		2752		2753		2754		2755		2756		2757		2758		2759		2760		2761		2762		2763		2764		2765		2766		2767		2768		2769		2770		2771		2772		2773		2774		2775		2776		2777		2778		2779		2780		2781		2782		2783		2784		2785		2786		2787		2788		2789		2790		2791		2792		2793		2794		2795		2796		2797		2798		2799		2800		2801		2802		2803		2804		2805		2806		2807		2808		2809		2810		2811		2812		2813		2814		2815		2816		2817		2818		2819		2820		2821		2822		2823		2824		2825		2826		2827		2828		2829		2830		2831		2832		2833		2834		2835		2836		2837		2838		2839		2840		2841		2842		2843		2844		2845		2846		2847		2848		2849		2850		2851		2852		2853		2854		2855		2856		2857		2858		2859		2860		2861		2862		2863		2864		2865		2866		2867		2868		2869		2870		2871		2872		2873		2874		2875		2876		2877		2878		2879		2880		2881		2882		2883		2884		2885		2886		2887		2888		2889		2890		2891		2892		2893		2894		2895		2896		2897		2898		2899		2900		2901		2902		2903		2904		2905		2906		2907		2908		2909		2910		2911		2912		2913		2914		2915		2916		2917		2918		2919		2920		2921		2922		2923		2924		2925		2926		2927		2928		2929		2930		2931		2932		2933		2934		2935		2936		2937		2938		2939		2940		2941		2942		2943		2944		2945		2946		2947		2948		2949		2950		2951		2952		2953		2954		2955		2956		2957		2958		2959		2960		2961		2962		2963		2964		2965		2966		2967		2968		2969		2970		2971		2972		2973		2974		2975		2976		2977		2978		2979		2980		2981		2982		2983		2984		2985		2986		2987		2988		2989		2990		2991		2992		2993		2994		2995		2996		2997		2998		2999		3000		3001		3002		3003		3004		3005		3006		3007		3008		3009		3010		3011		3012		3013		3014		3015		3016		3017		3018		3019		3020		3021		3022		3023		3024		3025		3026		3027		3028		3029		3030		3031		3032		3033		3034		3035		3036		3037		3038		3039		3040	
---------	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--	------	--

Code	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399	2400	2401	2402	2403	2404	2405	2406	2407	2408	2409	2410	2411	2412	2413	2414	2415	2416	2417	2418	2419	2420	2421	2422
------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------





## Anexo VII - Delinquências

Período	Delinquências (em dias)									
	até 30	até 60	até 90	até 120	até 150	até 180	até 210	até 240	até 270	até 300
set/03	17,43%	5,79%	3,99%	2,69%	2,81%	2,68%	2,31%	2,19%	2,19%	2,09%
out/03	19,50%	8,60%	4,70%	3,09%	3,49%	2,98%	2,72%	2,49%	2,41%	2,34%
nov/03	36,43%	10,37%	6,43%	4,09%	4,29%	3,79%	3,41%	3,17%	3,09%	3,06%
dez/03	36,84%	12,29%	8,29%	6,29%	5,39%	4,79%	4,39%	4,09%	3,79%	3,66%
jan/04	28,16%	13,99%	8,09%	6,09%	5,21%	4,79%	4,39%	4,19%	3,91%	3,64%
fev/04	35,59%	14,29%	9,10%	6,89%	6,01%	5,41%	5,09%	4,81%	4,51%	4,19%
mar/04	30,34%	14,51%	9,10%	7,29%	6,31%	5,80%	5,43%	5,21%	5,01%	4,69%
abr/04	31,56%	14,68%	9,43%	7,41%	6,61%	6,13%	5,78%	5,41%	5,13%	4,89%
maio/04	32,99%	15,15%	9,67%	7,60%	6,80%	6,29%	5,79%	5,39%	5,19%	5,14%
jun/04	32,88%	14,46%	9,29%	7,66%	6,79%	6,39%	5,79%	5,46%	5,19%	5,20%
jul/04	31,56%	13,99%	9,19%	7,66%	6,85%	6,39%	6,17%	5,69%	5,39%	5,21%
ago/04	30,67%	14,15%	9,61%	7,59%	7,09%	6,62%	6,09%	5,85%	5,69%	5,34%
set/04	32,26%	14,94%	10,00%	8,11%	7,36%	6,89%	6,29%	6,08%	5,81%	5,69%
out/04	33,44%	14,21%	10,31%	8,45%	7,66%	7,09%	6,46%	6,09%	6,21%	5,88%
nov/04	33,54%	15,18%	10,51%	8,69%	7,92%	7,02%	6,67%	6,41%	6,19%	5,97%
dez/04	32,69%	16,21%	11,98%	9,38%	8,38%	7,09%	7,44%	6,94%	6,79%	6,39%
jan/05	33,79%	17,96%	12,43%	10,06%	9,09%	7,99%	7,59%	7,59%	7,29%	6,89%
fev/05	37,79%	17,76%	12,43%	10,48%	9,09%	8,43%	7,89%	7,59%	7,29%	6,89%
mar/05	36,02%	18,49%	12,98%	10,42%	9,21%	8,49%	7,79%	7,49%	7,19%	7,09%
abr/05	37,52%	18,41%	12,98%	10,84%	9,59%	8,81%	8,41%	8,04%	7,76%	7,41%
maio/05	36,67%	18,21%	13,30%	11,09%	10,01%	9,39%	8,48%	8,11%	7,91%	7,65%
jun/05	36,28%	18,75%	13,41%	11,69%	10,51%	9,89%	8,69%	8,41%	8,08%	7,64%
jul/05	37,11%	17,59%	13,42%	11,84%	10,81%	9,94%	9,48%	8,94%	8,41%	7,97%
ago/05	35,69%	18,51%	13,99%	12,24%	10,99%	10,49%	9,59%	8,94%	8,59%	7,98%
set/05	36,18%	19,00%	14,15%	12,27%	11,09%	10,49%	9,56%	8,94%	8,59%	7,98%
out/05	37,42%	19,89%	14,29%	12,41%	11,46%	10,56%	9,79%	9,07%	8,65%	
nov/05	38,23%	19,84%	14,61%	13,01%	11,41%	10,56%	9,79%	9,17%		
dez/05	37,68%	20,17%	15,41%	12,91%	11,68%	10,56%	9,89%			
jan/06	38,03%	22,39%	15,45%	13,66%	11,68%	10,56%	9,89%			
fev/06	45,44%	21,25%	16,07%	13,42%	11,85%					
mar/06	39,28%	22,65%	15,89%	13,72%						
abr/06	42,16%	21,79%	15,78%							
maio/06	39,77%	22,17%								
jun/06	40,32%									
Mediu	34,19%	16,65%	11,47%	9,37%	8,22%	7,46%	6,90%	6,46%	6,11%	5,33%
Desvio Padrão	5,73%	3,96%	3,24%	2,69%	2,69%	2,38%	2,20%	2,05%	1,92%	1,82%

ADMINISTRADORA  
BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

INSTITUIÇÃO INTERMEDIÁRIA  
BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A.

CUSTODIANTE  
BANCO BRADESCO S.A.

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO  
FITCH RATINGS DO BRASIL LTDA.

AUDITORES  
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

ASSESSORES LEGAIS  
SOEZA, CESCON ALVESMIAN, BARREIRA FLEISCH - ADVOGADOS





ADMINISTRADORA  
**BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

INSTITUIÇÃO INTERMEDIÁRIA  
**BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A.**

CUSTODIANTE  
**BANCO BRADESCO S.A.**

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO  
**FITCH RATINGS DO BRASIL LTDA.**

AUDITORES  
**KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**

ASSESSORES LEGAIS  
**SOUZA, CESCON AVEDISSIAN, BARRIEU E FLESCHE - ADVOGADOS**